
DIAGNÓSTICO SECTORIAL **SOBRE A PESCA** EM ANGOLA

ENFOQUE NA PESCA ARTESANAL
E DE PEQUENA ESCALA



Financiado pela
União Europeia



**CRESCIMENTO ECONÓMICO
E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

**SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL E MUDANÇAS
CLIMÁTICAS**



PAZ E SEGURANÇA

**BOA GOVERNAÇÃO E
DIREITOS HUMANOS**



ENERGIA

**SISTEMA DE
TRANSPORTES**



**CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

**FORMAÇÃO E
EDUCAÇÃO**



NOTA PRÉVIA

A presente publicação foi elaborada no âmbito da Assistência Técnica à Implementação da Facilidade de Diálogo UE-Angola, no quadro da Acção de diálogo “Diagnóstico do sector da pesca artesanal e de pequena escala em Angola” mantida entre o Ministério da Pesca e dos Recursos Marinhos e a Delegação da União Europeia.

A sua elaboração contou com a colaboração dos peritos Cláudio Serangeli e Alexandre Ernesto da Costa António.

ACRÓNIMOS

ABNJ	Areas Beyond National Jurisdiction (Áreas Fora da Jurisdição Nacional)	INN	Pesca Ilegal, Não declarada e Não regulamentada (ver IUU)
AU-IBAR	AFRICAN UNION – INTERAFRICAN BUREAU FOR ANIMAL RESOURCES	IUCN	International Union for Conservation of Nature
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	IUU	Illegal, Unreported, Undeclared Fisheries
CCPR	Código de Conduta para uma Pesca Responsável da FAO (ver CCRF)	LER	Lesões por Esforços Repetitivos
CCRF	Code of Conduct for Responsible Fisheries	OIT	Organização Internacional do Trabalho
CEA	Comissão Económica das Nações Unidas para África	PAI	Plano de Acção Internacional
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (ver UNCLOS)	PPE	Pesca de Pequena Escala
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa	PRODESI	Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações
DGRM	Direcção-Geral de Recursos Marinhos	PSMA	Port State Measures Agreement
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados com o Trabalho	TAC	Totais Admissíveis de Capturas – Total Allowable Catch
EA	Economia Azul	UNCLOS	United Nations Convention on the Law of the Sea (ver CNUDM)
FAO CA	FAO Compliance Agreement	UNECA	United Nations Economic Commission for Africa.
IFAD	International Fund for Agricultural Development	UNICEF	United Nations International Children’s Emergency Fund
		VG-PPE	Voluntary Guidelines da PPE
		ZEE	Zona Económica Exclusiva

ÍNDICE

7	1 · INTRODUÇÃO
9	2 · METODOLOGIA
11	3 · ESCOPO E FACTORES LIMITANTES
11	3.1 ESCOPO DO ESTUDO DE DIAGNÓSTICO
13	4 · DADOS GLOBAIS DA PESCA
15	4.1 CAPTURAS DE PESCA: A SITUAÇÃO GLOBAL
24	5 · ECONOMIA AZUL: UM NOVO PARADIGMA
24	5.1 ECONOMIA AZUL: UM NOVO PARADIGMA
27	5.2 ECONOMIA AZUL EM ANGOLA
29	6 · A PESCA EM ANGOLA
29	6.1 A GEOGRAFIA MARÍTIMA DE ANGOLA
30	6.2 PRODUTOS DO MAR EM ANGOLA
37	6.3 O SECTOR DA AQUICULTURA EM ANGOLA
42	6.4 A PESCA EM ANGOLA
43	6.5 A PESCA INDUSTRIAL E SEMI-INDUSTRIAL EM ANGOLA
48	6.6 A PESCA ARTESANAL EM ANGOLA
62	6.7 QUADRO LEGAL E REGULATÓRIO
66	6.8 ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA REGULAÇÃO DA PESCA ARTESANAL EM ANGOLA
68	6.9 ASPECTOS SOCIOECONÓMICOS DA COMERCIALIZAÇÃO INFORMAL DO PESCADO
71	7 · COOPERATIVAS DE PESCA ARTESANAL EM ANGOLA
77	8 · CADEIA DE VALOR E DE DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO
77	8.1 CADEIA DE VALOR DA PESCA ARTESANAL
79	8.2 CADEIA DE DISTRIBUIÇÃO DA PESCA ARTESANAL
82	9 · ANÁLISE SWOT DAPESCA ARTESANAL
85	10 · CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
85	10.1 CONCLUSÕES
88	10.2 RECOMENDAÇÕES
96	CONCLUSÃO
97	BIBLIOGRAFIA

FIGURAS / TABELAS

20	Figura 1 – Estado das principais pescarias interiores por região
21	Figura 2 – Pesca global marinha, de captura interior e aquicultura
22	Figura 3 – Tendências na pesca global de captura
29	Figura 4 – Corrente de Benguela, ecossistema marinho
35	Figura 5 – Etapas de produção-da farinha e óleo de resíduos
36	Figura 6 – Consumo de sal iodado entre 2001 e 2019
37	Figura 7 – Produção de sal e projecções do consumo de sal
39	Figura 8 – Histórico de produção na aquicultura
39	Figura 9 – Metas de produção na aquicultura
39	Figura 10 – Dados históricos e objectivos de produção na aquicultura
43	Figura 11 – Distribuição por artes de pesca 2020
43	Figura 12 – Evolução da frota das pescas industrial e semi-industrial
46	Figura 13 – Produção da pesca industrial
47	Figura 14 – Produção da pesca semi-industrial
48	Figura 15 – Distribuição dos pescadores artesanais marinhos por província
48	Figura 16 – Distribuição das mulheres processadoras por província
53	Figura 17 – Capturas da pesca artesanal marinha
53	Figura 18 – Capturas da pesca artesanal marinha por província
53	Figura 19 – Contribuição percentual para os desembarques da pesca artesanal marinha por província
70	Figura 20 – Comércio informal do pescado pelas peixeiras e camiões refrigerados-(Praia de Cacucaco, 18.03.2023)
70	Figura 21 – Chatas e Catrongas
76	Figura 22 – Orgânica de funcionamento da APASIL actualmente
76	Figura 23 – Orgânica de funcionamento da APASIL depois da criação das Uniões de Cooperativas
77	Figura 24 – Cadeia de valor da pesca artesanal
78	Figura 25 – Fluxo das artes de pesca
79	Figura 26 – Processo de salga e secagem do peixe (Praia de Cacucaco, 18.03.2023)
80	Figura 27 – Cadeia de distribuição da pesca artesanal
81	Figura 28 – Desembarque e comercialização do peixe na Praia de Cacucaco (18.03.2023)
14	Tabela 1 – Utilização e comércio da produção mundial da pesca e da aquicultura
19	Tabela 2 – Pesca interior nas principais zonas FAO
23	Tabela 3 – AU-IBAR: Áreas de intervenção na Economia Azul
49	Tabela 4 – Comunidades piscatórias em Angola em 2013
49	Tabela 5 – Centros de Pesca em 2017
67	Tabela 6 – Instituições envolvidas na regulação da pesca em Angola
72	Tabela 7 – Cooperativas de Pesca Artesanal certificadas pelo INAPEM

INTRODUÇÃO

A relevância da Economia Azul para o crescimento sustentável de Angola, focada na diversificação económica e utilização otimizada dos seus recursos pesqueiros, é indiscutível. No contexto do diálogo de políticas públicas entre a União Europeia (UE) e Angola, surge o objectivo de fortalecer o sector pesqueiro como um pilar relevante para a segurança alimentar em Angola e para as exportações. Esta Acção busca apoiar tal diálogo, avaliando a situação actual do sector e identificando os seus intervenientes e fragilidades, bem como os pontos fracos na regulamentação actual.

Especificamente, a Acção promoverá a criação de um Diagnóstico Sectorial focado na identificação de organizações profissionais e não governamentais activas no sector da pesca, especialmente na pesca artesanal e de pequena escala, nas instituições públicas relevantes e nas fragilidades institucionais e regulatórias existentes. As recomendações emanadas desse Diagnóstico buscarão fortalecer a capacidade nacional para gerir os recursos marinhos de forma sustentável, promover a cadeia de valor da pesca sustentável, melhorar a segurança alimentar das comunidades costeiras e garantir o cumprimento das normas de qualidade e segurança dos produtos pesqueiros, visando sua promoção nos mercados locais, regionais e internacionais.

Esta Acção foi implementada através da mobilização de dois especialistas, em colaboração com actores institucionais do sector público e privado, e organizações de apoio ao sector privado. Finalmente, a Acção irá incentivar a inclusão das recomendações provenientes do Diagnóstico Sectorial nas políticas públicas de Angola, através do diálogo institucional.

Este projecto enquadra-se no escopo da Economia Azul em Angola, com foco no desenvolvimento do sector pesqueiro e no apoio da União Europeia (UE) à diversificação e sustentabilidade económica do país. Esta intervenção faz parte da estratégia da “Facilidade de Diálogo UE-Angola”, cujo objectivo é aprofundar o diálogo político em várias áreas identificadas no Acordo “Caminho Conjunto Angola-UE”.

O objectivo geral é melhorar o diálogo e a cooperação UE-Angola, especialmente no desenvolvimento económico sustentável. Objectivos específicos incluem fortalecer o diálogo sobre Economia Azul e fornecer recomendações para o futuro apoio da UE ao sector pesqueiro angolano. Espera-se a realização de um diagnóstico do sector pesqueiro e a apresentação pública das conclusões num *workshop* com parceiros institucionais, sector privado e Sociedade Civil.

A coordenação da “Facilidade de Diálogo UE-Angola” engloba o Ministério da Economia e Planeamento, o Ministério das Relações Exteriores e a Delegação da União Europeia em Angola. O colapso das receitas

petrolíferas em 2014 tornou a diversificação da Economia e das exportações uma prioridade para o Governo, e a Economia Azul sustentável apresenta uma oportunidade importante para o apoio da UE. Na IV Reunião Ministerial do Caminho Conjunto Angola-UE, as partes concordaram em explorar oportunidades de cooperação na Economia Azul.

O sector pesqueiro tem um grande potencial para contribuir para o desenvolvimento sustentável e segurança alimentar de Angola. Apoiar este sector permitiria uma gestão sustentável dos recursos naturais marinhos e de água doce, criar empregos, melhorar a saúde e a nutrição e aumentar as receitas de exportação. No entanto, existem desafios, como melhorar a capacidade do Governo para implementar um quadro legal para a gestão sustentável dos recursos marinhos, formalizar o grande subsector da pesca tradicional, e reforçar e integrar a cadeia de valor.

A missão aborda a Economia Azul em Angola através de várias actividades: revisão documental, entrevistas com *stakeholders*-chave, organização de um *workshop* para colectar contribuições para um diagnóstico do sector pesqueiro, e elaboração deste Diagnóstico com, pelo menos, 35 páginas. Este inclui um inventário das organizações envolvidas no sector de pesca artesanal e de pequena escala, avaliação das suas capacidades, e uma estimativa do número de potenciais beneficiários. Também são fornecidas recomendações para o Governo angolano, visando reforçar o quadro jurídico, apoiar o cumprimento do plano de gestão dos recursos marinhos, formalizar o subsector de pesca artesanal, e identificar e integrar cadeias de valor.

Os beneficiários directos da análise são a UE, a sua Delegação em Angola, os Estados-Membros da UE no país e o Governo angolano. Esta análise orienta as suas acções de desenvolvimento em Angola. Participantes activos incluem os Ministérios angolanos da Agricultura e Florestas, da Cultura e Turismo e da Economia e Planeamento. A Sociedade Civil angolana também beneficia e contribui para a análise. Consultas com instituições governamentais que tutelam o sector das pescas e associações do sector nas principais províncias pesqueiras foram essenciais.



METODOLOGIA 2

O presente Estudo de Diagnóstico da pesca artesanal ou pequena pesca foi dividido em três fases principais. A primeira consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica de documentos existentes para enquadrar correctamente o Estudo, de entrevistas aos principais intervenientes do sector e na condução de visitas de campo às praias e mercados de peixe, para verificar e colectar informações.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em duas áreas principais, considerando os diferentes componentes para se alcançar os objectivos e resultados esperados:

INFORMAÇÃO GERAL: Pesquisa realizada principalmente na Web, para definir o quadro da investigação e adquirir informações sobre o planeamento geral e projectos em curso relativos à pesca artesanal.

Foram procuradas publicações que pudessem fornecer informações gerais, como demografia, preços, condições socioeconómicas dos pescadores artesanais, etc.

INFORMAÇÃO SECTORIAL: Informação derivada de estudos de organizações que actuam no sector e/ou têm projectos no sector (cooperativas de pescadores, associações de pescadores, FAO, UNCTAD, etc.), instituições públicas (Ministério das Pescas e Recursos Marinhos, IPA, INAPEM, etc.), investigações realizadas no sector da pesca artesanal e da cadeia de valor afectada.

Isso inclui tanto a cadeia a montante, ou seja, o fornecimento de material necessário para as operações de pesca, como redes, barcos, motores, etc., como a cadeia a jusante, ou seja, todo o material e equipamento necessário para a conservação e processamento da captura.

A segunda fase, que decorreu em simultâneo com a anterior, consistiu em realizar entrevistas com os especialistas e todos os possíveis intervenientes na cadeia de valor do sector da pesca artesanal, a começar pelo Ministério das Pescas e Recursos Marinhos, mas também com as instituições envolvidas no sector, mesmo as envolvidas em actividades colaterais e acessórias.

Além da mera actividade de captura, a pesca envolve actividades concorrentes ou sinérgicas, como comércio, ambiente aquático e sua protecção, etc. Portanto, foi igualmente importante ouvir os próprios operadores da pesca artesanal, beneficiários

finals de qualquer projecto ou possível programa relativo ao sector, por meio das suas associações e cooperativas.

A terceira fase consistiu em recolher, analisar e sistematizar os resultados dos levantamentos bibliográficos, das reuniões com os *stakeholders* e das auscultações. O Relatório Final do presente Estudo de Diagnóstico do Sector da Pesca Artesanal é resultado dessa terceira fase.

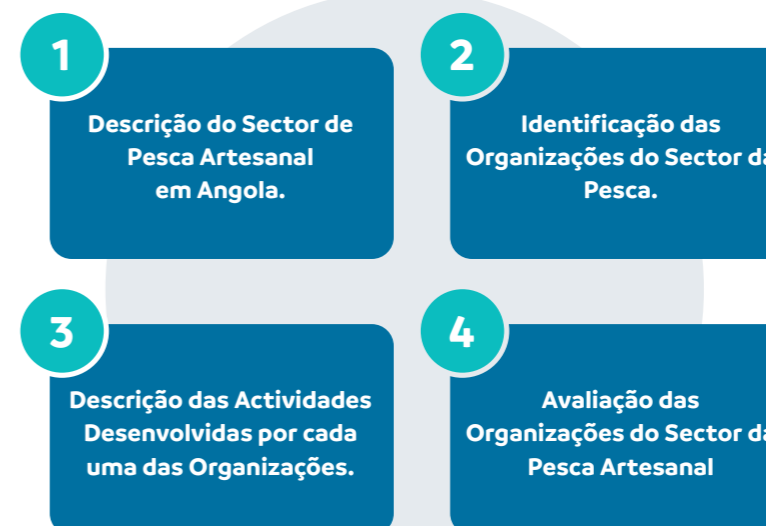
A metodologia visa fornecer um estudo completo e abrangente da pesca artesanal ou pequena pesca, considerando todas as partes interessadas e as diferentes áreas que afectam o sector. A pesquisa bibliográfica, as entrevistas com especialistas e auscultações foram fundamentais para a recolha de informações precisas e actualizadas sobre o sector e para elaboração de um relatório objectivo e completo.

ESCOPO E FACTORES LIMITANTES

3

3.1 ESCOPO DO ESTUDO DE DIAGNÓSTICO

O presente Estudo de Diagnóstico sobre a pesca artesanal e de pequena escala tem os seguintes objectivos:



Com a materialização dos objectivos acima descritos, pretende-se: analisar o sector da pesca em geral e, em particular, da pesca artesanal em Angola com o detalhamento de informações estatísticas; avaliação do quadro legal e regulatório; identificação dos principais *stakeholders*, e determinação e avaliação da respectiva cadeia de valor; identificação das principais organizações do sector da pesca artesanal em Angola (associações, cooperativas, uniões de cooperativas); descrição da forma como as organizações do sector da pesca artesanal estão estruturadas; e descrição e avaliação do contexto de actividade da pesca artesanal em Angola, por meio da construção de uma Análise SWOT do Sector de Pesca Artesanal em Angola. A análise SWOT permitirá, apresentar, de forma objetiva, os desafios e oportunidades do sector da pesca artesanal, bem como os respectivos riscos e forças intrínsecas do sector. factores limitantes do estudo

Como factores limitantes do presente Estudo de Diagnóstico apresentam-se os seguintes:

1

O calendário limitado para um trabalho de campo que deveria incluir entrevistas/abordagens a todos os stakeholders afectos ao sector da pesca artesanal em Angola.

2

Ausência de um período de pesquisa documental e de organização das reuniões e entrevistas antes do arranque do trabalho de campo, permitindo um estudo mais preciso e adequado dos documentos.

3

Outra limitação a considerar é o projecto não ter incluído uma visita alargada aos diferentes locais do país onde se pratica a pesca artesanal, especialmente a pesca interior, com menos estudos e estatísticas mais incertas do que a pesca marinha.

4

Parte significativa do trabalho foi baseada na experiência anterior dos consultores e não no levantamento de informações primárias.

5

Dificuldade em reunir com o Ministério das Pescas e Recursos Marinhos dentro dos prazos previstos por sucessivas indisponibilidades.

DADOS GLOBAIS DA PESCA

4

Os oceanos e as águas interiores criam inúmeros benefícios para o planeta e para a sua população, proporcionando a milhares de milhões meios de subsistência, rendimento e emprego, segurança alimentar e nutrição, energia renovável e recursos naturais para além do peixe. Também absorvem cerca de 30% do dióxido de carbono do planeta, amortecendo assim o impacto do aquecimento global. Contudo, já no final da década de 1980, há mais de quatro décadas, tornou-se claro que o desenvolvimento global da pesca marinha decorria a um ritmo que os ecossistemas naturais não eram capazes de sustentar.

A actual pesca mundial, tanto marinha como interior, está ameaçada por uma enorme sobrecapacidade das frotas pesqueiras e por uma quantidade insustentável de esforço de pesca. Isto levou à sobrepesca e ao esgotamento de muitos *stocks* de peixe, bem como à perda de renda económica devido à captura de peixe. De acordo com a avaliação da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)¹, a fracção das populações de peixes dentro de níveis biologicamente sustentáveis caiu para 64,6% em 2019, menos 1,2% do que em 2017. Esta fracção era de 90% em 1974. Em contrapartida, a proporção de unidades populacionais pescadas em níveis biologicamente insustentáveis aumentou de 10% em 1974 para 35,4% em 2019. Este cálculo considera todas as unidades populacionais de peixes, independentemente da sua abundância e capturas.

A sobrepesca e a pesca destrutiva, incluindo a Pesca Ilegal, Não declarada e Não regulamentada (INN), continuam a reduzir a abundância e diversidade das unidades populacionais tanto na pesca marinha em oceanos, águas costeiras e Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) sob jurisdição nacional, como na pesca interior. Os principais factores externos são o crescimento das populações, e a crescente procura global por alimentos aquáticos (alimentos azuis). O acima exposto contribui para diminuir a abundância e diversidade dos *stocks*, bem como para outros efeitos de origem humana, tais como alterações climáticas, poluição, especialmente a poluição plástica, e intrusão nos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos em todo o mundo, incluindo em África e na região africana do Oceano Atlântico.

¹ FAO, The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA), 2022

Tabela 1. Utilização e comércio da produção mundial da pesca e da aquicultura²

	1990s	2000s	2010s	2018	2019	2020
AVERAGE PER YEAR MILLION TONNES (LIVE WEIGHT EQUIVALENT)						
PRODUCTION						
CAPTURE						
INLAND	7.1	9.3	11.3	12.0	12.1	11.5
MARINE	81.9	81.6	79.8	84.5	80.1	78.8
TOTAL CAPTURE	88.9	90.9	91.0	96.5	92.2	90.3
AQUACULTURE						
INLAND	12.6	25.6	44.7	51.6	53.3	54.4
MARINE	9.2	17.9	26.8	30.9	31.9	33.1
TOTAL AQUACULTURE	21.8	43.4	71.5	82.5	85.2	87.5
TOTAL WORLD FISHERIES AND AQUACULTURE	110.7	134.3	162.6	178.9	177.4	177.8
UTILIZATION						
HUMAN CONSUMPTION	81.6	109.3	143.2	156.8	158.1	157.4
NON-FOOD USES	29.1	25.0	19.3	22.2	19.3	20.4
POPULATION (BILLIONS)	5.7	6.5	7.3	7.6	7.7	7.8
PER CAPITA APPARENT CONSUMPTION (KG)	14.3	16.8	19.5	20.5	20.5	20.5
TRADE						
EXPORTS - IN QUANTITY	39.6	51.6	61.4	66.8	66.6	59.8
SHARE OF EXPORTS IN TOTAL PRODUCTION	35.8%	38.5%	37.7%	37.3%	37.5%	33.7%
EXPORTS - IN VALUE (USD 1 BILLION)	46.6	76.4	141.8	165.3	161.8	150.5

2 FAO, The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA), op. cit.

O combate à utilização insustentável dos recursos haliêuticos tornou-se uma prioridade da União Africana (UA) e a razão central para o desenvolvimento da Economia Azul (BE) africana (ver abaixo). A EA africana coloca a “Pesca, aquicultura, conservação e ecossistemas aquáticos sustentáveis” como a sua principal Área Temática (ver abaixo)³.

A emergência da EA africana tem sido apoiada pela UE, expandindo a cooperação África/UE para além do enfoque tradicional no desenvolvimento, comércio e segurança, Estado de Direito, boa governação, Direitos Humanos e igualdade de género. A Comunicação da Comissão Europeia “Rumo a uma estratégia abrangente para África”⁴ e as subseqüentes Conclusões do Conselho sublinham a necessidade de promover uma melhor governação oceânica, que é uma parte cada vez mais importante do diálogo político e das acções UE-África. A estratégia abrange Estados ACP (África, Caraíbas e Pacífico) frágeis do ponto de vista económico e político, abrangendo Angola.

A maioria destes Estados, senão todos, sofre de pobreza endémica, insegurança alimentar, agitação social e fraca governação, tudo exacerbado por ameaças ambientais como a desertificação e outros impactos relacionados com as alterações climáticas, como secas, inundações e outros fenómenos climáticos extremos, com esforços de assistência ainda mais complicados pela pandemia da COVID-19.

4.1 CAPTURAS DE PESCA: A SITUAÇÃO GLOBAL

4.1.1. PESCA MARINHA

Como referido na introdução, no final da década de 1980, tornou-se claro que o desenvolvimento global da pesca marinha estava a decorrer a um ritmo que os ecossistemas naturais não eram capazes de sustentar.

Em resposta, e reconhecendo o carácter global da governança oceânica, assistiu-se a um esforço multilateral para o desenvolvimento de um acervo de normas que regulem a utilização dos recursos oceânicos. Este esforço, principalmente desenvolvido sob a égide das Nações Unidas, começa com a aprovação, em 1982, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM/UNCLOS)⁵, que deu aos Estados costeiros controlo sobre as suas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) e os seus recursos. Mais tarde a CNUDM forneceu o quadro legal para o “Acordo para a Promoção do Cumprimento das Medidas Internacionais de Conservação e Gestão pelos Navios de Pesca no Alto Mar” (FAO CA)⁶ e para o Acordo das Nações Unidas de 1995 relativo, à “Conservação e Gestão das Populações de Peixes Transzonais e das Populações de Peixes Altamente Migradores”⁷, que trata da gestão dos recursos pesqueiros em Áreas Fora da Jurisdição Nacional (ABNJ)⁸. O Acordo sobre Medidas

3 AU-IBAR, 2020. Plano de Implementação da Estratégia da Economia Azul para África, 2021-2025

4 CE, Para uma Estratégia Global com África, Bruxelas, 09.03.2020

5 Nações Unidas, disponível em: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf6 Agreement to promote compliance with international conservation and management measures by fishing vessels on the high seas, Rome/Roma, FAO, 1995, pag. var (<https://www.fao.org/documents/card/en/c/8cb30770-3145-55ed-a0db-315cbbb722a6/>)7 Nações Unidas, disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/oceans/unfishstock>8 Nações Unidas, disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5774Brief%20ABNJ%20GSDR_rev.pdf

do Estado do Porto para Prevenir, Deter e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (INN) entrou em vigor em 2016 (PSMA)⁹. Aplica-se a toda a pesca marinha e recursos pesqueiros, e inclui medidas para impedir que os desembarques da pesca INN entrem nos mercados nacionais ou internacionais.

A lógica do PSMA é que a pesca INN é menos provável se o peixe capturado não conseguir chegar aos mercados nacionais e internacionais devido às Medidas do Estado do Porto. Muitos Estados já não permitem os desembarques de embarcações embandeiradas por Estados não aderentes às Medidas de Estado do Porto.

Para além das Convenções e Acordos juridicamente vinculativos, existe uma pletera de instrumentos voluntários e não vinculativos, sendo os mais importantes o Código de Conduta para uma Pesca Responsável da FAO (doravante CCPR) e os instrumentos voluntários associados (ver abaixo)¹⁰

Apesar da multiplicidade de normas internacionais, e quadros de gestão, o estado atual da pesca mundial continua marcado por uma enorme sobrecapacidade das frotas de pesca marinha e costeira, e por um nível insustentável de esforço de pesca que se traduz em sobrepesca e no esgotamento de quase todos os recursos haliêuticos.

De acordo com o SOFIA 2020, 34,2% das unidades populacionais de peixes da pesca marinha mundial são pescadas a níveis biologicamente insustentáveis em comparação com apenas 10% em 1974¹¹. A drástica diminuição da abundância e diversidade das unidades populacionais é causada pela sobrepesca e pela pesca destrutiva do meio marinho, frequentemente INN.

CAIXA 1: DEFINIÇÃO DE “PESCA INN”

A pesca ilegal refere-se *inter alia* a actividades de um navio estrangeiro em águas de um Estado costeiro sem a sua autorização, e a actividades de pesca por navios que arvoram a bandeira de um não membro em águas regulamentadas por uma DGRM;

A pesca não declarada refere-se a actividades de pesca que não tenham sido declaradas, que tenham sido declaradas incorrectamente à autoridade nacional competente, ou em violação dos procedimentos da DGRM competente;

A pesca não regulamentada inclui actividades em águas regulamentadas por uma DGRM por um navio sem nacionalidade ou arvorando a bandeira de um Estado externo a essa DGRM, e a pesca em áreas onde não existem medidas de conservação e gestão aplicáveis, em violação das responsabilidades do Estado ao abrigo do Direito Internacional¹².

9 FAO, disponível em: <https://www.fao.org/port-state-measures/en/>

10 FAO, Código de Conduta para uma Pesca Responsável, Roma, 1995. O CCPR é amplamente reconhecido como o instrumento de referência para a elaboração de políticas e gestão das pescas. O seu âmbito é holístico, os seus princípios são apoiados pelo Direito Internacional, e a sua natureza é voluntária

11 FAO, The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA) 2020, op. cit., pp.

12 FAO. Plano de Acção Internacional para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. Roma, FAO. 2001

De acordo com uma análise mundial realizada num estudo de 2009, as capturas da pesca INN ascenderam, só por si, a cerca de 23,5 mil milhões de dólares anuais, representando cerca de 11 a 26 milhões de toneladas de peixe – o equivalente a cerca de um quinto das capturas globais comunicadas¹³.

A pesca INN e a sobrecapacidade são tratadas por dois instrumentos voluntários, que complementam a CCPR: o Plano de Acção Internacional (PAI), para prevenir, impedir e eliminar a pesca INN (PAI-Pesca INN)¹⁴, que define a pesca INN, e o PAI-Capacidade, que incentiva os Estados a abordar este problema através da gestão da capacidade, a fim de alinhar a capacidade de pesca com a utilização sustentável dos seus recursos haliêuticos¹⁵. Tal como a CCPR, foram prontamente aceites pela maioria dos países, mas a sua implementação é muitas vezes dificultada pela falta de recursos e vontade política.

É amplamente reconhecido que os subsídios à pesca estão a contribuir directamente para a sobrepesca, para a sobrecapacidade e para o comércio insustentável. O PAI-Capacidade¹⁶ aborda os subsídios como um factor importante de criação de sobrecapacidade.

CAIXA 2: PAI-CAPACIDADE E SUBSÍDIOS

Ao desenvolverem os seus planos nacionais de gestão da capacidade de pesca, os Estados devem avaliar o possível impacto de todos os factores, incluindo subsídios, que contribuam para a sobrecapacidade na gestão sustentável das suas pescas, distinguindo entre os factores negativos que contribuem para a sobrecapacidade e insustentabilidade e os que levam à insustentabilidade, incluindo subsídios, e aqueles que produzem um efeito positivo ou são neutros.

Os Estados devem reduzir e eliminar progressivamente todos os factores, incluindo subsídios e incentivos económicos e outros factores que contribuam, directa ou indirectamente, para a construção de uma capacidade de pesca excessiva, prejudicando assim a sustentabilidade dos recursos marinhos vivos, dando a devida atenção às necessidades da pesca artesanal.

A crescente procura do mercado de peixe e produtos da pesca é outro principal motor da sobreexploração dos recursos marinhos. Os alimentos aquáticos são o produto alimentar mais comercializado e mais valioso do mundo. O SOFIA 2020¹⁷ sublinha que, de 1961 a 2017, a taxa média de crescimento anual do peixe consumido para alimentação foi de 3,1%, o que representa quase o dobro da taxa de crescimento anual da população mundial (1,6%). Durante o mesmo período, as pessoas consumiram 9,0 kg (peso vivo equivalente) de peixe alimentar por pessoa em 1961, e 20,3 kg por pessoa em 2017.

13 Agnew, D., J. Pearce, G. Pramod, T. Peatman, R. Watson, J. Beddington, e T. Pitcher. Estimando a Extensão Mundial da Pesca Ilegal. 2009 citado pelo Banco Mundial. 2017. The Sunken Billions Revisited: Progressos e Desafios na Pesca Marinha Global. Washington, DC: Banco Mundial.

14 https://www.wto.org/english/tratop_e/rulesneg_e/fish_e/2001_ipoa_INN.pdf

15 FAO, disponível em: <https://www.fao.org/3/x3170E/x3170e04.htm>

16 Plano de Acção Internacional para a Gestão da Capacidade de Pesca (IPOA-CAPACITY/PAI-Capacidade) <https://www.fao.org/fishery/en/ipoa-capacity>

17 FAO, The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA) 2020, op.cit.

A sobrepesca e a pesca INN prejudicam os esforços nacionais e regionais para proteger e gerir os recursos haliêuticos. A pesca INN pode afectar negativamente a subsistência das pessoas, a segurança alimentar, as economias nacionais e o ambiente. Isto é especialmente verdade para as pequenas ilhas e Estados costeiros em desenvolvimento, que dependem muito da pesca.

A UE propõe um esquema de entradas-saídas para lidar com a sobrecapacidade e acabar com os subsídios. Ao abrigo deste plano: i) qualquer nova entrada de capacidade (ou um novo navio que adira à frota ou um aumento da capacidade dos navios existentes) deverá ser compensada por uma retirada permanente de capacidade equivalente, ii) qualquer capacidade retirada com ajuda pública não poderá ser reconstruída, e iii) não será concedida qualquer ajuda pública para aumentos de capacidade que possam resultar em maior capacidade.

Os resíduos plásticos provenientes da navegação e da pesca costeira e marinha, assim como os resíduos produzidos em terra, estão a afectar cada vez mais tanto as zonas próximas da costa como as zonas ao largo. Estudos anteriores estimaram que todos os anos mais de oito milhões de toneladas de resíduos plásticos acabam nos oceanos; as últimas estimativas da IUCN¹⁸ elevaram este número para 14 milhões de toneladas por ano¹⁹.

A poluição plástica ameaça não só massas de água interiores, estuários, recifes de coral, leitos de ervas marinhas, mangues e zonas interditaes, mas também peixes das águas interiores e do oceano e outros animais aquáticos, por emaranhado, efeitos toxicológicos, ingestão de plásticos, asfixia ou fome. Isto afecta os milhões de famílias que dependem dos oceanos para o seu sustento.

4.1.2. PESCA EM ÁGUAS INTERIORES

Os ecossistemas de “água doce” contêm água doce ou praticamente sem teor de sal. São criados pela água que entra no meio terrestre a partir da precipitação e de outras fontes. A água doce é retida em aquíferos subterrâneos, ou flui tanto à superfície como abaixo do solo em direcção ao mar. Estes ecossistemas abrangem uma vasta gama de habitats, incluindo rios, lagos e zonas húmidas, e as zonas ribeirinhas a eles associadas. Os seus limites estão em constante mudança com a sazonalidade do ciclo hidrológico. Estima-se que a Terra tenha apenas 35.029.000 km³ de água doce (apenas 2,5% de todos os recursos hídricos), todos explorados para subsistência, incluindo por captura, aquicultura e pesca baseada na aquicultura.

O SOFIA 22²⁰ estima que, em 2020, as capturas totais globais em águas interiores tenham perfazido os 11,5 milhões de toneladas (Tabela 2), uma diminuição de 5,1% em relação a 2019. Tal como na produção de captura marinha, as operações de pesca em águas interiores foram severamente afectadas pela pandemia da COVID-19 durante 2020.

18 International Union for Conservation of Nature, disponível em: <https://www.iucn.org>

19 International Union for Conservation of Nature, disponível em: <https://www.iucn.org/resources/issues-brief/marine-plastic-pollution>

20 FAO, The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA) 2022, op. cit., pp.

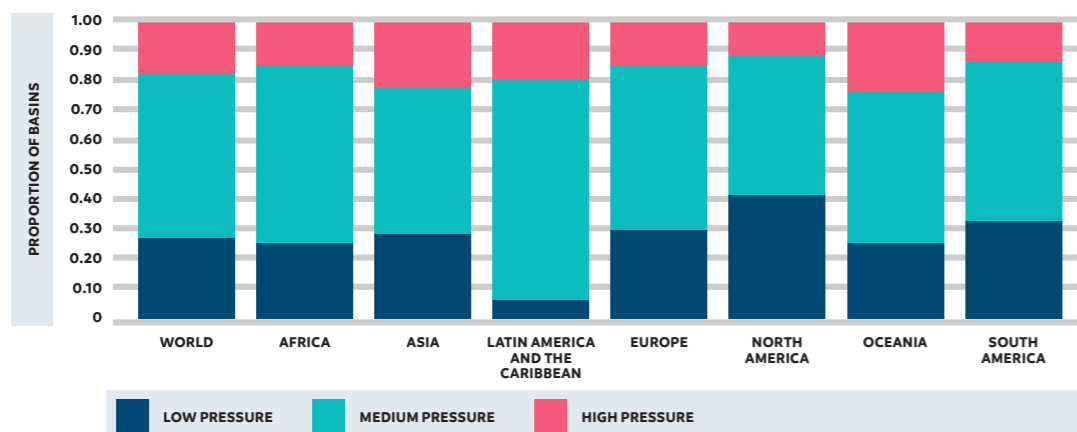
Tabela 2. Pesca interior nas principais zonas FAO²¹

FISHING AREA CODE	FISHING AREA NAME	PRODUCTION (AVERAGE PER YEAR)				PRODUCTION				% OF TOTAL, 2020
		1980s	1990s	2000s	2010s	2017	2018	2019	2020	
(MILLION TONNES, LIVE WEIGHT)										
INLAND WATER CAPTURES										
01	AFRICA - INLAND WATERS	1.47	1.89	2.33	2.87	3.01	3.02	3.24	3.21	28
02	AMERICA, NORTH - INLAND WATERS	0.23	0.21	0.18	0.21	0.23	0.30	0.21	0.19	2
03	AMERICA, SOUTH - INLAND WATERS	0.32	0.33	0.39	0.36	0.36	0.34	0.35	0.34	3
04	ASIA - INLAND WATERS	2.87	4.17	5.98	7.39	7.85	7.90	7.89	7.29	64
05	EUROPE - INLAND WATERS	0.28	0.43	0.36	0.40	0.41	0.41	0.39	0.42	4
06	OCEANIA - INLAND WATERS	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0
07	FORMER SOVIET UNION AREA - INLAND WATERS	0.51	-	-	-	-	-	-	-	0
INLAND WATERS TOTAL		5.70	7.05	9.26	11.26	11.88	11.99	12.09	11.47	100

Apesar da diminuição em 2020, as capturas em águas interiores permanecem a níveis historicamente elevados e apenas marginalmente abaixo dos níveis mais elevados de 12 milhões de toneladas registados em 2019, e o relatório afirma ainda que o aumento das capturas em águas interiores continua a ser impulsionado por vários países produtores importantes. Os países africanos com uma contribuição notável para a produção interna são o Uganda com 7%, a Tanzânia com 4%, a Nigéria e o Egipto com 3%, a RDC com 2% e outros países africanos com 1% cada.

21 *ibidem*

Figura 1. Estado das principais pescarias interiores por região



Fonte: Laboratório de terra e água, Universidade da Flórida²²

A par do que acontece a nível mundial, pesca interior é, com algumas excepções em lagos maiores, realizada em pequena escala ou à escala artesanal. Deve, contudo, notar-se que a expressão “pesca de subsistência”, frequentemente associada tanto à pesca costeira como à pequena pesca em águas doces, é, no mínimo, enganadora, se implicar que as capturas são inteiramente consumidas em casa. Em regra, o peixe é vendido em vez de consumido em casa onde quer que haja procura, e a venda das capturas pode gerar dinheiro para o fornecimento de produtos de importância primária, como alimentos básicos, propinas escolares e outras necessidades financeiras.

CAIXA 3: DEFINIÇÃO DE “PESCA EM PEQUENA ESCALA” (PPE)

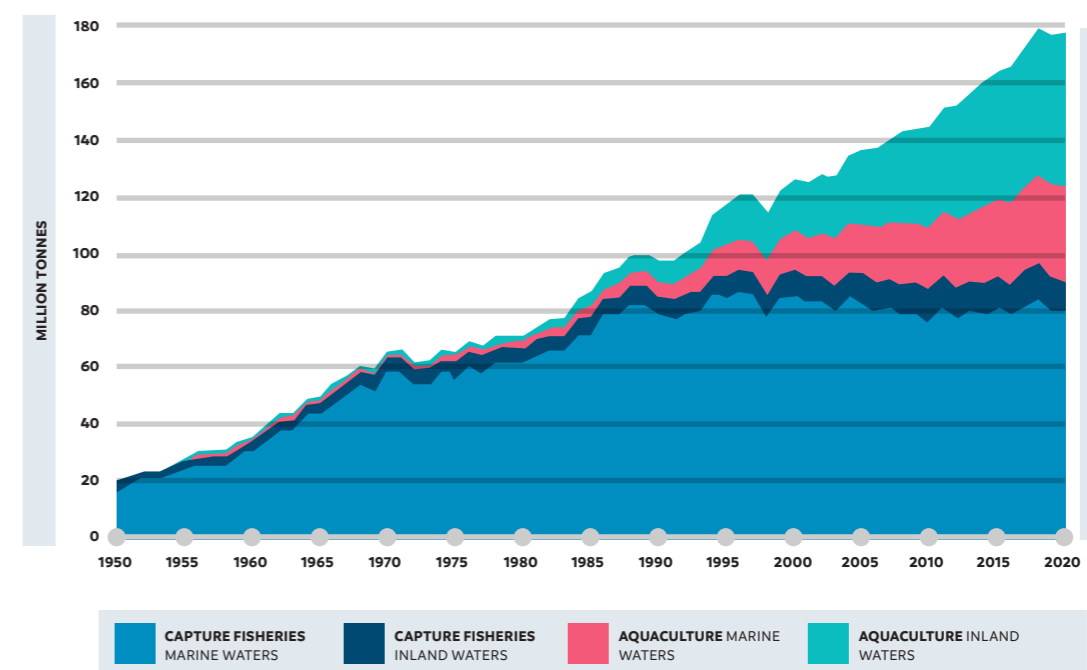
A pesca em pequena escala apresenta uma série de características relacionadas com as suas operações de escala (... e ...) não existe um corte geralmente acordado entre a designação “em pequena escala” e a designação “em grande escala”. (...) As definições nacionais da pesca em pequena escala são tipicamente baseadas num conjunto limitado de métricas quantitativas, tais como tamanho e potência do navio, tipo de arte ou área de operações. (...) em alguns casos, exclui os pescadores de pequena escala ou permite a inclusão de embarcações de grande escala como parte da frota de pequena escala.²³

²² SOFIA 2022, pag 58, *op. cit.*

²³ FAO, Duke University & WorldFish, 2023. Illuminating Hidden Harvests – The contributions of small-scale fisheries to sustainable development, Rome <https://doi.org/10.4060/cc4576en>

De acordo com o estudo “Illuminating Hidden Harvests”, publicado pela FAO, Duke University & WorldFish em 2023²⁴, cerca de 492 milhões de pessoas dependem directamente da pesca de captura marinha, captura interior e actividades económicas relacionadas para a sua subsistência. A PPE emprega mais de 60 milhões de pessoas a tempo parcial ou completo, representando 90% da pesca de captura. A estas, juntam-se 53 milhões engajadas na pesca de subsistência, e 379 milhões membros do grupo familiar. Isto constitui 40% dos desembarques gerais. Em África, 66% são desembarcados pela PPE, dos quais 90 a 95% são consumidos pela população local. É de notar que muitas actividades da PPE escapam às estatísticas oficiais devido à dificuldade de recolher dados para pontos de desembarque distantes, à fraqueza dos sistemas de recolha de dados estatísticos e às actividades classificadas como de “subsistência”, mas que, na realidade, visam mercados e comércio locais. Isto é particularmente verdade em comunidades rurais distantes e isoladas com acesso a águas interiores, onde a pesca é a principal fonte de proteína animal e também uma opção de subsistência de último recurso para as pessoas economicamente marginalizadas. As mulheres representam 47% dos profissionais do sector, activas no processamento e comercialização, mas também no investimento e na gestão de negócios relacionados com as cadeias de valor da pesca. A Figura seguinte mostra a repartição da contribuição da pesca e da aquicultura marinhas, de captura interior e global.

Figura 2. Pesca global marinha, de captura interior e aquicultura

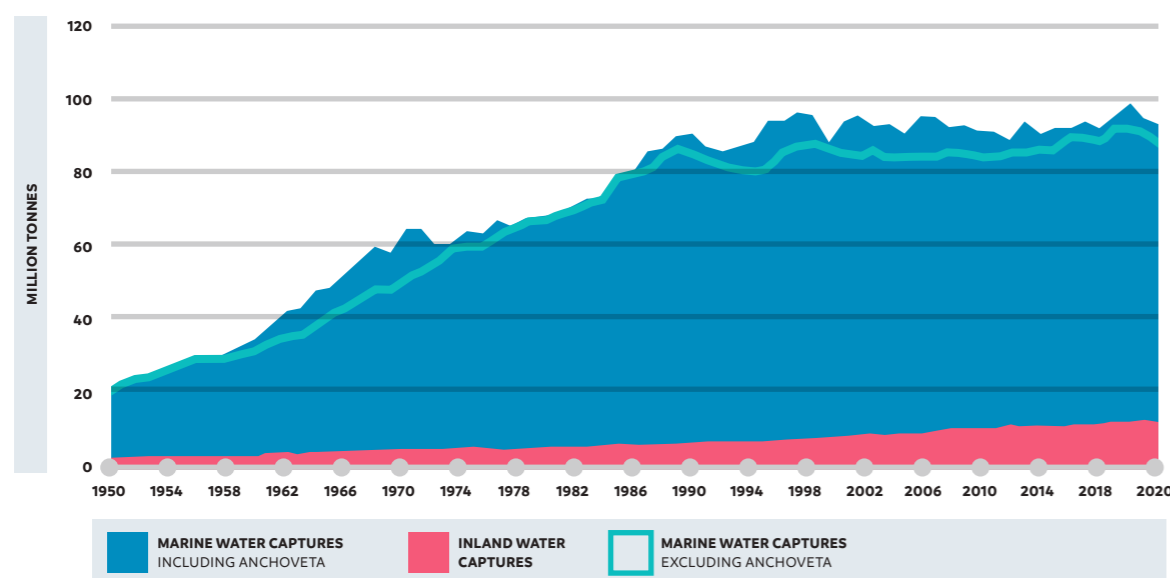


NOTA: Exclui mamíferos aquáticos, crocodilos e jacarés, algas marinhas e outras plantas aquáticas. Fonte: FAO

²⁴ *ibidem*

Muitos estudos e avaliações passados e presentes mostram que as comunidades piscatórias de pequena escala estão entre as mais pobres e marginalizadas, tanto no interior como ao longo da costa. Um estudo encomendado pela Organização dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e pela UE afirma que o interior, tal como as comunidades de pesca costeira, está entre os locais mais vulneráveis do planeta no que diz respeito a meios de subsistência sustentáveis. Têm de lidar com as alterações climáticas, a diminuição dos recursos, baixos níveis de educação, falta de serviços sociais e de saúde, fraco acesso a infra-estruturas e mercados, e poucas outras opções de emprego. Devido aos baixos níveis de representação sociopolítica, as suas vozes raramente são ouvidas nos fóruns políticos nacionais e regionais²⁵. Os dados do SOFIA 2022 mostram que os desembarques da pesca interior aumentaram, mas a um ritmo significativamente mais lento do que os da marinha.

Figura 3. Tendências na pesca global de captura²⁶



O papel da PPE (*sensu lato*²⁷) no fornecimento de empregos, rendimentos e segurança alimentar é reconhecido pelo ponto 6.18 do CCPR, que também declara que os Estados devem proteger os direitos dos operadores da PPE, em particular, o acesso preferencial aos pesqueiros tradicionais e aos recursos em águas sob a sua jurisdição nacional (ZEE). Além disso, as VG-PPE²⁸ sublinham a exclusão de muitos serviços sociais sofridos pelas comunidades de pescadores da PPE, a falta de reconhecimento do seu contributo para a segurança alimentar, para a eliminação da pobreza e para a utilização sustentável dos recursos. Seguindo uma abordagem baseada nos Direitos Humanos, as VG-PPE pretendem melhorar tanto o nível de reconhecimento da importância destas comunidades como a sua contribuição para a realização dos objectivos da Agenda 2030 da ONU (Nações Unidas) no contexto de uma gestão sustentável das pescas.

25 Hosch, G. & Cacaud, P., Session 1: Generic fisheries governance topics to be considered by future ministerial cooperation and coordination mechanism, ACP/84/054/09 SEDT/GH/fk, Brussels, 2009

26 FAO, The State of World Fisheries and Aquaculture (SOFIA) 2022, *op. cit.*, pp.

27 Abrange tanto a PPE profissional como a pesca de "subsistência"

28 Directrizes voluntárias para assegurar a pesca sustentável em pequena escala, disponível em: <https://www.fao.org/voluntary-guidelines-small-scale-fisheries/en/>

4.1.3. A PESCA NO CONTEXTO REGIONAL

Relativamente à pesca interior, 64% do continente africano está coberto por uma rede de recursos de água doce, tais como rios, lagos, aquíferos, bacias, bacias hidrográficas, etc., que produzem 25% das capturas terrestres globais. Estes recursos aquáticos representam um enorme potencial para a subsistência, segurança alimentar e nutrição, e outros serviços do ecossistema.

Quase todos os que se dedicam à pesca interior e entre 80 a 90% dos que se dedicam pesca de captura marinha são pescadores em pequena escala e de pesca artesanal tradicional. Os desembarques são predominantemente comercializados nos mercados domésticos, sendo apenas algumas espécies, exportadas. Qualquer excedente é vendido localmente ou consumido em casa. No entanto, estima-se que as perdas pós-colheita representem cerca de 35% da produção anual total devido à falta ou mau manuseamento tanto a bordo como em terra às condições de armazenamento e a cadeias de valor ineficientes e ineficazes. As perdas pós-colheita são uma razão importante para o consumo de peixe per capita oficialmente baixo – menos de metade da média global de 21 kg – embora seja provável que muitos desembarques não sejam declarados, devido ao facto de muitas pescarias fazerem parte do sector informal, não serem tributadas e, portanto, não serem registadas nas estatísticas oficiais. O consumo *per capita* irá provavelmente diminuir ainda mais devido ao elevado crescimento da população e à estagnação, ou até diminuição, dos abastecimentos.

A maioria dos recursos pesqueiros de captura interior estão mal regulamentados e, formal ou informalmente, em acesso aberto, conforme verificado durante as reuniões realizadas²⁹. Os 20% dos recursos marinhos que restam após o que a pesca costeira de pequena escala e a pesca artesanal exploram ficam para o setor da pesca industrial, dominado por empresas orientadas para a exportação, na sua maioria de peixes e produtos da pesca de alto valor, tais como atum e camarão, através de licenças e acordos de *joint venture*.³⁰

29 Informações pessoais durante as reuniões com o IPA, a FAO e o INIPM

30 Anuário Estatístico das Pescas 2020 *op. cit.*

5 ECONOMIA AZUL: UM NOVO PARADIGMA

Até 2012, o termo “Economia Azul” não existia no seu significado actual. De facto, foi introduzido na Cimeira Rio+20 pelos SIDS (Small Island Developing States). Como é frequente nos neologismos, inicialmente a adopção do conceito não foi acompanhada da sua densificação, tendo as várias Organizações Internacionais adotado diferentes definições. Em todo o caso, o termo “Economia Azul”, em todos os seus sentidos, representa uma nova forma de abordar o desenvolvimento socioeconómico da Humanidade e do planeta em que vivemos.

Este Diagnóstico, no entanto, considerará as definições da Comissão Europeia de 2017 e da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), mais tarde retomadas por várias entidades africanas.

Deve ter-se em mente que a Economia Azul surge como tentativa de mudança radical e urgente na utilização dos recursos planetários, através da assunção de um novo paradigma que engloba todas as interacções entre as actividades humanas e o meio aquático. Deve salientar-se, contudo, que a assimilação de mudanças de paradigma radicais não é fácil, a nível prático e, sobretudo, a nível cultural. Há que considerar que cada actividade realizada pelo ser humano no meio aquático foi sempre considerada uma actividade por direito próprio e como tal desenvolvida. O termo, portanto, é frequentemente mal utilizado e as estratégias resultantes, quando existentes, são aplicadas de forma incompleta.

5.1 ECONOMIA AZUL: UM NOVO PARADIGMA

De acordo com a definição da Comissão Europeia de 2017, a Economia Azul pode ser definida como *“uma economia marinha e marítima bem gerida e sustentável que visa conciliar o crescimento económico sustentável relacionado com o mar com a melhoria dos meios de subsistência e a equidade social para as gerações actuais e futuras, bem como o reforço de sistemas alimentares transparentes, fiáveis e mais seguros, baseados na conservação dos ecossistemas marinhos e da biodiversidade e na utilização sustentável dos recursos”*.

Já a Economia Azul no contexto africano *“inclui também todos os espaços aquáticos além dos marinhos, incluindo oceanos, mares, costas, lagos, rios e águas subterrâneas. Abrange uma série de sectores produtivos, incluindo pescas, aquicultura, turismo, transportes, construção naval, energia, bioprospecção, mineração submarina e actividades afins”*.

E a Estratégia AU-IBAR baseia-se na Conferência da Economia Azul Sustentável 2018, em Nairobi, onde ficou claro que *“o conceito de Economia Azul (EA) integra a exploração económica dos recursos dos oceanos, lagos, rios e outras massas de água, e a conservação dos ecossistemas aquáticos numa nova abordagem. Fornece uma base para a utilização e conservação racional e sustentável dos recursos naturais (tanto renováveis como não renováveis) e dos seus habitats naturais”*.

A EA compreende uma gama de sectores produtivos, tais como pescas, aquicultura, turismo, transportes, construção naval, energia, bioprospecção e actividades subaquáticas, mineiras e afins (ver Tabela 3).

Tabela 3. AU-IBAR: Áreas de intervenção na Economia Azul

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OBJECTIVO ESTRATÉGICO
Governança Azul e transformação institucional	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar as instituições para a governação e coordenação da EA africana Promover a EA africana como motor da transformação económica do continente. África enquanto líder no financiamento para o desenvolvimento da EA
Transporte marítimo	<ul style="list-style-type: none"> Transporte de cargas de países africanos a preços razoáveis
Portos	<ul style="list-style-type: none"> Modernização dos portos africanos
Pesca e aquicultura	<ul style="list-style-type: none"> Optimizar a conservação e a utilização sustentável dos recursos da pesca e da aquicultura, minimizando os conflitos com outros subtemas da Economia Azul. Alcançar o pleno potencial de geração de riqueza do sector das pescas e da aquicultura para contribuir de forma óptima para o crescimento azul Garantir resultados sustentáveis a nível social, económico, ambiental e de Direitos Humanos, salvaguardando simultaneamente o capital natural e o investimento azul
Energia	<ul style="list-style-type: none"> Libertar o potencial sustentável da energia azul (aspecto técnico). Criar um ambiente regulamentar propício ao desenvolvimento e à aplicação de energia azul sustentável
Minais e petróleo e gás	<ul style="list-style-type: none"> Satisfazer a procura crescente de recursos minerais, petróleo e gás para a prosperidade económica
Indústrias inovadoras	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento do potencial das indústrias inovadoras através da I&D
Turismo costeiro	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de um turismo integrado e sustentável
Carbono azul e outros serviços ecossistémicos e resiliência	<ul style="list-style-type: none"> Promover a integração do carbono azul e dos serviços ecossistémicos nas políticas relativas às alterações climáticas e nas políticas costeiras e aquáticas Garantir economias ambientalmente sustentáveis e resilientes às alterações climáticas e ao clima

Fonte: AU-IBAR 2019; Estratégia da Economia Azul em África³¹

31 AU-IBAR, 2019, Africa Blue Economy Strategy, Nairobi, Quénia



O conceito de Economia Azul inclui o reconhecimento de que a produtividade de ecossistemas saudáveis de água doce e oceânica é um caminho para as economias aquáticas e marinhas, e pode assegurar que as ilhas e outros países costeiros, bem como os Estados sem faixa litoral, beneficiem dos seus recursos. Exige uma abordagem integrada, holística e participativa, que inclui a utilização e gestão sustentável dos recursos da Economia Azul para o progresso da sociedade numa África diversificada. O quadro da Economia Azul destina-se, portanto, a passar da abordagem sectorial actual a uma abordagem plurisectorial, integrada e participativa a múltiplos níveis.

A Economia Azul baseia-se na Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC), centrando-se no ecossistema e incorporando os princípios da Economia Verde de um relatório do Mundo Azul e o desenvolvimento sustentável, tendo em conta os três pilares da sustentabilidade ambiental, económica e social.

A Economia Azul promove a conservação dos ecossistemas aquáticos e marinhos, e a utilização e gestão sustentável dos recursos associados, e assenta em princípios de equidade, desenvolvimento com baixo teor de carbono, eficiência de recursos e inclusão social.³²

O Paradigma da Economia Azul, contudo, “levanta preocupações sobre a segurança alimentar e nutricional, meios de subsistência e justiça social”³³, uma vez que é uma visão predominantemente económica da exploração dos recursos aquáticos em que as “reformas da governação dos oceanos reconhecem geralmente o potencial de riqueza económica a par do risco de sustentabilidade ecológica”, arriscando-se a ignorar o impacto social na segurança alimentar e nutricional, nos meios de subsistência e na justiça social. A PPE compreende o maior grupo de trabalhadores dependentes dos recursos aquáticos – 492 milhões de pessoas, das quais 60 milhões estão directamente empregadas na colheita – enquanto as outras dez maiores actividades económicas que interagem com os

32 Africa's Blue Economy: A policy handbook – by the Economic Commission for Africa (United Nations)

33 Philippa J. Cohen et al, Securing a Just Space for Small-Scale Fisheries in the Blue Economy, 18 April 2019, Frontiers in Marine Science www.frontiersin.org

recursos aquáticos totalizam 31 milhões³⁴. Deve também considerar-se que, para além do emprego directo, a PPE é a principal fonte de proteínas, para pelo menos, mil milhões de pessoas nos países mais pobres. É, portanto, necessário equilibrar as necessidades de desenvolvimento económico e a visão conservacionista fundamental com as necessidades socioeconómicas e de Direitos Humanos dos utilizadores dos recursos aquáticos – as mulheres e os homens que trabalham, pescam e comerciam na PPE e as pessoas para quem este recurso alimentar é fundamental.

5.2. ECONOMIA AZUL EM ANGOLA

Em 2023, o Governo de Angola, através do Minpermar (Ministério das Pescas e Recursos Marinhos) e em colaboração com a FAO, desenvolveu uma proposta para a Economia Azul angolana (ITEAzul) na qual tem em consideração o panorama internacional e continental para desenvolver a sua própria proposta de transição para a Economia Azul em Angola.

A necessidade de transição de Angola para um paradigma de Economia Azul deve-se à sua grande dimensão marítima atlântica, com mais de 1.650 km de costa e uma ZEE de 518.433 km², que apresenta uma grande riqueza de recursos marinhos vivos. No entanto, Angola enfrenta os impactos negativos das alterações climáticas, que afectam as comunidades costeiras e ribeirinhas, bem como a acidificação dos oceanos, que afecta a biodiversidade marinha, incluindo a pesca e a aquicultura, actividades importantes para a economia do país. A pesca enfrenta sérios desafios para assegurar a utilização sustentável dos recursos marinhos produtivos devido à pesca excessiva e aos impactos nos ecossistemas aquáticos. Além disso, há um aumento significativo da poluição marinha devido à expansão urbana, movimentação de embarcações, perfuração e exploração mineira *offshore*, e outras fontes de poluição, o que coloca sérios desafios para assegurar a utilização sustentável destes recursos marinhos produtivos.

Angola tem acompanhado e participado activamente na discussão sobre as principais questões oceânicas, a nível global e regional, com documentos estruturantes tais como a Agenda 2063 da União Africana, a Estratégia Marítima Integrada para África 2050 e a Estratégia da Economia Azul Africana. A fim de promover o crescimento e a Economia Azul de forma sustentável, Angola aprovou instrumentos estratégicos tais como a Estratégia Nacional para o Mar de Angola 2030 e o seu Plano de Acção, o Plano de Ordenamento do Espaço Marinho, o Plano Nacional para a Promoção das Pescas (PLANAPESCAS, 2022) e a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas 2022-2035. Paralelamente, o país implementou vários projectos de mitigação das alterações climáticas, liderados pelo MINAMB (Ministério do Ambiente) e pelos seus parceiros.

A Iniciativa para a Transição para a Economia Azul em Angola (ITEAzul) destaca as dificuldades encontradas na transição para o paradigma da Economia Azul, especificando que “a transição (...) requer um esforço forte, determinado e coordenado,

34 OECD (2016), The Ocean Economy in 2030, OECD Publishing, Paris

multissetorial e multi-actor, liderado pelo Governo ao seu mais alto nível (...) pelo Vice-Presidente da República, com coordenação técnica pelo Ministério das Pescas e Recursos Marinhos e assistência técnica da FAO”, integrando uma plataforma interinstitucional, intervenientes do sector público e privado e parceiros de desenvolvimento.

A ITEAzul propõe acções programáticas, coordenadas e holísticas, numa visão integrada com as políticas e estratégias para os sectores dos transportes marítimos, indústria, infra-estruturas e tecnologia, pescas e aquicultura, turismo, energia, ecossistema, biodiversidade e ambiente marinho, investigação, entre outros. Para tal, propõe a criação de uma Coligação Azul para a coordenação integrada de acções e intercâmbio de conhecimentos sobre o desenvolvimento azul entre Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Em Angola, isto implicará a criação de um roteiro de actividades, o mapeamento das principais prioridades do país e a elaboração de projectos prioritários, numa abordagem transversal e inclusiva, com o objectivo de reforçar e alavancar investimentos estratégicos sectoriais que possam gerar sinergias e complementaridades nos ecossistemas, serviços e investimentos em que se baseia a Economia Azul. Três áreas estratégicas de intervenção são consideradas prioritárias:

- A Plano para a modernização da pesca artesanal;
- B Desenvolvimento das zonas costeiras com investigação e tecnologia sustentável;
- C Transportes e segurança marítima

A Coligação Azul no seio da CPLP seria coordenada pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos três países, com a assistência técnica da FAO, essencialmente para apoiar o reforço de estratégias, programas e projectos que potenciem o crescimento azul e, conseqüentemente, tenham impacto na economia, no ambiente e na sociedade.



A PESCA EM ANGOLA

6

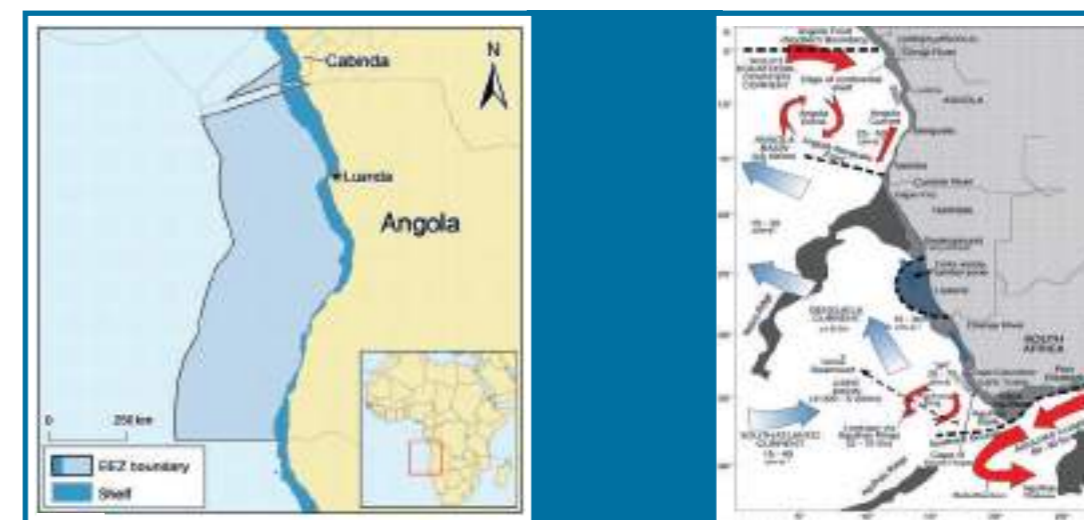
6.1. A GEOGRAFIA MARÍTIMA DE ANGOLA

Esta secção aborda os recursos marinhos, que incluem animais, águas interiores e alguns produtos não biológicos. Os recursos biológicos são compostos por peixes ósseos, peixes cartilágneos, crustáceos e moluscos, comercializados inteiros ou transformados. Os produtos não biológicos incluem apenas o sal (NaCl).



“A Costa angolana estende-se ao longo de 1.650 km e a plataforma continental (até 200 metros de profundidade) tem cerca de 51.000 km². A plataforma alcança uma largura de 45 milhas a sul do estuário do rio Congo, estreitando-se até 15 milhas perto de Luanda. A sul de Cabo Ledo, estende-se novamente até 50 milhas de largura, e estreita-se para sul, alcançando 10-12 milhas de largura a sul do Namibe e Moçâmedes, e 35 milhas de largura na Baía dos Tigres, estreitando-se novamente na área do rio Cunene.”³⁵

Figura 4. Corrente de Benguela, ecossistema marinho



Painel 4.1
Fonte: Global Atlas of Marine Fisheries

Painel 4.2
Fonte: Benguela Current LME Strategic Action

³⁵ Bianchi, G., Guia de campo para as espécies comerciais marinhas e de água salobra de Angola, FAO, 1986.

A Corrente de Benguela, ramo da deriva do vento alísio de Oeste, flui ao largo das costas do sudoeste africano em direcção a oeste, tornando-se a Corrente Sul Equatorial. Durante o Inverno do hemisfério sul (de Maio a Agosto), ela move-se para norte, e a Corrente Sul Equatorial intensifica-se devido aos ventos alísios fortes, causando o afloramento ao largo da costa de Angola. A frente bem definida perto do Cabo Lopez é formada pelo encontro de águas quentes tropicais do norte e águas mais frias do sul. No Verão do hemisfério sul (de Janeiro a Abril), a corrente de Benguela é menos forte na plataforma de Angola devido ao enfraquecimento dos ventos alísios, permitindo a penetração das águas mais quentes do Norte. O ambiente marinho nas águas da plataforma angolana é favorável para o peixe, devido ao afloramento sazonal e ao sistema frontal mencionado. A alta concentração de peixes fica no sul da plataforma continental, devido ao afloramento mais forte nessa área (ver Painel 4.2 da Figura 4).

Devido às condições hidrológicas acima mencionadas, a fauna de Angola inclui tanto espécies tropicais e subtropicais como espécies de águas temperadas. A distribuição de algumas das espécies ao longo da costa varia também com a posição da frente subtropical.

No entanto, muitos estudos científicos³⁶ mostram que, nas últimas décadas, há provas de que as alterações climáticas estão a afectar a dinâmica das correntes ao largo de Angola. Prevê-se que as alterações da temperatura dos oceanos e dos ventos alísios tenham um impacto significativo na Corrente de Benguela. Em particular, uma redução no vento alísio de Leste poderá diminuir a velocidade da corrente, causando o enfraquecimento do fenómeno da aflora e consequentes concentrações de nutrientes.

6.2 PRODUTOS DO MAR EM ANGOLA

Além disso, o aquecimento dos oceanos pode afectar a distribuição de peixes e outras espécies marinhas que dependem da Corrente de Benguela para a sua sobrevivência. Isto poderá ter um impacto significativo nas comunidades piscatórias e na indústria pesqueira da região.

Tais fenómenos climáticos têm uma forte influência no recrutamento dos *stocks* aquáticos, e foram estudados com uma atenção particular no sul de Benguela e nas espécies dos pequenos pelágicos como a enchova (*Engraulis encrasicolus*) e a sardinha (*Sardinops sagax*).³⁷

A escala dos fenómenos climáticos ligados ao aquecimento global torna mais incertas as previsões da biomassa dos pequenos pelágicos e, consequentemente, toda a fauna aquática do sistema da Corrente de Benguela, incluindo as espécies presentes na costa angolana.

36 Shannon, L.J, et al. (2020) Exploring Temporal Variability in the Southern Benguela Ecosystem Over the Past Four Decades Using a Time-Dynamic Ecosystem Model. *Front. Mar. Sci.* 7:540. doi: 10.3389/fmars.2020.00540. Barange, et al. (2014) Impacts of climate change on marine ecosystem production in fisheries dependent societies; *Nature Climate Change*, 4(3), 211-216. Folly Serge Tomety (2021) Coastal climate change and Variability in the Benguela Current System – PHD Thesis University of Cape Town.

37 LEHODEY, et al., Climate Variability, Fish, and Fisheries – American Meteorological Society (JCLI3898), 15 OCTOBER 2006

De uma forma geral, não se conhece grande parte da biodiversidade existente em águas territoriais angolanas, carecendo muitos grupos taxonómicos de uma descrição completa da sua diversidade específica. Da biodiversidade conhecida, pode ser apontada a ocorrência de maior informação para os peixes cartilagíneos e peixes ósseos³⁸. Bianchi (1986³⁹ & 1992⁴⁰) identificou várias populações de distintas espécies em 87 famílias e 264 espécies ao longo da região costeira, determinando que a sua distribuição é controlada por gradientes transversais em profundidade (a termoclina) e pelo tipo de fundo. Para além do trabalho de Bianchi (*op. cit.*), não existem outros trabalhos de carácter geral, embora existam alguns realizados em diferentes partes do litoral, por exemplo, na costa de Luanda.⁴¹

Poucos são os dados existentes sobre a biologia e distribuição de *Chondrichthyes* (peixes cartilagíneos) nas águas territoriais angolanas. A informação específica sobre a fauna invertebrada marinha e costeira de Angola também é muito limitada.

AS PRINCIPAIS ESPÉCIES PESCADAS EM ANGOLA⁴²

Peixes de Espécies Demersais

As comunidades de peixes demersais (que andam no fundo do mar), ao longo da plataforma de Angola são as mesmas encontradas em todo o Golfo da Guiné. Em Angola, observamo-las em maior quantidade do que noutras zonas da sua área de distribuição provavelmente graças à grande produtividade destas águas.

Algumas espécies tipicamente de águas temperadas penetram nas águas de Angola graças à Corrente Fria de Benguela.

As principais comunidades demersais podem ser classificadas na seguinte maneira:

Aquelas de águas pouco profundas, acima da termoclina (cerca de 40 metros de profundidade), onde a água é quente durante todo o ano ou oscila. As espécies pertencentes a estas comunidades são *Pseudotolithus typus* e *P. Senegalensis*, *Galeoides decadactylus*, *Ilisha africana*, *Selene dorsalis*, *Pomadasys sp.* (em fundos lodosos moles) e *Sparus caeruleosticus*, *Epinephelus aeneus*, etc. (em fundos duros ou arenosos). Não obstante estas espécies serem tipicamente tropicais, ao que parece, são capazes de se adaptar a diminuições de temperatura sazonais devidas ao afloramento.

Aquelas que se situam abaixo da termoclina, na plataforma continental e na sua declinação, incluindo as espécies *Dentex macropthalmus* (cachucho), *D. Angolensis*, *Synagrops microlepis*, *Merluccius polli* e *M. Capensis* (esta última proveniente do Sul).

38 Primeiro Relatório Nacional para a Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, 2006
39 *op. cit.*, FAO, 86

40 G. Bianchi, DEMERSAL ASSEMBLAGES OF TROPICAL CONTINENTAL SHELVES, Bergen, 1992 (PHD Thesis)

41 Vânia Baptista, et al. (2021) New Records of Fish Species from the Coast of Luanda, Angola; *Thalassas: An International Journal of Marine Sciences* (2021) 37:803-811

42 Bianchi G., Fichas FAO de Identificação de Espécies para propósitos comerciais, 1986., Consulte Bianchi, G., Guia de campo para as espécies comerciais marinhas e de água salobres de Angola, FAO, 1986

Aquelas que vivem acima da termoclina, na área da termoclina, ou capazes de viver acima e abaixo dela, tais como *Brachydeuteurus auritus*, *Balistes capriscus* e *Trichiurus lepturus*.

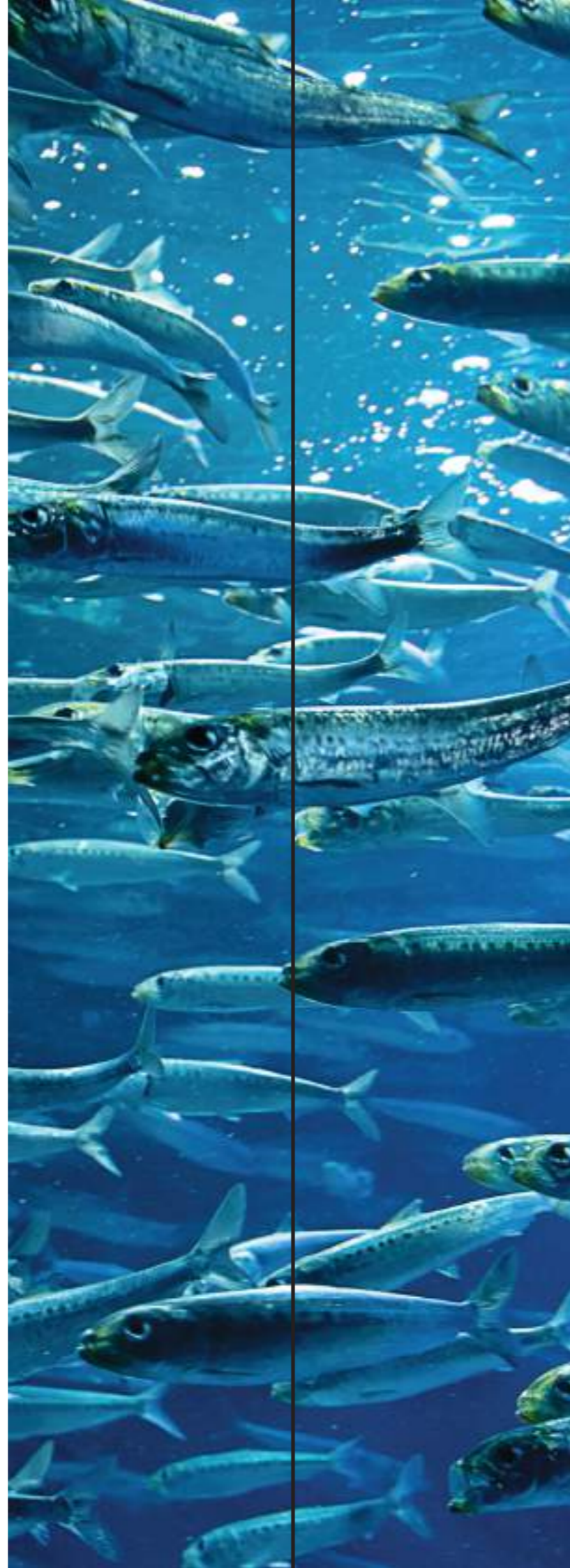
Espécies pelágicas (que vivem geralmente em cardumes, nadando livremente na coluna de água): um dos recursos pelágicos mais importantes ao largo de Angola é provavelmente o carapau, representado pelo mais tropical *Trachurus traciae*, encontrado ao longo de quase toda a costa, e pelo *T. Capensis*, uma espécie subtropical (sobretudo de águas temperadas) encontrada principalmente a sul de Angola. A *Sardinella aurita* é largamente distribuída pelo Atlântico Centro-Oriental, especialmente na área de importante *up-welling*. Angola representa o limite da sua distribuição. Esta espécie é encontrada principalmente em Fevereiro-Maio, durante a grande estação hidrológica quente, quando a temperatura da água é a mais elevada e ela migra para norte para evitar as águas frias da grande estação fria (Junho-Outubro). É encontrada em grandes quantidades novamente em Novembro/Dezembro (pequena estação quente) e migra outra vez durante a pequena estação fria.

A espécie *Sardinella maderensis* tem uma área de distribuição muito similar à da *S. Aurita*, apesar de ser mais costeira e mais eurialina. É também mais importante o norte do país. As migrações sazonais parecem ser semelhantes às da *S. aurita*.

Outras espécies pelágicas importantes são a *Sardinella ocellata*, originária das águas mais temperadas da Namíbia, que tem como limite norte o Banco da Baía dos Tigres, e a *Engraulis encrasicolus*.

Cavalas, bonitos e atuns são também importantes recursos pesqueiros em Angola. A maior parte das espécies tem uma distribuição muito ampla, muitas delas encontradas no mundo inteiro, nos trópicos, subtropicais e águas temperadas. As espécies oceânicas mais importantes capturadas em Angola são *Katsuwonus pelamis* e *Thunnus albacares*, assim como a mais costeira *Euthynnus alletteratus*.

Mariscos (crustáceos e moluscos): Do ponto de vista comercial, as espécies de crustáceos mais importantes existentes em águas ao largo da Costa Norte de Angola são o camarão-rosa (*Paranaeus longirostris*) e o camarão-riscado (*Aristeus varidens*), de águas profundas. O camarão-escarlate (*Plesiopenaeus edwardsianus*) é também algumas vezes capturado para fins comerciais.



Outras espécies de camarão presentes na plataforma continental são *Penaeus notialis*, abundante em águas de profundidade inferiores a 100 metros, *Solenocera membranaceum* e *Syciona spp.* Um crustáceo com importância comercial, existente no talude continental ao largo da costa de Angola, é o caranguejo de águas profundas *Chaceon maritae*.

Estudos apontam para a presença na zona norte de 21 famílias de crustáceos com 54 espécies presentes, e para 13 famílias de moluscos com 27 espécies. Na zona centro, reportam-se 15 famílias de crustáceos com 43 espécies, e oito famílias de moluscos com 26 espécies. A Costa Norte e Centro de Angola apresenta um total de 23 famílias de crustáceos com uma diversidade de aproximadamente 50 espécies.

Relativamente à diversidade de moluscos, é reportado um total de 20 famílias de moluscos com aproximadamente 30 espécies. As espécies de maior relevância são *Sepia hierredda* e *S. Bertheloti* (chocos), *Tadarodeps eblannae* e *Illex coindetti* (lulas) e *Octopus vulgaris* (polvos).⁴³

Farinha e óleo de peixe

A farinha de peixe é um subproduto obtido através da cozedura do peixe ou dos seus resíduos, seguida de prensagem, secagem e trituração. A farinha pode ser produzida a partir de peixes inteiros ou de resíduos de processamento. É uma importante matéria-prima para a alimentação de organismos aquáticos, pois é rica em proteínas, lípidos e energia.

O óleo de peixe é outro subproduto obtido no processo de produção da farinha de peixe, e pode ser extraído de peixes inteiros, vísceras ou peles. O processo de obtenção do óleo envolve cozimento, prensagem e centrifugação, podendo ainda passar por um processo de refinação.

Tanto a qualidade da farinha como a do óleo de peixe varia dependendo da matéria-prima utilizada, do controle de qualidade no processamento e das formas de protecção contra a oxidação das gorduras e do armazenamento. A utilização de antioxidantes é recomendada durante o processamento de resíduos de origem animal.

⁴³ Primeiro Relatório Nacional para a Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, 2006.

Apesar da importância da farinha e do óleo de peixe como matéria-prima para a alimentação de organismos aquáticos, é importante lembrar que a produção desses produtos a partir de resíduos de peixe não é aconselhável para consumo humano, pois é necessária uma grande quantidade de peixe fresco para produzir uma pequena quantidade de farinha ou óleo de peixe.

Para produzir 1kg de farinha de peixe, precisa-se de 5kg de peixe fresco, e para a produção de 1kg de óleo, são necessários 20kg de peixe fresco, pelo que os factores de conversão são, respectivamente, de 22,5% e de 5%.⁴⁴

Angola já foi um dos maiores produtores de óleo e farinha de peixe, tendo sido um dos primeiros, em 1974, ano que marcou o início das hostilidades internas no país.

Só a partir de 2013, aproveitando a política de incentivos ao sector privado, é que a produção renasceu, passando de pouco menos de 5.000 toneladas em 2014 para cerca de 20.000 toneladas em 2017.

Existem três fábricas de produção de farinha e óleo de peixe no país, duas no Namibe e uma em Benguela.

Dito isto, é de notar que, desde 2019, o Ministério das Pescas restringiu severamente o uso de peixe próprio para consumo humano para o fabrico de óleo e farinha de peixe, tanto que as duas fábricas no Namibe pararam a produção devido à falta de matéria-prima.

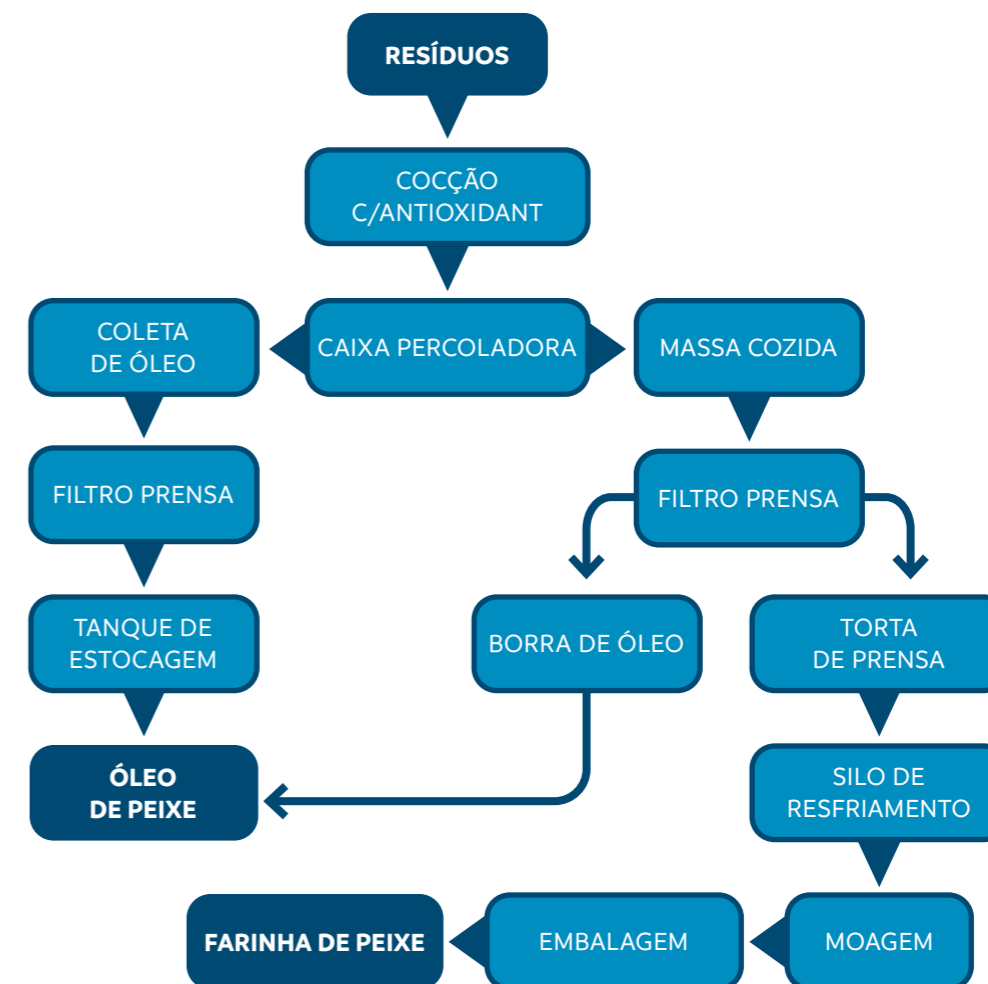
Os itens óleo e farinha de peixe nem aparecem no Anuário Estatístico das Pescas 2020, publicado em 2021. E no PLANAPESCAS 2022, a única menção a esses produtos diz respeito à restrição de que só podem ser utilizados resíduos do processamento do pescado ou indivíduos eventualmente subdimensionados:

9. f) Fomentar o desenvolvimento da cadeia de valor do Sector das Pescas e promover a produção dos seus derivados (farinha, óleo de peixe, etc.) a partir dos desperdícios

Por conseguinte, o potencial destes produtos num futuro previsível é extremamente frágil, uma vez que entram em conflito directo com o mercado de consumo humano, sobretudo das classes menos abastadas, e, por conseguinte, com a possibilidade de fornecer proteínas nobres a preços acessíveis.

44 Euro Fish Market – Il punto sull'uso delle farine di pesce, disponível em: https://www.eurofishmarket.it/b2b/10_IL_PUNTO_SULLE_FARINE_DI_PESCE.pdf

Figura 5. Etapas de produção da farinha e óleo de resíduos



Fonte: Fluxograma de Viadotti; Gonçalves; Martins, 2011 – transformado

Sal

Os produtos marinhos incluem também o sal. Este produto é extremamente importante tanto para a indústria de transformação do peixe (salga e seca) como para a exportação para os países vizinhos, nomeadamente a RDC, onde existe uma carência crónica deste produto essencial para a saúde.

O sal é um componente essencial na dieta humana, pois contém minerais importantes para o funcionamento saudável do corpo, como o sódio e o potássio. Em África, onde muitas comunidades enfrentam carências nutricionais, o consumo adequado de sal é vital para evitar deficiências e problemas de saúde relacionados.

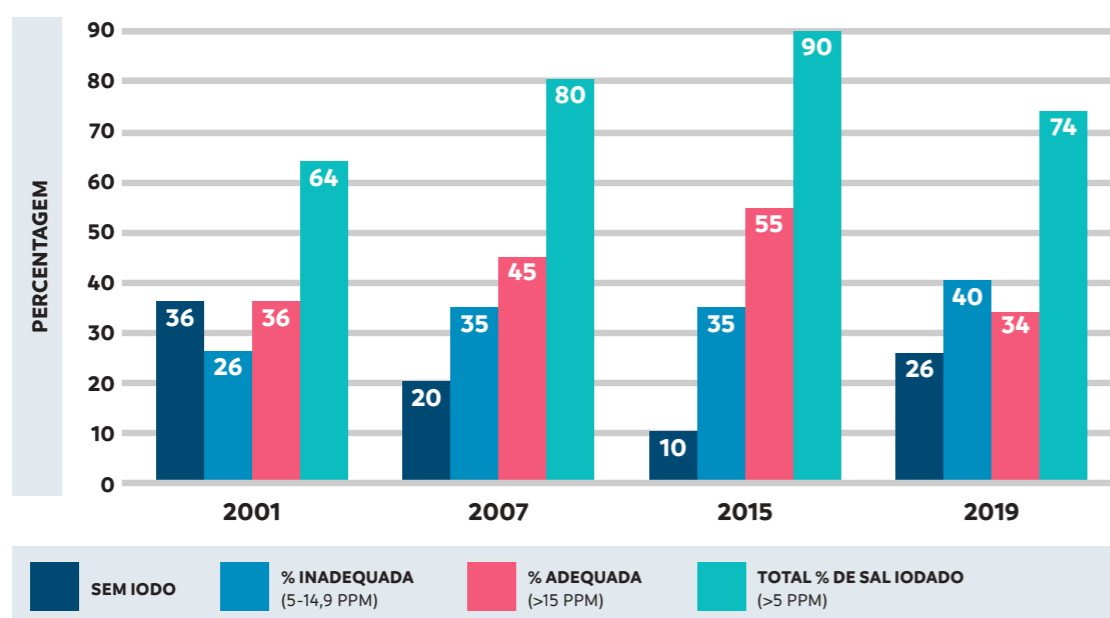
Além disso, o sal tem sido historicamente utilizado como um método de conservação de alimentos no continente. Em regiões onde as temperaturas são altas e os métodos modernos de refrigeração são limitados, o sal é uma maneira eficaz de prolongar a vida útil dos alimentos, especialmente carne e peixe. Isso é particularmente

importante em áreas rurais, onde a subsistência depende da produção local de alimentos e do uso de métodos tradicionais de preservação.

Existem três processos principais para a obtenção de sal em Angola, cuja produção é de origem marinha: a água do mar é uma fonte inesgotável de sal; cada litro contém aproximadamente 30 gramas de sal. A forma mais comum de extrair o sal dessa água é através das salinas – áreas junto ao mar que são inundadas com água salgada. Com a evaporação causada pelo sol e pelo vento, é possível extrair e colectar o sal depositado quando a água evapora. O sal extraído é empilhado para secar e, em seguida, refinado para embalagem e distribuição.

O sal é também de extrema importância como transportador do elemento químico iodo, é essencial ao bom funcionamento da tiróide e à prevenção do bócio endémico devido à deficiência nutricional de iodo (Doenças por Deficiência de Iodo, DDI). As DDI têm impacto no desenvolvimento do sistema nervoso, particularmente no QI e no desempenho escolar das crianças. A acção governamental em Angola promove a iodização total do sal (com o apoio financeiro do UNICEF e de outras organizações). Um inquérito de 2019 indica que os importantes resultados alcançados em 2015 abrandaram posteriormente. (Ver Figura 6)⁴⁵

Figura 6. Consumo de sal iodado entre 2001 e 2019

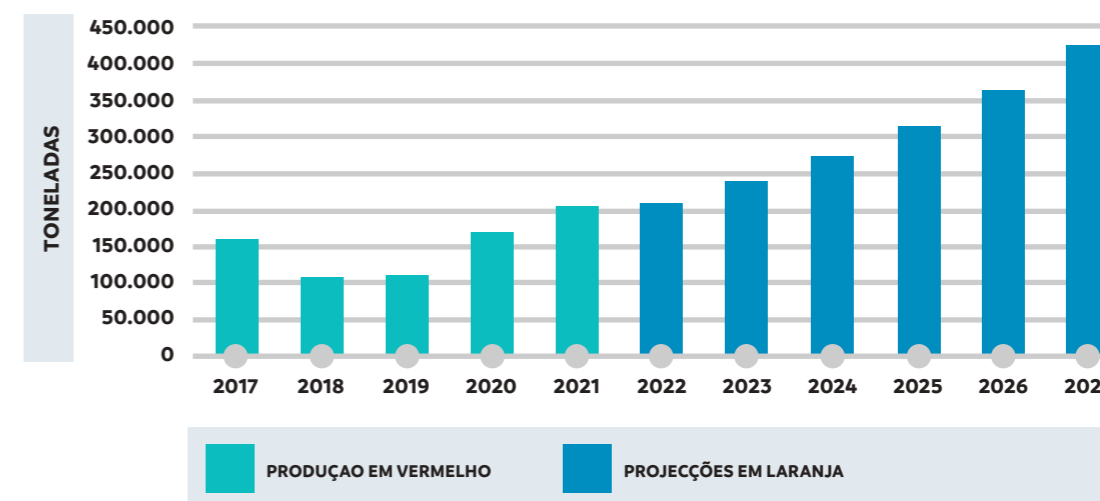


A produção de sal em Angola em 2021 foi de 201.699.699 toneladas, mais 20% do que em 2017, com uma projecção para 2027 de 421.300 toneladas (Figura 7)⁴⁶.

45 Osvaldo Seraffin da Costa, et al, Angola's final sprint to universal salt iodization, IDD NEWSLETTER FEBRUARY 2022, ANGOLA

46 PLANAPESCAS – Diário da República I Série, N.º 230 – segunda Feira, 5 de Dezembro de 2022

Figura 7. Produção de sal e projecções do consumo de sal



Fonte: PLANAPESCAS, 2022

6.3. O SECTOR DA AQUICULTURA EM ANGOLA

Actualmente, a aquicultura de águas interiores em Angola vale cerca de 2.800 toneladas quase exclusivamente de tilápia (*Oreochromis niloticus*), com uma produção de bagre/peixe-gato (*Clarias gariepinus*) que ronda 1%. Mais de 70% da produção tem lugar na província do Uíge, seguida do Cuanza com 14% e de Luanda com 5%, sendo que as outras províncias têm uma produção muito baixa.

A aquicultura em Angola desenvolveu-se significativamente nos últimos dez anos, começando praticamente do zero. A aquicultura de água doce começou antes da independência, por iniciativa do sector privado e em algumas instalações estatais. No entanto, o seu progresso foi interrompido devido às dificuldades ligadas à guerra da independência. Após vários anos de crescimento lento, o interesse pela aquicultura foi renovado devido à escassez de peixe nos mercados domésticos, atraindo a atenção do sector privado na última década.

A produção aquícola está a ser desenvolvida tanto a nível comercial como comunitário, com diferentes níveis de tecnologia. Algumas explorações obtiveram bons resultados na produção aquícola. A tilápia, conhecida localmente por “cacusso”, e o peixe-gato, conhecido localmente por “bagre”, estão a atrair grande interesse no mercado. A crise económica em Angola, causada pela queda dos preços do petróleo, levou à necessidade de diversificar e aumentar a produção local não petrolífera, bem como intensificar as exportações.

A tilápia e o peixe-gato são espécies prioritárias para a aquicultura em Angola. A tilápia faz parte do “cabaz de produtos básicos” nacional, estrategicamente protegido das

importações para preservar a produção nacional. Estas espécies são altamente valorizadas pela sua capacidade de fornecer proteínas de alta qualidade à população angolana. Além disso, a tilápia tem uma boa capacidade de digerir alimentos vegetais e pode alimentar-se de fitoplâncton, facilmente produzido em reservatórios de baixo custo. A tilápia é endémica em Angola, não tem problemas de biossegurança e é adaptável a diferentes condições adversas, podendo ser cultivada tanto à escala comercial como comunitária.

O mercado da tilápia e do peixe-gato é considerado muito promissor em Angola e nos mercados regionais vizinhos. Os preços actuais permitem um bom retorno do investimento para os piscicultores. Este facto gerou grande interesse pela aquicultura em Angola. No entanto, para se tornar um aquicultor de sucesso, é necessário ter formação adequada e dispor de um local com água e solo de qualidade. A utilização de tecnologias intensivas, como o sistema de gaiolas, pode ser uma opção viável.

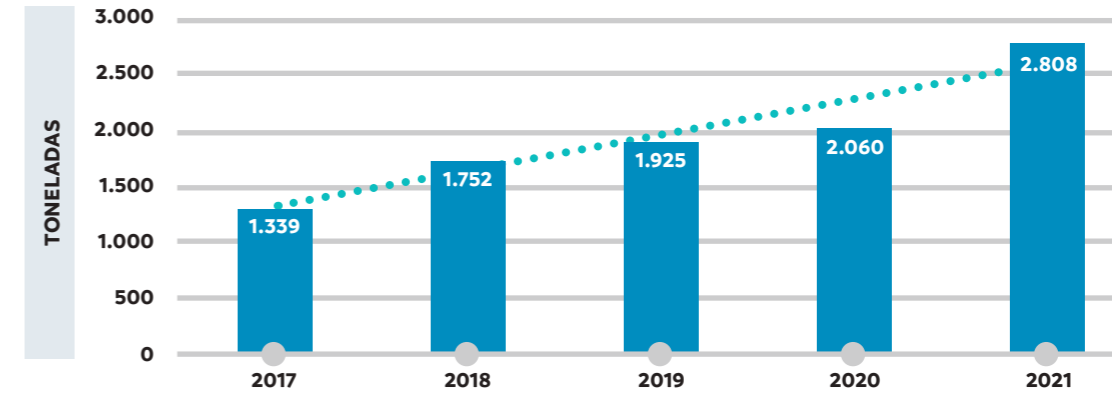
A localização correcta é crucial para tirar o máximo partido dos recursos naturais disponíveis. Angola possui abundantes recursos hídricos, incluindo águas superficiais e subterrâneas, e várias bacias hidrográficas que proporcionam um meio favorável à aquicultura.

Com as suas características geográficas, disponibilidade de água e solos de alta qualidade, e empresários qualificados, Angola tem potencial para se tornar uma verdadeira plataforma para a produção de tilápia e peixe-gato em África, de acordo com consultores do sector. O país tem recursos hídricos abundantes e não sofre de escassez de água superficial ou subterrânea, embora possa haver variações regionais e sazonais na disponibilidade. Existem nove grandes bacias hidrográficas que desaguam nos principais sistemas fluviais da África Central, Ocidental e Austral, incluindo os rios Congo, Zambeze e Cuanza. O rio Cubango nasce nos planaltos centrais de Angola e desagua no Delta do Okavango, no Botsuana, uma zona húmida de importância global. Na região sul do país, os recursos hídricos superficiais são limitados e a dependência é colocada nos recursos hídricos subterrâneos. Actualmente, 60% da água é utilizada para irrigação, seguida do uso doméstico (23%) e da indústria (17%). Os sistemas de irrigação podem ser facilmente adaptados à aquicultura comercial e comunitária, beneficiando da água descarregada das instalações de aquicultura como fertilizante para as culturas.

Em conclusão, a aquicultura em Angola está a crescer e a expandir-se, com destaque para a produção de tilápia e peixe-gato. Através de investimentos em infra-estruturas, formação e investigação apoiados pelo Governo, o sector caminha para se tornar uma importante fonte de alimentação e de rendimento para o país. Com as suas vantagens naturais e potencial de mercado, Angola está bem posicionada para emergir na aquicultura e tornar-se uma referência na produção de peixe na região africana. A aquicultura desempenha um papel fundamental na segurança alimentar e na diversificação económica de Angola. A produção local de tilápia e peixe-gato ajuda a satisfazer a procura interna de proteínas de alta qualidade, reduzindo a dependência das importações de peixe. Além disso, o aumento da produção e das exportações de produtos da aquicultura pode fomentar o crescimento económico, gerar emprego e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades costeiras.

A aquicultura teve um crescimento médio anual de 20% entre 2017 e 2021 (ver Figura 8).

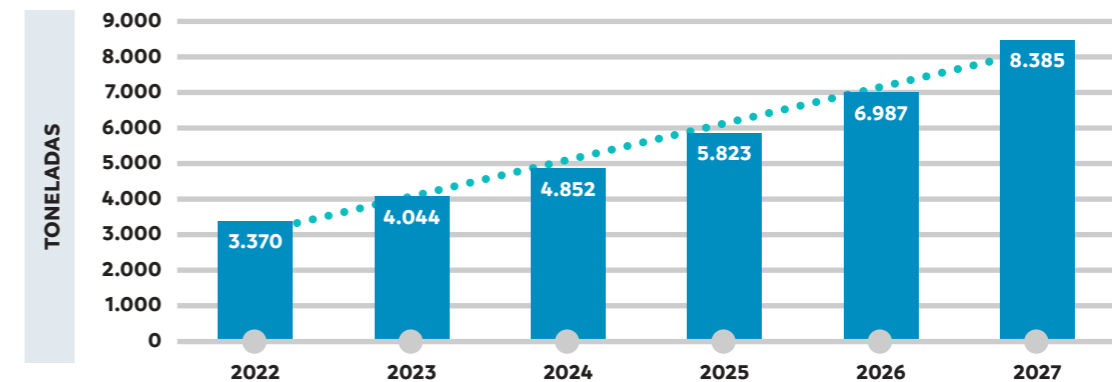
Figura 8. Histórico de produção na aquicultura



Fonte: PLANAPESCAS, 2022

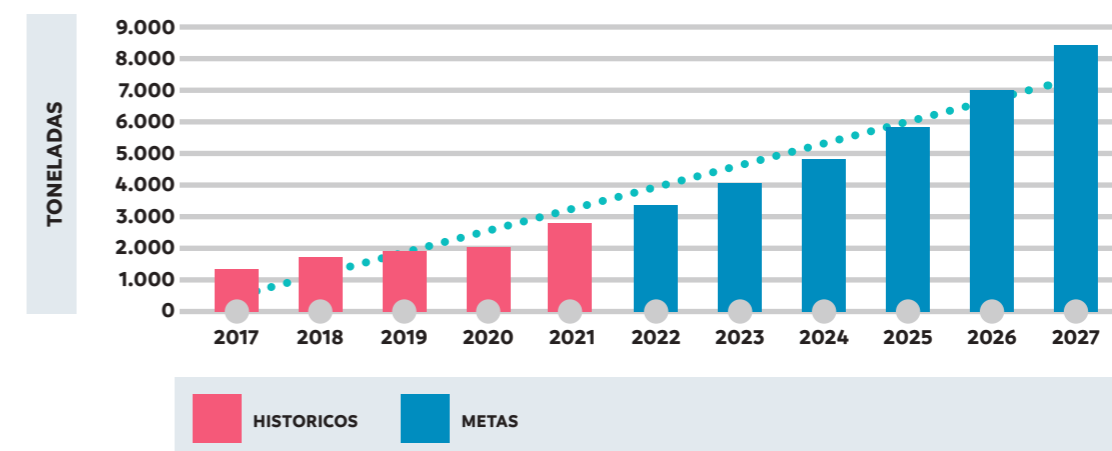
O PLANAPESCAS estabelece a mesma percentagem de crescimento como objectivo para os próximos cinco anos, atingindo uma produção (esperada) de mais de 8.000 toneladas (Figura 9).

Figura 9. Metas de produção na aquicultura



Fonte: PLANAPESCAS, 2022

Figura 10. Dados históricos e objectivos de produção na aquicultura



Fonte: PLANAPESCAS, 2022

Na aquicultura, tal como na pesca, é necessário distinguir entre instalações de grande e de pequena dimensão e tecnologicamente mais ou menos avançadas –para as quais é necessário um grau de investimento diferente.

Em geral, as instalações maiores e tecnologicamente mais avançadas são construídas com fundos privados por empresários com capacidade financeira adequada. Para as mais pequenas, tem havido repetida ajuda estatal ou ajuda de projectos internacionais, uma vez que os seus proprietários não têm capacidade financeira para investir numa central. No entanto, existem também aquicultores “comunitários”, cujo contributo é essencialmente laboral.

Há também uma série de factores que contribuem negativamente para a aquicultura, a começar pela falta de infra-estruturas, como estradas, cadeia de frio inexistente ou insuficiente, rações, etc. O problema está no abastecimento das pequenas aquiculturas e na distribuição do produto nos mercados. É por isso que a tilápia (em particular) é vendida fresca e com um prazo de validade de apenas um dia. Isto significa que se destina principalmente ao mercado local, quer para autoconsumo, quer para os supermercados que, dispendo de cadeia de frio, podem conservá-la durante alguns dias. O bagre, por outro lado, é fumado e vendido em locais mesmo distantes do local de criação.

No entanto, há que ter em conta que, dado o custo dos abastecimentos, especialmente da alimentação, o preço do peixe capturado em águas interiores é muitas vezes competitivo com o do peixe de viveiro.

Entre os principais custos, estão a aquisição da terra (ou a sua utilização) e a utilização da água, que, sendo propriedade do Estado, têm de ser concessionadas.

O sistema de crédito é, portanto, um factor importante na expansão da aquicultura e pode ser um grande obstáculo à sua difusão generalizada, que, como demonstra a experiência de outros países africanos, como o Egipto e o Uganda, se torna o principal motor do desenvolvimento desta actividade.

No que diz respeito às rações, existem pelo menos duas fábricas de rações em Angola que conseguem utilizar receitas com o material encontrado no mercado, com excepção da pré-mistura de minerais e vitaminas que é importada, e cujo preço é directamente proporcional à situação económica mundial.

Em contrapartida, não são utilizados produtos veterinários nem aditivos antibióticos, pelo menos, actualmente.

Outro factor de extrema importância é a criação e o fornecimento de alevins de boa qualidade e, embora existam reprodutores de ambas as espécies que podem ser retirados do meio natural, a genética e a reprodução devem ser realizadas para garantir a elevada qualidade dos alevins. Estes incubatórios ainda não existem em Angola, pelo menos, para o Bagre.

Existem projectos internacionais de ajuda à aquicultura, entre os quais podemos mencionar:

- 1 O Projecto de Desenvolvimento de Tecnologias para o Melhoramento dos Recursos Pesqueiros de Angola, que está a ser realizado em parceria com o Governo da Coreia do Sul, através da Agência de Cooperação Internacional (KOICA, Korean International Cooperation Agency)
- 2 O projecto da empresa chinesa RSI Su-Lda, que investiu um milhão de dólares na construção de 200 tanques para o cultivo de tilápia na comuna da Barra de Dande, província de Bengo (norte de Luanda)
- 3 O projecto do Ministério das Pescas, Direcção da Pesca Artesanal e Aquicultura, para desenvolver um sistema de tanques (lagos) para a aquicultura de autoconsumo AFAP (Artisanal Fisheries and Aquaculture Project, IFAD)
- 4 A FAO está a trabalhar com o Governo em dois outros projectos a serem lançados, possivelmente em breve:
 - A O Projecto de Aceleração da Aquicultura Comunal em Angola, que visa acelerar a aquicultura de pequena escala através da promoção da produção de alimentos para animais em pequena escala com o material prometido disponível, e da introdução de boas práticas de gestão e gestão das iniciativas de aquicultura já existentes no país
 - B O Mapeamento Geo-Espacial das Zonas com Potencialidade para o Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável e Fortalecimento da Economia Azul em Angola, que visa actualizar as zonas com potencial para o desenvolvimento da aquicultura comercial e municipal continental e o seu inventário, com base num mapeamento anterior realizado nos últimos anos, o mapeamento e caracterização das zonas com potencial para o desenvolvimento da maricultura comercial de pequena escala e a elaboração do respectivo inventário, sendo que este segundo projecto parece interessante porque, afectaria certas zonas do vasto litoral de Angola e revelaria o verdadeiro potencial para o desenvolvimento de uma maricultura sustentável

Como advertência e perigo potencial, há que ter em conta o possível *dumping* que está a ser feito por alguns países de Leste, nomeadamente para a tilápia, que pode asfixiar o mercado interno e a aquicultura à nascença, como está a acontecer em alguns países da África Oriental (Tanzânia, Quênia, etc.), pelo que é necessário proteger o mercado interno. Uma última advertência é evitar em absoluto a introdução de espécies não nativas que possam criar um desequilíbrio que poderia revelar-se uma catástrofe para a ecologia dos rios e águas interiores de Angola, e organismos aquáticos nativos e, portanto, para a biodiversidade, ou, pelo menos, efectuar estudos orientados e aprofundados antes mesmo de uma introdução piloto.

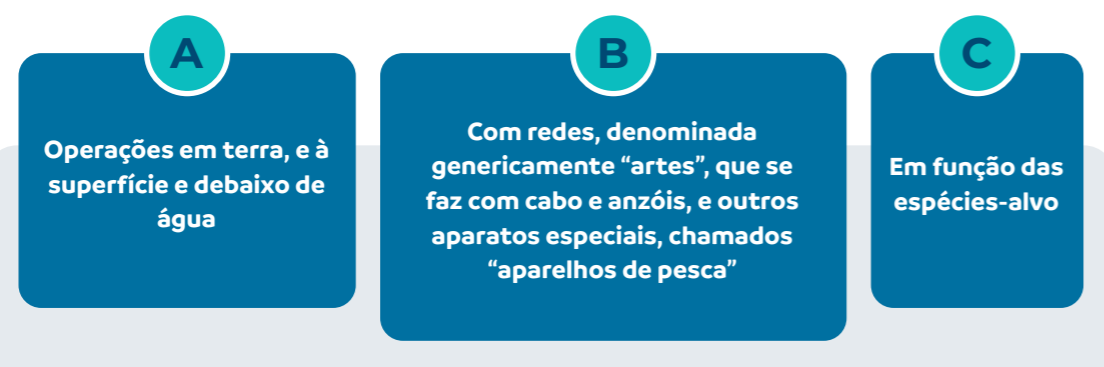
6.4. A PESCA EM ANGOLA

Artes e métodos de pesca são os instrumentos e procedimentos que se utilizam para capturar os organismos aquáticos marinhos, de águas salobras ou doces.

As instituições desenvolveram uma definição e caracterização das “**artes e métodos de pesca**” que permitem a regulamentação.

Os métodos de pesca podem ser distinguidos com base nas diferentes características e tudo isso forma as definições da arte e metodologia.

As principais características que nos permitem distinguir as categorias relativas às artes e métodos de pesca são:



Estas categorias diferenciam-se entre si.

Para a categoria A, o interesse primário centra-se na captura feita a bordo das embarcações (para as águas marinhas).

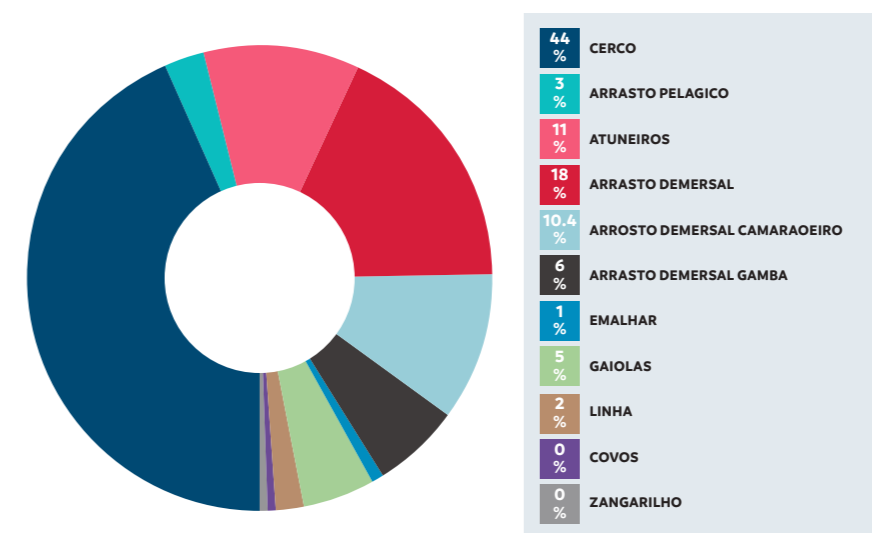
As embarcações podem ser divididas em três categorias principais:



Sublinhamos que todas estas categorias fazem parte da pesca profissional, ainda que a pesca artesanal possa ser dividida entre profissional e de subsistência – duas categorias por vezes confundidas entre si.

Segundo a definição do Glossário da FAO “a linha de marcação entre produtores artesanais e indústrias é arbitrária. O que num país ou uma região é considerado artesanal, noutra lugar pode ser considerado algo maior”.

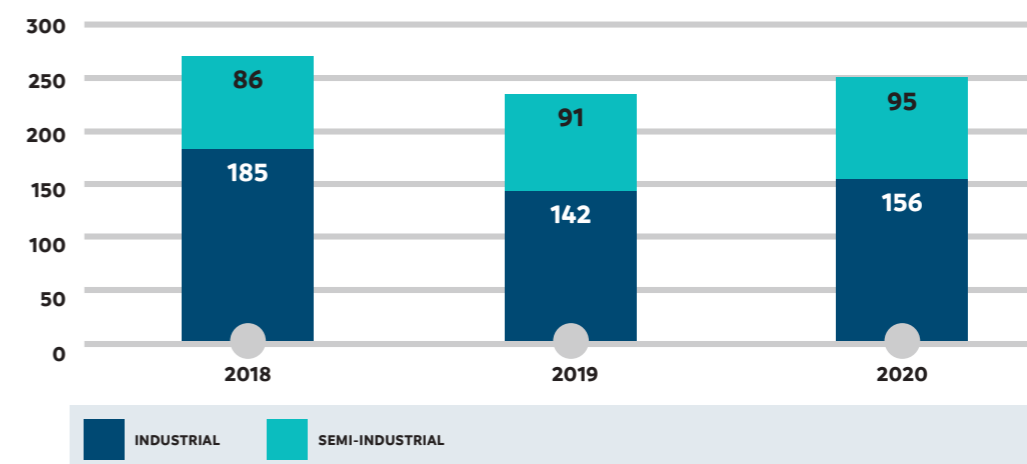
Figura 11. Distribuição por artes de pesca 2020



6.5. A PESCA INDUSTRIAL E SEMI-INDUSTRIAL EM ANGOLA

Segundo os do Anuário Estatístico das Pescas 2020⁴⁷, a Pesca Industrial da Frota Demersal contava, em 2020, com 156 embarcações. A semi-industrial com 95 embarcações. Os dados constantes do Relatório Anual de 2014 revelam um número de 70 embarcações industriais e 23 semi-industriais, o que implica um aumento de cerca de 170%. Com um crescimento de 130% nas embarcações industriais e de 313-% nas embarcações semi-industriais. De referir ainda que o número de embarcações destas duas categorias sofre também flutuações anuais significativas, como pode observar-se no gráfico a seguir.

Figura 12. Evolução da frota da pesca industrial e semi-industrial



(Elaborado com base nos dados do Anuário 2020)

47 ANUARIO ESTATÍSTICO DAS PESCAS 2020 – Ministério da Agricultura e Pescas – Edição 2021

Não existe distinção entre as embarcações industriais e semi-industriais no que concerne aos métodos de pesca e às espécies-alvo. As verdadeiras diferenças estão na capacidade de pesca e de conservação do pescado e, conseqüentemente, nos diferentes segmentos de mercado. A pesca industrial e de exportação é feita, nomeadamente, para mercados rentáveis, incluindo os países da UE. A semi-industrial destina-se ao mercado interno de qualidade (como os supermercados de Luanda) e, em parte, também à exportação de produtos congelados.

As embarcações de pesca utilizadas na pesca industrial e semi-industrial não diferem muito para além da arte de pesca que utilizam, tanto em tamanho (cumprimento total) como na sua capacidade de pescar a diferentes profundidades.

É também de notar que muitos dos barcos industriais são propriedade de armadores estrangeiros (empresas da Polónia, Portugal, Espanha, Rússia, Coreia do Sul, Taiwan e Itália estão activas no sector das pescas em Angola)⁴⁸. Estas embarcações estão ligadas a sociedades mistas, nas quais o detentor da licença é angolano e o armador é geralmente estrangeiro.

CAIXA 5: LEGISLAÇÃO ANGOLANA

Entende-se por navio de pesca local o navio registado em Angola de acordo com a legislação em vigor em matéria de Registo e Seguros Marítimos.

Um navio de pesca estrangeiro baseado em Angola é um navio que exerce as suas actividades em Angola, sob um regime especial em conformidade com a legislação em vigor. (art. 7.º)

Os navios de pesca industrial devem transmitir dados estatísticos e informações sobre as capturas, e comunicar a posição à entrada e saída das águas de Angola. (art. os 27.º e 28.º)

(Lei das Pescas 20/92, de 14 de Agosto)

A PESCA INDUSTRIAL

Os navios de pesca industrial podem ser separados em diferentes categorias, consoante o tipo de pesca e as espécies-alvo. Em termos gerais, podemos distinguir entre arrastões pelágicos, arrastões demersais e atuneiros. Estes últimos incluem tanto os cercadores (com rede de cerco com retenida) como os palangreiros.

A pesca pelágica marca os pequenos pelágicos, como indicado num relatório do Banco Mundial de 2019⁴⁹:

⁴⁸ International Trade Administration, disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/angola-marine-technologies-fisheries-and-sea-ports>

⁴⁹ Environment and Natural Resources Management (ENRM) Global Practice (GP) – Coordinated by André Aquino – Environment and Renewable Natural Resources in Angola – Opportunities to Diversify the National Economy, Generate Income for local communities, enhance environmental management capacity and build resilience to climate change, World Bank Group, March 27, 2019

- O carapau é uma das duas espécies exploradas comercialmente nas águas de Angola, e estes recursos são partilhados com a República do Congo, a República Democrática do Congo e o Gabão, a norte, e a Namíbia, a sul. O stock de carapau está avaliado como sobreexplorado, a um nível 15% acima do rendimento máximo por recruta. No final da década de 1990, as capturas de carapau atingiram 140.000 toneladas por ano, mas têm vindo a diminuir constantemente para 90.000 toneladas em 2015 e 75.500 toneladas em 2016, e Angola importa agora carapau de outros países de África para sustentar a procura no mercado nacional.
- As capturas registadas de sardinhas variam entre 100.000 toneladas e 150.000 toneladas por ano, estimando-se que sejam exploradas a níveis próximos do que é considerado sustentável. Estes recursos são também partilhados com os países vizinhos do norte de Angola. A maior parte destas espécies é capturada principalmente por navios industriais e semi-industriais de pesca com rede de cerco; 80% e 97% para o carapau e a sardinha, respectivamente.

Na pesca demersal, segundo o mesmo relatório:

- Os peixes demersais fazem parte de pescarias multiespecíficas e são capturados por todos os sectores da pesca (artesanal, semi-industrial e industrial), e os métodos de avaliação das unidades populacionais requerem estatísticas de pesca robustas, não disponíveis em Angola. Por conseguinte, a análise do estado destes recursos baseia-se nas tendências dos índices de biomassa. Os índices de biomassa de peixes demersais para 2016 revelam uma redução de 22% na biomassa global em comparação com 2015.
- Os recursos de crustáceos não são grandes em quantidade, mas são altamente valiosos (sobretudo algumas espécies) para os mercados de exportação. Actualmente, tanto o camarão costeiro como o de profundidade mostram sinais de exploração total, sem qualquer possibilidade de expansão. A captura do caranguejo de profundidade, na África Ocidental, que costumava ser uma captura acessória de outras pescarias, aumentou drasticamente: 393% de 2011 a 2015. No entanto, desde 2015, os índices de abundância demonstram uma tendência decrescente, o que sugere uma possível sobreexploração da unidade populacional.



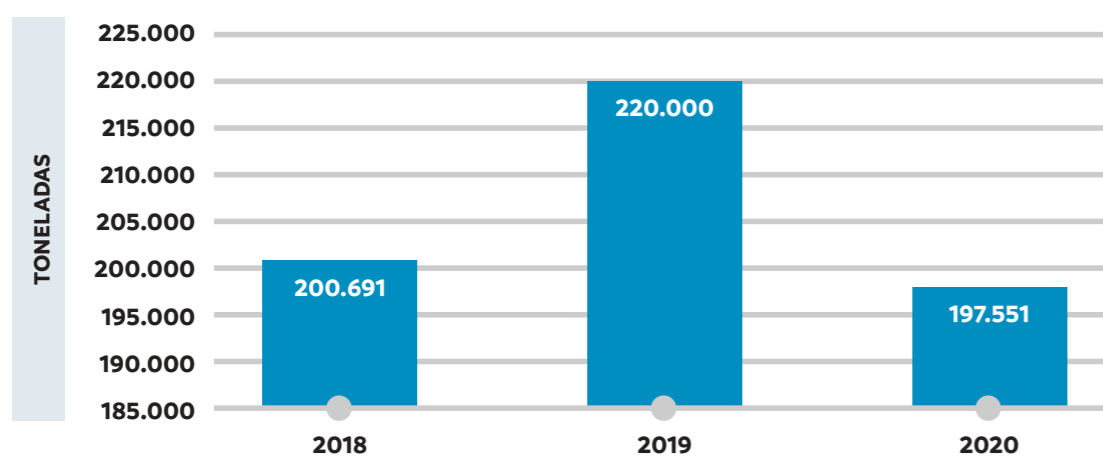
Os barcos de pesca industrial, se praticam a pesca demersal, transferem as capturas para embarcações de carga refrigerada, enquanto que, se o alvo são os pequenos pelágicos, descarregam as suas capturas directamente nas instalações de transformação, como acontece em Tombua, com empresas namibianas com capital sul-africano⁵⁰.

No que diz respeito à pesca do atum, esta é feita com cercadores e palangreiros, embora, ao longo dos anos, as respectivas percentagens (em números) possam variar:

- A abundância e a distribuição do atum, bem como de outros recursos marinhos ao longo da costa angolana, são fortemente influenciadas pela Corrente de Quente de Angola, a norte, e pela Corrente de Fria de Benguela, a sul, criando a frente Angola-Benguela com uma deslocação sazonal entre 14º e 16º S. A grande biodiversidade específica da zona sul está associada à distribuição favorável sob influência das águas frias e ricas em nutrientes de Benguela.
- As espécies mais comuns ao longo destas costas são *Sarda sarda* (bonito-do-Atlântico), *Euthynnus alletteratus* (verdinho-do-Atlântico), *Auxis thazard* (atum-frade), *Scomberomorus tritor* (cavala-da-África-Occidental), *Katsuwonus pelamis* (bonito-do-Atlântico), *Katsuwonus pelamis* (gaiado), *Thunnus albacares* (atum-albacora), *Thunnus obesus* (atum-patudo) e *Thunnus alalunga* (atum-voador). As concentrações elevadas estão relacionadas com um período definido do ano, mais abundante entre Junho e Dezembro, altura em que as capturas são muito importantes e para as quais são concedidas licenças.⁵¹

A produção da frota de pesca industrial nos três anos para os quais existem dados disponíveis (2018-2020) é de 618.242 toneladas. A distribuição por ano pode ser apreciada no gráfico seguinte:

Figura 13. Produção da pesca industrial



Fonte: Anuário Estatístico 2020

50 Conhecimento pessoal dos autores

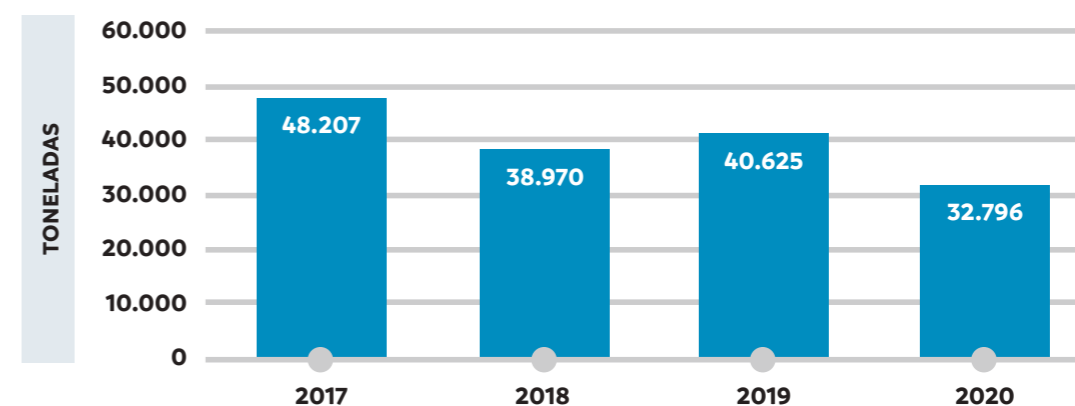
51 K. Kilongo, V. Jonico & H. Nsilulu, THE TUNA FISHERY ALONG THE ANGOLAN COAST – Collect. Vol. Sci. Pap. ICCAT, 69(5): 2033-2036 (2013)

A PESCA SEMI-INDUSTRIAL

O Regulamento Geral de Pesca (Decreto n.º 41/05, de 13 de Junho) classifica como embarcações de pesca semi-industrial “as que se dedicam à pesca comercial e tenham entre 14 e 20 metros de comprimento total, sejam propulsionadas por motor interior e utilizem, em regra, gelo para conservação do pescado, usando artes de palangre ou linha de mão, emalhe de fundo e também arrasto mecânico, cerco e outras.” Estas embarcações devem ter uma autonomia não superior a 20 dias, e podem ter meios de congelação.

Os navios semi-industriais estão implantados nas províncias de Luanda, Benguela e Namibe, para além de algumas unidades na província do Cuanza Sul.

Figura 14. Produção da pesca semi-industrial



Fonte: Anuário Estatístico 2020

A frota semi-industrial angolana concentra-se, em grande parte, na captura de pequenos peixes pelágicos, como a sardinha (*Sardinella spp.*) e o carapau (*Trachurus spp.*), mas também cavala (*Scomber japonicus*) e charro-amarelo (*Decapterus rhonchus*) como espécies secundárias. Essas pescarias são consideradas prioritárias devido ao seu impacto socioeconómico significativo e à criação de valor agregado.

Segundo os Relatórios Anuais do MINPESMAR de 2018 e 2020, a produção total da frota semi-industrial entre 2017 e 2020 foi estimada em cerca de 160.590 toneladas, representando aproximadamente 22% dos desembarques da pesca marinha, excluindo a pesca industrial. O carapau, a espécie pelágica mais demandada no país, é capturado principalmente pela frota semi-industrial, composta por cerca de 84 embarcações de cerco (Plano de Gestão para 2019). No entanto, a produção de carapau tem apresentado uma tendência negativa desde os anos 90.

Em contrapartida, a sardinha representa a maior parte das capturas, variando entre 100.000 e 150.000 toneladas por ano. Este peixe pelágico tem compensado a redução nas capturas de carapau. Além disso, são também capturadas outras espécies, como a cavala e o charro-amarelo, embora em menor escala. É importante ressaltar a integração vertical existente, com embarcações de pesca associadas a empresas que possuem instalações de desembarque e processamento. Estas unidades de transformação de congelados são direccionadas para abastecer os supermercados ou exportar os seus produtos. Desembarcam também nos portos e mesmo nas praias, com a ajuda de chatas que fazem o transbordo das capturas. Deste modo, constituem uma parte muito importante da frota

para a população, também porque, em geral, as capturas têm maior qualidade sanitária do que as da pesca artesanal.

Essas actividades pesqueiras empregam directamente cerca de 1.800 pessoas e desempenham um papel essencial na dieta das comunidades costeiras.

6.6. A PESCA ARTESANAL EM ANGOLA

O Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquicultura Comunal (IPA)⁵² identificou, em 2017, 149 comunidades piscatórias locais/Centros de Pesca com um aumento de 50 comunidades em relação a 2013 (ver Tabelas 4 e 5) – 7920 embarcações para um total de 33.500 pescadores. O número de embarcações artesanais indicadas no Anuário de 2020⁵³, de 7.912, é praticamente igual do recenseamento de 2017, cujo número de embarcações licenciadas é de 4.965. Num estudo de 2013 contra um empilhamento de 247 embarcações licenciadas nos municípios de Benguela e Baía Farta, a estimativa feita através de uma verificação sistémica indicou mais de 650 embarcações⁵⁴. Mesmo considerando que entre estes existiam barcos de pesca de subsistência, o número de barcos amontoados era menos de metade dos realmente existentes.

Figura 15. Distribuição dos pescadores artesanais marinhos por província

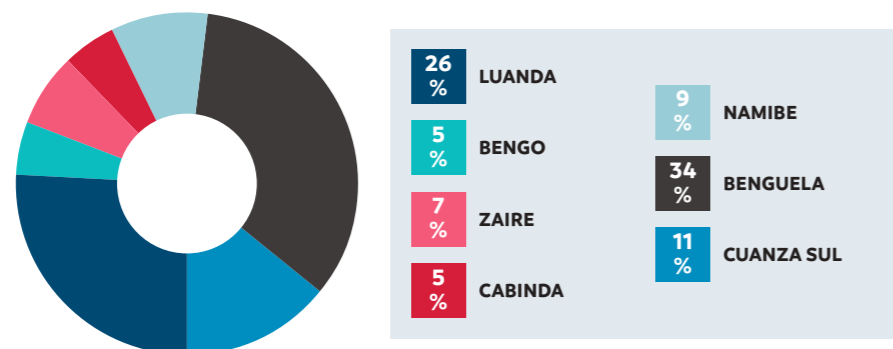
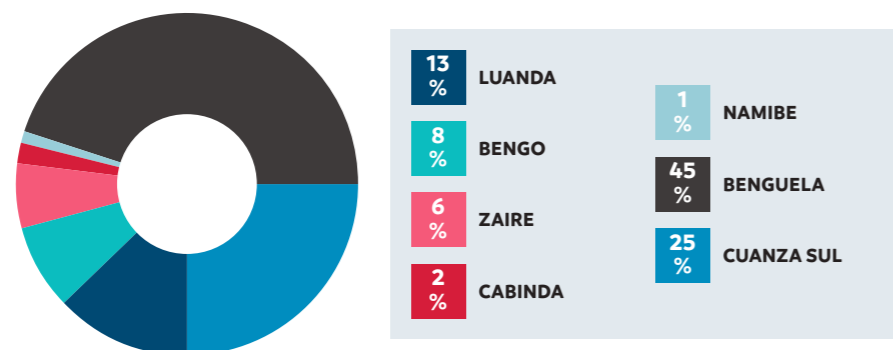


Figura 16. Distribuição das mulheres processadoras por província



Fonte: Anuário Estatístico 2020

52 Recenseamento da Pesca Artesanal Marinha de Angola – Relatório Nacional, IPA, 2017

53 Ministério da Agricultura e Pescas, Anuário Estatístico das Pescas 2020 – Edição 2021

54 Cristina Rosa e Teresa Coelho Estudo da Pesca Artesanal nos municípios de Benguela (sede) e Baía Farta, 2013

Tabela 4. Comunidades piscatórias em Angola em 2013

CABINDA (17)	ZAIRE (20)	BENGO (11)	LUANDA (14)	CUANZA SUL (9)	BENGUELA (16)	NAMIBE (12)
Labi	Mussera	Ambriz	São Tiago	Praia de Sousa	Cuio	Cabo Negro
Luvassa	Impanga	Kinkankala	Boa Vista	Kikombo	Gengo	Praia Amélia
Funga	Tombe	Binge	Hotanganga	Sumbe Salinas	Chiome	Saco Mar
Caio	Kifuma	Pambala	Cacuaco	Foz R. Longa	Chamume	Mucuio
Lombo-Lombo	Kungo	Catumbu	Samba	Praira Dengue	Vitula	Bentiaba
Chinga Changi	Kinzaú	B. Dande	Ramiro	Torre-Tombo	Baia Farta Sede	Baba
Futila	Mucula	SobeDesce	BEnfica	Sumde Sede	Kasseque-Quioche	Baía das Pípas
Buço Mazi	N'zeto	Sangano	B. Cuanza	Karimba	Porto Amboim	Chapéu Armado
Malembo	Ponta Padrão	Cabo Ledo	Mirador		Macaca	Tómbwa Sul
Cacongo	Maradeira	S. Braz	Casa Lisboa		Senga	Tómbwa Sede
Bembica	Kipai	Kitoba	Chicala 1		Cabaia	Porto Pesqueiro
Tchafi Tungo	Kivanda		B. Bengo		Saco Caota	Lucira
Landana	Kakongo		Buraco		Damba Maria	
Chicasa	Tomboco		Carpo Soca		Praia Bebé	
Sangu Simuli	Kinfinda Muango				Lobito Velho	
Tshississa	Kingombo				Campao	
Massabi	Kinpanga					
	Kintaku					
	Lucumba					
	Missanga					

Fonte: Cristina Rosa e Teresa Coelho, Estudo da Pesca Artesanal nos municípios de Benguela (sede) e Baía Farta, 2013.

Tabela 5. Centros de Pesca em 2017

PROVÍNCIAS	MUNICÍPIOS	CENTROS DE PESCA
Bengo	2	7
Benguela	4	34
Cabinda	2	9
Cuanza Sul	2	22
Luanda	2	22
Namibe	2	22
Zaire	3	33
TOTAL	17	149

Fonte: Recenseamento 2017⁵⁵

55 IPA; Recenseamento da Pesca Artesanal Marinha de Angola – IPA 2017

EMBARCAÇÕES DA PESCA ARTESANAL EM ANGOLA

A pesca artesanal em Angola, em linhas gerais, é feita todos os dias, exceto ao domingo (a menos que não tenha sido possível pescar no sábado ou no período de pesca devido às condições meteo-marinhas).

Quanto à propulsão, a primeira diferença existe na propulsão remo-velica e no motor, que pode ser externo ou interno. Quanto às tipologias das embarcações em Angola, temos as canoas, as chatas e as catrongas.

As canoas utilizadas são embarcações mais primitivas, normalmente com propulsão remo-velica e também construídas em forma monóxila (construídos num único tronco escavado). A estas, acrescentam-se embarcações autoconstruídas com pranchas ou pedaços de pranchas de *surf* (ou similares), usadas perto da costa (para fins de subsistência).

A um nível mais avançado, encontramos as chatas, embarcações sem ponte construídas com lenha e com propulsão remo-velica ou com motores de popa de 45 a 90 cv. A tripulação é de quatro ou cinco pessoas, e não conta com estrutura de conservação, nem segurança.

As catrongas são embarcações com motores internos, ponte e cabina. São, na sua maioria, estruturadas e têm mediamente as dimensões internas maiores no que concerne ao sector artesanal, e também são construídas com lenha.

A canoa é o tipo de embarcação dominante nas províncias setentrionais de Cabinda e Zaire, enquanto no sul existem poucas. As chatas são os barcos mais comuns usados no resto da costa. O uso geral das catrongas nas províncias do norte reflecte os mercados da pesca mais rentável (Duarte et al. 2005)⁵⁶.

CAIXA 6

Ao que pôde verificar-se, em Angola, não existem estaleiros navais com capacidade para construir embarcações com dimensões maiores do que as artesanais, e não se trabalha com embarcações com materiais compostos.

O uso e a distribuição das embarcações variam segundo as províncias costeiras.

⁵⁶ Duarte, A., Fielding, P., Sowman, M. & M. Bergh, 2005, Overview and analysis of socio-economic and fisheries information to promote the management of artisanal fisheries in the BCLME region – Angola (REPORT B), Final Report and Recommendations, October 2005. Environmental Evaluation Unit, University of Cape Town

ARTES DE PESCA

As artes da pesca utilizadas na pesca artesanal são as seguintes:

- **Banda-Banda:** este tipo de pesca é proibido pela Lei angolana, todavia, uma vez que a sua eliminação representaria um problema social e socioeconómico de grande dimensão, considerando um número de operadores entre os 120.000 e 160.000, ela é tolerada. Trata-se de um método de pesca onde a rede é retirada com um esforço colectivo de pescadores de ambos os sexos e diferentes idades, directamente na borda. Uma embarcação menor (chata ou canoa) é utilizada para arrastar e lançar a rede ao mar. Uma parte fica por terra (segura pelas pessoas na borda) e, depois de ter posto a rede em forma de círculo, o barco leva-a a terra. A captura deste tipo de pesca é indiscriminada e constituída por peixes jovens e imaturos, com interesses comerciais.
- **Linha:** faz uso de linhas e anzóis, e é um método utilizado em todas embarcações artesanais. O número de anzóis por linha de pesca varia entre um e cinco, escolhidos de acordo com as espécies-alvo. Esta arte de pesca, é muito usada, e é também uma das mais selectivas. -Tendem a pescar-se espécies demersais de qualidade e indivíduos de grandes dimensões.
- **Redes de Emalhar:** dois tipos diferentes:
 - 1 As redes de emalhar de superfície são usadas para capturar pequenos pelágicos (p. ex., sardinela, cavala, sardinha, pescada-africana, etc.). São em *nylon* e, normalmente, mais compridas (100 metros), com uma profundidade de rede variável entre 4 e 5 metros. A dimensão da linha é definida por Lei e varia entre 33 e 40 mm de linha (lateral).
 - 2 As redes de emalhar de fundo são usadas para capturar espécies demersais. São feitas de algodão ou *nylon*, com um comprimento considerável (pode atingir 3.000 metros nas embarcações maiores) e uma altura que vai de 4 a 5 metros. A dimensão da linha é também definida por Lei e, geralmente, varia entre 40 a 60 mm de fio (lateral).

CAIXA 7

nota bene: devemos evidenciar que, atualmente, é usada uma grande quantidade de redes (de fabrico chinês) em plástico impresso que têm um custo muito baixo. Estas redes não se reparam quando se rompem, e são muito frágeis. Depois de danificada, a rede deixa de poder ser usada, e é largada no mar, constituindo o perigoso fenómeno das “redes fantasma”. No estado actual, as autoridades pedem que estas redes, quando retiradas do mar, trazidas para terra e queimadas. Todavia, considerando a pouca cultura ambiental da população e as dificuldades para a recolha das redes, a maior parte acaba por ficar no mar. No Recenseamento de 2017⁵⁷, as redes são listadas ao longo de toda a costa como um dos principais problemas de poluição marinha, que afecta particularmente as províncias do Zaire, Bengo, Luanda e Cuanza Sul (juntamente com o plástico).

⁵⁷ op. cit.

- **Rapa:** é utilizada para a captura de pequenos pelágicos por parte das embarcações artesanais menores. Este método usa-se nas províncias meridionais (Kwanza Sul, Namibe e Benguela). Uma rede bastante pequena é posicionada no barco para circundar um banco de peixe (enquanto a outra fica parada). Depois, é recuperada com as mãos pela tripulação do barco. Não há dados de tamanho de malha disponíveis.
- **Armação:** este método de pesca é utilizado principalmente na região meridional de Angola (Benguela e Namibe). Consiste numa série de redes fixas posicionadas perto da costa ortogonal, em várias divisões, formando pequenas “almadravas”. As espécies-alvo são as pelágicas e as demersais. Para as operações de posição e pesca, são utilizadas até quatro chatas ou catrongas. A armadilha é feita no mar, deixada durante quatro dias e, depois, trazida para a costa por um tractor. Na província do Kwanza Sul, as redes são atiradas directamente no mar.
- **Linha-Canaa:** método utilizado para capturar o atum. Prende-se um anzol ou uma isca armada a uma cana de linha curta. O atum preso no anzol é trazido a bordo por meio de um arpão.

As operações de pesca variam notavelmente de norte a sul. Nas províncias meridionais e centrais (Namibe, Benguela, Kwanza Sul e Luanda), são utilizadas várias técnicas, entre as quais diferentes tipos de redes de cerco e palangre, que fornecem uma quota significativa das capturas nestas áreas. Quanto mais a norte, maior é o uso das redes fixas na comunidade piscatória. As espécies-alvo destas redes são demersais e peixes de recife.

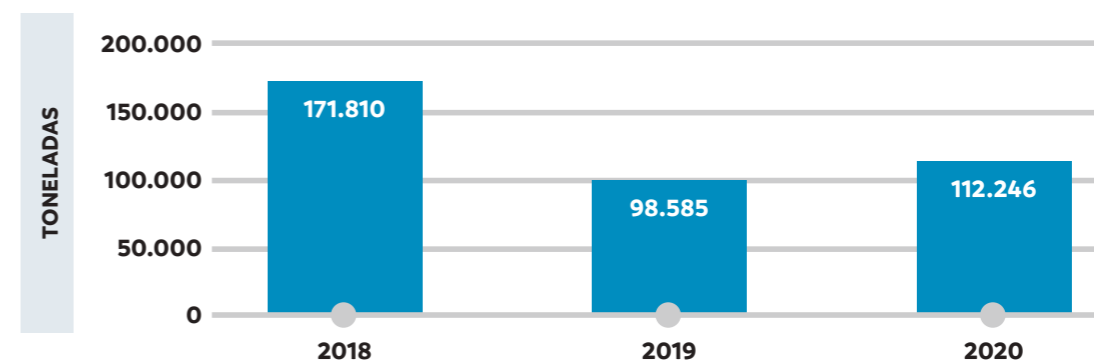
DADOS SOBRE CAPTURA DA PESCA ARTESANAL EM ANGOLA

Observações preliminares

É de notar que os dados sobre as capturas da pesca artesanal são aleatórios, uma vez que não existe um sistema de recolha directa de dados no país, o que significa que os dados serão inferiores, ou seja, calculados com base em entrevistas e hipóteses não verificadas no terreno. Em particular, não existem dados sobre a composição das capturas, o seu peso e tamanho, a quantidade de juvenis e as capturas acessórias.

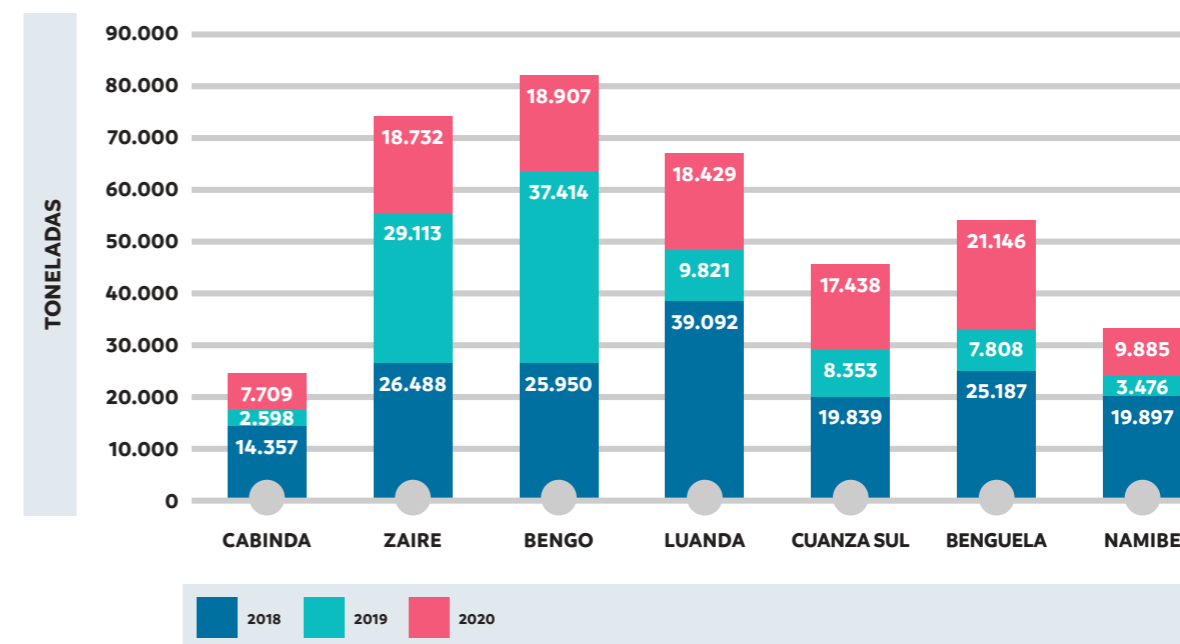
No entanto, os dados são os oficiais, tanto a nível central como regional. Segundo as auscultações conduzidas, parece que a situação da recolha de dados se agravou com as “autarquias”, ou seja, a externalização da recolha de dados para as províncias. Estes organismos, de facto, não têm nem a experiência, nem, sobretudo, recursos humanos para efectuar uma recolha de dados abrangente.

Figura 17. Capturas da pesca artesanal marinha



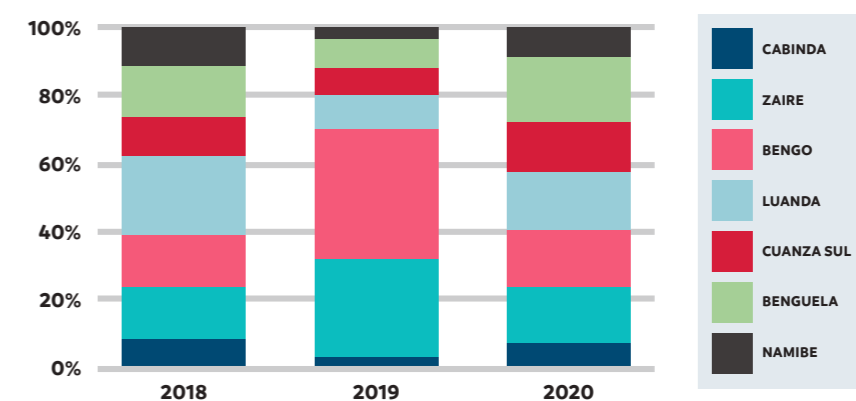
Fonte: Anuário Estatístico 2020.

Figura 18. Capturas da pesca artesanal marinha por província



Fonte: Anuário Estatístico 2020

Figura 19. Contribuição percentual para os desembarques da pesca artesanal marinha por província



Fonte: Anuário Estatístico 2020

6.6.1. A CADEIA DE VALOR ASCENDENTE (UPSTREAM) (OS INSUMOS)

No que concerne ao material e aos equipamentos para toda cadeia de pesca, Angola é completamente dependente das importações.

Começando pela base, sublinhamos que em Angola não existem estaleiros navais que possam construir ou manter os barcos de pesca que não sejam artesanais, ou seja, de dimensões muito pequenas. Existem mestres que constroem chatas e catrongas com lenha (e obviamente as canoas), mas todo o material é importado, seja o motor (de popa) ou o material de pesca.

Alguns armadores de barcos semi-industriais tem a possibilidade de levar os barcos para pequenas manutenções (raspagem e pintura da quilha), mas as operações de manutenção anuais são efectuadas na República da Namíbia, em Walvis Bay, uma vez por ano, durante o período de defeso.

Quanto às embarcações novas, em particular as constituídas por material composto, estas são construídas no exterior.

Quanto aos materiais de bordo, também estes são todos importados, dos órgãos ao amo e ao fio de pesca. As redes também são importadas, bem como os materiais para sua reparação.

As grandes embarcações, sendo todas estrangeiras, efectuam reparações nas respectivas pátrias, ou nos portos namibianos ou de outros países, e munem-se integralmente de materiais directamente nos armadores. As embarcações que transportam os produtos congelados para exportação levam consigo o material para troca e o material necessário para exercer a actividade da pesca.

Quanto às máquinas para transformar e conservar o peixe, também são importadas de diferentes países, como a Namíbia, Espanha, Itália, etc.

As embalagens geralmente são importadas, muito embora no Namibe exista uma fábrica de embalagens, que importa sempre a matéria-prima da Namíbia.

6.6.2. A SOCIOECONOMIA DAS PESCAS

Segundo o recenseamento e o aspecto socioeconómico do sector da pesca artesanal, *“uma das evidentes fragilidades da fileira das pescas prende-se com a componente humana, numa sociedade ferida por largos anos de incerteza e pela necessidade*



de sobreviver em condições de extrema dificuldade”. Esta afirmação abre o parágrafo “VALORIZAR O CAPITAL HUMANO” do sector das pescas, da “ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)” do Ministério do Planeamento.

Deve especificar-se que isto é particularmente válido para a PPE (e em particular para a pesca de subsistência), uma vez que os pescadores empregados na pesca industrial e semi-industrial pertencentes a um sector mais (ou completamente) fiscalizado têm uma protecção legislativa ao abrigo do Decreto n.º 41/05, de 13 de Junho⁵⁸, nos artigos: 104.º (Condições de Trabalho), 105.º (Exames Médicos Periódicos), 106.º (Inventário de Tripulantes) e, em particular, no 107.º (Mínimos de Seguro Obrigatórios), do qual citamos abaixo:

- 1 Os armadores das embarcações de pesca autorizadas nas águas angolanas devem garantir aos respectivos tripulantes um seguro mínimo contra acidentes de trabalho a bordo e em terra;
- 2 O montante mínimo do seguro a que se refere o número anterior será determinado por despacho conjunto do Ministério das Pescas e do ministério responsável pelo trabalho ou assuntos sociais;
- 3 O seguro mínimo a que se refere este artigo é requisito de emissão de certificado de pesca.

Essas são protecções de que os pescadores artesanais não gozam, dada a situação da PPE.

As estatísticas sobre a pesca artesanal são, de facto, em todas as partes do mundo, mais árduas de levar a cabo face às pescarias de maior envergadura. Vários elementos concorrem para a limitação de acesso à informação necessária: as embarcações são poucas e pequenas, a tripulação é limitada e variável, há dispersão de desembarques em diferentes localidades da costa, bem como ausência de um circuito de recolha rotineira de informações.

Consequentemente, não existe uma ideia exacta do número de barcos empregados na PPE, nem do número de operadores, tal como não existe uma ideia clara do número de desembarques. A ausência de informação precisa cria dificuldades na fiscalização deste sector e, consequentemente, também em eventuais acções de ajuda e apoio.

58 Ministério das Pescas Recursos Biológicos Aquáticos (Legislação das Pescas)



“Angola tem também uma longa tradição de pesca artesanal ao longo da costa, utilizando maioritariamente canoas tradicionais feitas de troncos de árvores. Antes da independência, os armadores, incluindo os da pesca artesanal, eram maioritariamente brancos. Nos termos da Lei, não havia proibições de acesso aos recursos pesqueiros marinhos com base na “raça”. No entanto, devido aos elevados níveis de pobreza entre a população negra local, a propriedade de embarcações era quase exclusivamente dos brancos. Os angolanos que viviam nas comunidades piscatórias costeiras participavam como membros da tripulação ou trabalhadores, e recebiam um salário de sobrevivência. Embora existisse um sistema de cooperativas, estas eram representadas pelos armadores e os angolanos não eram membros, nem recebiam quaisquer benefícios destas organizações. Esta situação mudou significativamente nos últimos 20 anos, e a grande maioria dos pescadores artesanais é de nacionalidade angolana. O resultado de 40 anos de conflito em Angola tem sido movimentos populacionais em grande escala, com as pessoas a deslocarem-se principalmente do interior para as vilas e cidades costeiras. Embora os dados sobre estes movimentos populacionais sejam muito limitados, o aumento da população nas principais cidades costeiras de Luanda, Lobito e Benguela (Development Workshop, 2002) sugere que a pressão sobre os recursos marinhos aumentou significativamente durante este período.”⁵⁹

Portanto, as estatísticas oficiais no sector da pesca marinha artesanal não são exactas devido a vários factores: (i) o levantamento é feito indirectamente através de inquéritos e não por inspectores no terreno; (ii) a mobilidade dos pescadores, a sua migração da pesca comercial para a pesca de subsistência e vice-versa; bem como (iii) a dificuldade de chegar a certas zonas e a escassez de inspectores, especialmente em algumas províncias.

Os dados sobre a pesca interior são ainda mais aleatórios, dado o número de pontos de desembarque e a dificuldade dos recenseamentos. A pesca interior, toda ela artesanal ou de subsistência, é também um comércio protegido que, ao contrário da pesca marinha (de longe o único ou principal emprego), é exercido paralelamente com outros empregos, para complemento do rendimento e para autoconsumo, sendo o comércio quase inteiramente “informal”⁶⁰.

A composição demográfica das comunidades de pescadores artesanais em Angola é diversificada. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Anuário Estatístico das Pescas 2020, estima-se que existam no país aproximadamente 96.637 trabalhadores, dos quais 70.788 são pescadores e 25.849 são mulheres processadoras de pescado.

Destes, 47.097 trabalham na pesca artesanal marinha, divididos entre 30.123 pescadores e 16.974 mulheres processadoras. Os restantes 49.500 trabalham na pesca interior.

A maioria dos pescadores artesanais em Angola reside em comunidades costeiras e ribeirinhas, onde têm acesso directo aos recursos pesqueiros.

Os pescadores do sector artesanal marinho vivem em comunidades ao longo da costa que

⁵⁹ Duarte Agostinho et al., Overview and analysis of socio-economic and fisheries information to promote the management of Artisanal Fisheries in the BCLME Region – Angola (2005) – (Traduzido de)

⁶⁰ As informações comunicadas são apoiadas pela experiência de campo dos peritos e pelas entrevistas efectuadas durante o trabalho no terreno, e devem ser consideradas “comunicações pessoais”

podem ser definidas como Centros de Pesca Permanentes, onde existem infra-estruturas como a salga e a seca, e onde as famílias vivem permanentemente, e Centros de Pesca Temporários, mais voláteis, onde os pescadores apenas se deslocam para desembarcar peixe. Por isso, o número de Centros pode variar, tanto em número como em localização, de ano para ano (ver Tabelas 4 e 5). Essas comunidades são compostas por homens, mulheres e jovens que dependem da pesca como fonte de subsistência e rendimento.

A população que vive nos Centros de Pesca representa uma percentagem que varia entre 8% em Namibe e 1% em Luanda, e, no seu conjunto, representa 3% da população das províncias marítimas. É preciso ter em conta que algumas cidades do litoral funcionam como um atractivo em geral, particularmente Luanda.

Estimou-se que os habitantes dos Centros de Pesca ascendem aproximadamente a 380.000 pessoas, 30% das quais menores de idade.

Essas comunidades desempenham um papel vital na economia local, e contribuem para a segurança alimentar e o sustento das famílias.

Os pescadores artesanais trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada. Exploram ambientes próximos à costa, pois é uma pesca marcada por acervo de baixa tecnologia e, portanto, as embarcações e a aparelhagem utilizadas para tal têm pouca autonomia.

De acordo com algumas estimativas, em África, 10 milhões de pessoas têm como actividade principal ou única a pesca artesanal, mas outros 90 milhões têm nessa actividade uma diversificação do seu estilo de vida⁶¹. A maior parte dos operadores está fora do sistema produtivo formal.

A pesca artesanal é uma actividade independente que deriva de uma tradição piscatória transmitida de pais para filhos, e que conta com o apoio da família. Ao contrário dos pescadores que recebem um salário, na pesca artesanal, onde o trabalho é efectuado, o rendimento é a parte das capturas para consumo próprio ou para venda.

Por se tratar de uma actividade informal, o pescador encontra-se numa zona de exclusão social que não lhe permite um leque de acções; como não tem acesso ao crédito, tem de se submeter à parte mercantil (muitas vezes representada por mulheres) que financia o combustível e o material de pesca, garantindo assim a captura a um preço pré-determinado, geralmente não favorável ao pescador, que transfere assim uma grande parte dos seus ganhos para o comerciante e para a cadeia de valor “a jusante”.

A necessidade de substituir esta estrutura social em que existe um forte laço hierárquico de parentesco e uma gestão vertical e patriarcal (ou matriarcal) por uma estrutura baseada nas relações horizontais do cooperativismo conecta-se à necessidade de poder organizar a produção e de excluir os intermediários da cadeia de produção, tanto na cadeia de valor a montante (fornecimento de equipamento, gelo, etc.) como a jusante (venda do produto).

Além disso, a fragilidade do sector das pescas, embora diversificado ao longo da costa angolana, deve-se à falta estrutural de instalações higiénicas e sanitárias na gestão das capturas, à falta de estabelecimentos comerciais no sector das pescas para a venda de

⁶¹ HJ Bernadeth Gonçalves; Pesca artesanal em Angola: a luta pela sobrevivência, ARARAQUARA/SP 2018

materiais, à falta de acesso ao crédito, bem como de infra-estruturas básicas, o que, entre outras coisas, leva os jovens a abandonar o sector, tornando-os migrantes internos (para as cidades). Este fenómeno pode também conduzir a uma ruptura na transmissão dos conhecimentos e das competências necessárias à perpetuação do ramo, uma vez que não existe no país uma rede de ensino dedicada a este sector.

As principais anotações a este respeito são⁶²:

- A EMPREGO:** a frustração dos pescadores devido à ausência de leis laborais no sector das pescas (dedicadas à pesca artesanal). De facto, esta mesma ausência, quando comparada com o emprego formal existente, não lhes proporciona boas condições de velhice, segurança no emprego e reforma adequada
- B CARÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURAS:** ausência e instabilidade de equipamentos urbanos, como praças, lojas especializadas, serviços bancários, atendimento médico e abastecimento de água
- C EQUIPAMENTOS DE PESCA:** neste ponto, são evidentes as dificuldades na sua aquisição (mesmo considerando que a maioria dos equipamentos vem do exterior), devido à pouca qualificação ou capacidade financeira dos pescadores, afectada pelo baixo rendimento da venda do pescado
- D CONCEITO PRÁTICO DE SOBREENPLORAÇÃO:** os pescadores atribuem a escassez de peixes à pesca industrial predatória que ocorre nas proximidades dos seus pesqueiros. Nesse sentido, reclamam da falta de fiscalização rigorosa nas áreas de pesca artesanal e industrial. Claramente, os pescadores tendem a perceber que a redução dos stocks ou da produção de peixes está intimamente ligada à pesca industrial

Além disso, devido às desigualdades no sistema de partilha, os pescadores sentem-se insatisfeitos porque percebem que, apesar do seu papel fundamental no processo de produção da pesca, recebem poucas compensações.

Outro problema que deve ser destacado é o sector da saúde. Há que ter em conta que a pesca é, a nível mundial, a segunda actividade mais “perigosa” a seguir à exploração mineira, com o maior número de acidentes mortais, mas também com um grande número de acidentes incapacitantes e doenças relacionadas com o trabalho numa idade relativamente jovem.

Pena y Gomez (2014) calculou que na região costeira da Bahia (Brasil), foram identificadas 30 doenças relacionadas com a pesca artesanal, de 200 doenças no setor do trabalho.

62 Lima, M.G.M., Migração – uma estratégia de sobrevivência para o pescador artesanal? In: Furtado et al., Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal, Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 2002



“A análise de riscos, avaliados qualitativamente com suporte de revisão da literatura, indicou a possibilidade de ocorrência de aproximadamente 30 patologias relacionadas ao trabalho na pesca artesanal, dentre as 200 enfermidades reconhecidas actualmente pelo Ministério da Saúde e da Previdência Social. São riscos relacionados às seguintes exposições: radiações solares, risco de neoplasias, cataratas, dentre outras; alta pressão atmosférica nas actividades de mergulho, com possibilidade de doenças descompressivas, barotraumas, labirintites e distúrbios da audição; umidade e lama nos manguezais, com riscos de dermatites micóticas e onicomicoses, inflamações génito-urinárias, e alergias; intempéries, chuvas e frio, com risco de infecções respiratórias, faringites, dentre outras; riscos biológicos relacionados ao trabalho no mangue, e possibilidade de contaminações com enfermidades transmissíveis, dermatites de contacto com animais e plantas marinhas; químicos decorrentes dos fumos pelo cozimento dos mariscos, com possibilidade de doenças respiratórias, rinite e sinusite alérgicas, dentre outras; riscos ergonómicos para a coluna vertebral, relacionados ao transporte de pesos, posturas nocivas e excesso de movimentos com esforços repetitivos. Neste caso, têm-se, particularmente, evidências ergonómicas de riscos para as LER/DORT⁶³, principalmente quanto à sobrecarga de tarefas com excesso de movimentos e esforços repetitivos impostos por ritmos acelerados pelas dramáticas condições sociais de sobrevivência.

Quanto aos acidentes de trabalho, os pescadores e marisqueiras enfrentam uma diversidade de riscos, como: afogamentos, incluindo na lama do manguezal; acidentes perfurantes e cortantes na manipulação de mariscos e peixes, com os mais variados instrumentos de pesca, corte de lenha e preparo de mariscos; picadas de insectos; acidentes ofídicos com animais terrestres e marinhos, peçonhentos e urticantes.”⁶⁴

CAIXA 8

Ao contrário da pesca artesanal, os pescadores que trabalham em embarcações industriais oceânicas estão protegidos não só pela legislação angolana, mas também pelas directivas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), o que deveria acontecer também com a pesca semi-industrial, uma vez que Angola é membro desde 04.06.1976.⁶⁵

63 “Lesões por Esforços Repetitivos / Distúrbios Osteomusculares Relacionados com o Trabalho”

64 Pena, P.G.L. & Gomez, C.M., Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em saúde do Trabalhador. (Ciência & Saúde Coletiva v 19, n. 12, p 4689-4698, 2014)

65 International Labour Organization, disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C188

Não existem muitas publicações que tratem especificamente da situação socioeconómica dos operadores da PPE. O último Recenseamento disponível do IPA é de 2017.⁶⁶

Os dados do Relatório evidenciam, de forma incontestável, o estado de extrema dificuldade e marginalização em que se encontra o sector da Pesca Artesanal de Pequena Escala.

Além disso, é importante destacar que as comunidades de pescadores artesanais enfrentam desafios socioeconómicos, como a falta de infra-estruturas adequadas, acesso limitado a serviços básicos e a vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Nos 149 Centros de Pesca, em 17 municípios ao longo da costa, há uma população de 380.000 pessoas, com uma percentagem de menores de 30% (114.000). Há 33.500 pescadores e 17.200 processadoras de pescado. Isto significa que 19% da população adulta está directamente envolvida em actividades de pesca ou com ela estreitamente relacionada, tornando estes centros “altamente dependentes da pesca”.

As infra-estruturas de apoio à pesca nos Centros de Pesca Artesanal são insuficientes e contribuem para o isolamento e marginalização destas comunidades.

De acordo com dados de 2017, existem apenas quatro estradas pavimentadas num total de 149 Centros de Pesca e, das outras, 25 são intransitáveis durante a estação das chuvas, isolando os Centros. Entre as infra-estruturas, existem apenas dois portos ou ancoradouros, sendo que os outros 147 Centros têm de fazer desembarques nas praias. Existem 29 estaleiros navais (apenas aptos para pequenas transformações e fabrico de embarcações para a PPE) espalhados pelo território, e 240 construtores navais e 125 mecânicos navais.

Existem 16 mercados de peixe e o nível de controle higiénico-sanitário é, em geral, muito inferior aos requisitos mínimos necessários para um produto higienicamente suficiente. É também de salientar que muitos dos mercados com instalações aceitáveis não são frequentados porque: 1) representam um custo adicional para os vendedores, e 2) o hábito de fazer compras na rua afasta os vendedores do que consideram ser o local de venda. Existem 12 centros de salga e seca cujo nível sanitário é inferior ao nível sanitário mínimo, sendo geralmente ao ar livre e sem qualquer protecção contra insectos, poeiras e outros poluentes. Vale ressaltar que, em geral, o produto que entra neste tipo de transformação é aquele que não é vendido e que, por isso, ultrapassou o seu “prazo de validade”, apresentando, portanto, quantidades elevadas de histamina. Este facto é visível nas frequentes erupções cutâneas e outros sintomas típicos de intoxicação por histamina que os consumidores apresentam. São também indicadas 39 unidades de transformação, mencionadas na literatura de forma genérica, sem pormenores, como quanto ao tipo de transformação efectuada ou outras informações relevantes.

No que diz respeito aos indicadores socioeconómicos das comunidades de pesca artesanal, pode indicar-se que a idade média é bastante baixa, situando-se nos 39 anos, sem distinção de género, com um número médio de 6,8 pessoas por agregado familiar, das quais 3,3 crianças com menos de 18 anos. Os agregados familiares sem acesso a electricidade são 47% (ou 15.800) e os pescadores sem telefone são 36%. 72% dos agregados familiares consomem peixe todos os dias, o que faz com que uma das doenças mais prevalentes nas comunidades seja a hipertensão, dado o elevado consumo de peixe salgado seco.

66 IPA, 2017, Recenseamento da Pesca Artesanal Marinha de Angola – IPA Luanda. 45 pp

Um factor a ter em conta quando se pensa em projectos de cooperação no sector da pesca artesanal são as línguas utilizadas pelas diferentes comunidades. Existem 15 línguas diferentes, sendo o Umbubdu, o Quicongo, o Fiote (Cabinda) e o Quinbundu as mais faladas.

CAIXA 9

A compreensão da composição demográfica das comunidades de pescadores artesanais em Angola é fundamental para a formulação de políticas e programas adequados que atendam às necessidades e promovam o bem-estar dessas comunidades. A inclusão de mulheres e jovens nas actividades pesqueiras, bem como a garantia dos seus direitos e de condições de trabalho justas, são aspectos essenciais para alcançar uma pesca artesanal sustentável e equitativa.



NO ANEXO 01 SÃO APRESENTADOS GRÁFICOS EXTRAÍDOS DO RECENTEAMENTO EFECTUADO PELO IPA EM 2017.

6.7. QUADRO LEGAL E REGULATÓRIO

O volume RECURSOS BIOLÓGICOS AQUATICOS (Legislação das Pescas)⁶⁷, publicado pelo Ministério das Pescas e Recursos Marinhos da República de Angola, é um compêndio das leis e regulamentos relacionados com a pesca em Angola reunidos no Texto Único “Os Principais Diplomas Legais e Regulamentos do Sector das Pescas”, um documento que permite apreciar a sólida estrutura da legislação angolana no sector.

Seguem-se alguns artigos, sobre a pesca, que esclarecem e definem o sector.

DEFINIÇÕES DE PESCA

A Lei 6-A, de 08 de Outubro, estabelece:

Artigo 1.º (Definições):

- 27. “Embarcação de pesca” é qualquer embarcação que seja utilizada, esteja equipada para ser utilizada ou seja de um tipo normalmente utilizado na pesca ou em actividades afetas à pesca e compreende todos os equipamentos, incluindo as artes de pesca
- 55. “Pesca artesanal” é a actividade de pesca efectuada com embarcações até 14 metros de comprimento total, inclusive a remos, à vela ou com motores exteriores ou interiores, raramente utilizando gelo para conservação e fazendo uso de artes de pesca como linhas, e redes de cerco e de emalhar
- 57. “Pesca de subsistência” é aquela em que o pescador pesca regularmente para consumo próprio e da sua família, e apenas esporadicamente comercializa a produção excedentária
- 60 “Pesca semi-Industrial” é aquela que é realizada com embarcações até 20 metros, inclusive, de comprimento total, propulsadas por motor interior, e utilizando, em regra, gelo para conservação do pescado, e artes de palangre ou linha, emalhe de fundo e também arrasto mecânico, cerco e outras
- 58 “Pesca Industrial” é aquela que é realizada com embarcações com mais de 20 metros de comprimento total, propulsadas a motor, utilizando, em regra, congelação ou outros métodos de processamento a bordo e meios mecânicos de pesca, e que envolve, regra geral, grandes investimentos e métodos tecnologicamente avançados de pesca, visando a captura de espécies específicas de alto valor comercial ou de grandes quantidades de pescado de valor inferior, destinadas ao consumo ou processamento no mercado nacional ou internacional

67 bibliografia citada

Artigo 5.º (Tipos de Pesca)

- § 3 A pesca comercial pode ser industrial, semi-industrial e artesanal
- § 4 A pesca não comercial pode ser de subsistência, de investigação científica, de prospecção, bem como recreativa e desportiva

DOS DIREITOS DA PESCA

Artigo 33.º (Zona Reservada à Pesca de Pequena Escala)

- Sem prejuízo do que vier estabelecido em regulamento sobre a extensão de zonas da pesca, toda a extensão do mar territorial até as **4 milhas náuticas**, contadas a partir das linhas de base, bem como as águas continentais, **são reservadas exclusivamente à pesca artesanal, de subsistência**, de investigação científica e recreativa, salvo considerações especiais relativamente à arte de cerco, a decidir pelo ministério competente

Artigo 40.º (Constituição dos Direitos de Pesca)

- 1 (*omissis*) os direitos de pesca constituem-se mediante acto de concessão do ministério competente

Artigo 42.º (Pesca de Subsistência)

- 1 Os direitos de pesca de subsistência constituem-se mediante realização desta actividade
- 2 O exercício de actividades de pesca de subsistência não está sujeito a qualquer autorização prévia, sem prejuízo de definição de zonas de pesca, bem como de espécies ou dimensões cuja pesca é proibida nos termos do artigo 69.º e seguintes.

Artigo 48.º (Registo dos Direitos de Pesca)

- 1 A constituição, extinção e transmissão de direitos de pesca comercial está sujeita a registo e requerimento do interessado, nos termos a definir em regulamento
- 2 No que respeita aos direitos da pesca artesanal, o registo é realizado oficiosamente pelo ministério competente

Artigo 52.º (Fixação das Taxas de Pesca)

- 1 As taxas de pesca (...) são estabelecidas por decreto do Conselho de Ministros
- 2 (*omissis*)
- 3 Os titulares de direitos de pesca artesanal, no caso de realizarem investimentos, podem requerer a isenção do pagamento de taxas de pesca por um período de cinco anos, nos termos a definir em regulamento
- 4 Os investimentos referidos no número anterior estão sujeitos a aprovação do ministério competente, sendo-lhes aplicável o regime jurídico do investimento privado

DECRETO N.º 41/05, DE 13 DE JUNHO**Artigo 26.º (Área de Operações de Embarcações de Pesca Nacionais)**

- 1 As embarcações de pesca nacionais só podem desenvolver actividades de pesca a partir:
 - A Dos 200 metros da linha da costa, tratando-se de embarcações de pesca artesanal e de subsistência;
 - B Das 4 milhas da linha da costa, tratando-se de embarcações de pesca semi-industrial e industrial;
- 2 (...) embarcações da pesca (com) artes de cerco podem desenvolver a sua actividade no mínimo a partir das 1,5 milhas náuticas (*omissis*)

MEDIDAS DE GESTÃO**Artigo 78.º (Censo Provincial das Embarcações de Pesca Artesanal e de Subsistência)**

- 1 Sem prejuízo das disposições do presente regulamento geral sobre o inventário nacional de embarcações de pesca, a nível das direcções dos governos das províncias responsáveis pelo sector das pescas deve ser mantido um recenseamento actualizado das embarcações de pesca artesanal e de subsistência envolvidas na pesca local
- 2 Todo o armador ou proprietário de embarcação de pesca artesanal ou de subsistência é obrigado a proceder ao recenseamento das mesmas nas representações provinciais do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal da respectiva área de jurisdição.

Os regulamentos técnicos anuais determinam as quotas de captura, as suspensões de actividades e as artes de pesca, que são determinados com base no total dos TAC para toda a frota e no número de embarcações artesanais (para além das embarcações industriais e semi-industriais). A frota de pesca artesanal em 2018, 2019 e 2020 tinha quota total de pesca de 320 mil toneladas, considerando uma frota de 5.500 embarcações. O licenciamento descentralizado no Ministério das Pescas está a ser implementado, numa primeira fase, na pesca artesanal, seguindo-se as províncias, onde a pesca interior é predominante.

O Plano de Ordenamento das Pescas e Aquicultura 2018-2022 previra o uso de um sistema de controle remoto baseado em *transponders* GPS para rastrear as actividades da frota artesanal. O novo sistema electrónico, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), permitirá a transmissão da posição individualizada das embarcações, identificando a sua localização através do GPS de alta precisão. Estava prevista a implementação do sistema durante 2018, abrangendo inicialmente as comunidades piscatórias de Yembe e Egito Praia, totalizando 1.000 embarcações e 6.000 pescadores. A expansão para todas as embarcações artesanais em todo o país está prevista para 2023 ou 2024.

Estudos recentes na África Ocidental destacaram diferenças na eficiência e na contribuição de diferentes artes de pesca para o desembarque de peixes pelágicos. As redes de cerco são mais eficientes, especialmente na captura da espécie costeira *Sardinella aurita*, apresentando a maior CPUE entre todas as artes direccionadas para esses peixes.

Estas informações devem ser consideradas no planeamento do esforço de pesca e dos desembarques, visando a gestão sustentável dos recursos marinhos.

Em Angola, o sector das pescas é regulado pelo conjunto de leis que constam do volume “Recursos Biológicos Aquáticos – (Legislação das Pescas)”, publicado pelo Ministério das Pescas, de onde foram retirados os artigos acima referidos. Em particular, é fundamental a “LEI DOS RECURSOS BIOLÓGICOS AQUÁTICOS (NOVA LEI DAS PESCAS)”, publicada no Diário da República N.º 81, I Série, Suplemento. Para a Gestão das Pescas, deve ainda ser tido em conta o “Plano Nacional de Fomento das Pescas, abreviadamente designado por PLANAPESCAS, válido por cinco anos (reproduzido como Anexo 2), do qua se faz um breve resumo em seguida.

O Plano Nacional de Fomento das Pescas, também conhecido como PLANAPESCAS, publicado a 5 de Dezembro de 2022, foi desenvolvido com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável do sector pesqueiro em Angola, visando o aumento da produção, a criação de emprego e a garantia da segurança alimentar.

O PLANAPESCAS estabelece uma série de directrizes e medidas para o sector pesqueiro angolano. Entre as principais metas do plano estão a diversificação das espécies pescadas, a modernização das infra-estruturas e equipamentos pesqueiros, o fortalecimento da investigação e desenvolvimento na área das pescas, a promoção da aquicultura e o fomento da pesca artesanal e industrial.

Além disso, o plano visa o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, por meio do reforço da fiscalização e do fortalecimento da cooperação com outros países e organizações internacionais. Também são previstas acções para a formação e capacitação dos pescadores, visando a melhoria das suas condições de trabalho e a promoção de práticas pesqueiras sustentáveis.

O PLANAPESCAS busca ainda promover a comercialização e exportação dos produtos da pesca, incentivando a criação de redes de distribuição eficientes e a garantia da qualidade dos produtos. Além disso, prevê-se o estabelecimento de parcerias com o sector privado para o desenvolvimento de projectos no âmbito das pescas.

Com a implementação do Plano Nacional de Fomento das Pescas, espera-se impulsionar o sector pesqueiro em Angola, contribuindo para o crescimento económico do país, a criação de emprego e a segurança alimentar da população.



O PLANAPESCAS prevê uma série de acções e estratégias a serem implementadas para alcançar os objectivos propostos. Entre as principais medidas estão:

- 1 Ordenamento e gestão das pescas:** propõe a implementação de regulamentos e normas para garantir a exploração sustentável dos recursos pesqueiros, como a definição de períodos de defeso (épocas de proibição da pesca) e quotas de captura.
- 2 Desenvolvimento da aquicultura:** incentiva a expansão da aquicultura, ou seja, o cultivo de organismos aquáticos, como peixes, crustáceos e moluscos. Isso inclui a melhoria das infra-estruturas aquícolas, o fomento da investigação e a promoção de programas de capacitação para os aquicultores.
- 3 Modernização da frota pesqueira:** propõe a renovação e modernização da frota pesqueira angolana, visando aumentar a eficiência das actividades de pesca e garantir a segurança dos pescadores. Isso inclui a substituição de embarcações antigas por outras mais modernas e equipadas com tecnologia adequada.
- 4 Desenvolvimento das infra-estruturas pesqueiras:** prevê investimentos na melhoria nas infra-estruturas relativas ao sector pesqueiro, como portos, entrepostos de pesca e unidades de processamento. Isso visa facilitar a logística e a comercialização dos produtos pesqueiros.
- 5 Promoção da investigação e desenvolvimento:** destaca a importância da pesquisa científica para o sector pesqueiro. Propõe-se o fortalecimento das instituições de pesquisa e a realização de estudos sobre as espécies e os ecossistemas marinhos angolanos, visando uma gestão mais eficiente dos recursos pesqueiros.
- 6 Fiscalização e combate à pesca ilegal:** enfatiza a necessidade de combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, que representa uma ameaça aos recursos pesqueiros. Propõe-se o fortalecimento das capacidades de fiscalização, e o estabelecimento de parcerias com outros países e organizações internacionais para enfrentar esse problema.

Assim, é evidente que o Plano Nacional de Fomento das Pescas (PLANAPESCAS) é uma iniciativa abrangente que busca impulsionar o sector pesqueiro em Angola, promovendo a sustentabilidade, o desenvolvimento económico e a segurança alimentar. A implementação das acções propostas no plano dependerá da colaboração entre o Governo, as instituições relevantes e os diversos actores do sector pesqueiro.

6.8. ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA REGULAÇÃO DA PESCA ARTESANAL EM ANGOLA

Do ponto de vista geral, são várias as organizações e instituições que desenvolvem acções com impactos sobre a pesca artesanal, desde entidades governamentais centrais (ministérios, institutos públicos), governos locais (provinciais e administrações municipais) e parceiros de desenvolvimento do Governo (FAO, UNCTAD, União Europeia, Banco Mundial, etc.). Na tabela seguinte enumeram-se as instituições com poderes regulamentares no setor das pescas em Angola.

Tabela 6. Instituições envolvidas na regulação da pesca em Angola

	INSTITUIÇÕES	ÂMBITO
1	Ministério das Pescas e Recursos Marinhos	É o Departamento Ministerial responsável pelas políticas, regulamentos, estratégias e regras de funcionamento do sector pesqueiro em Angola.
2	Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA)	Promove e regula as actividades de pesca de pequena escala. Realização de acções de promoção e apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal.
3	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira Marinha (INIPM)	Tem como missão avaliar os recursos pesqueiros e das condições ambientais em águas marinhas e continentais com base na investigação científica, e tecer recomendações ao Ministério das Pescas e Recursos Marinhos.
4	Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca (INAIP)	Realização de acções de promoção e apoio ao desenvolvimento das indústrias do sector das pescas em Angola.
5	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do Indústria Pesqueira (FADEPA)	É um instrumento financeiro governamental destinado a apoiar o desenvolvimento do sector através de financiamentos de projectos de investimentos no sector das pescas.
6	Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura (SNFPA)	Instituição responsável pela fiscalização das actividades de pesca em Angola.
7	Instituto Marítimo Portuário de Angola (IMPA)	Responsável pela coordenação, orientação, controle, fiscalização, licenciamento e regulamentação de todas as actividades relacionadas com a marinha mercante e portos. É uma entidade fundamental para o licenciamento das embarcações pesqueiras.
8	Ministério do Ambiente	Tem como missão garantir o quadro legal para a protecção ambiental, influenciando igualmente o sector das pescas.
9	Administrações Municipais	No âmbito das novas regras, é a entidade responsável pelo controle da pesca artesanal (em fase de passagem de pastas do Ministério das Pescas e Recursos Marinhos para as Administrações Municipais).

Cada uma das instituições acima descritas tem competências claras e bem definidas para o exercício da sua função sobre a pesca no geral e, em particular, sobre a pesca artesanal. Entre as diferentes instituições, a que observa maior vocação para os assuntos específicos da pesca artesanal é o IPA. Entretanto, a instituição tem enfrentado limitações financeiras e de recursos humanos e técnicos para conseguir desempenhar um melhor papel de promotor e regulador junto das comunidades pesqueiras artesanais. Por exemplo, parte significativa do Centro de Apoio à Pesca Artesanal (CAPA), instalado nas principais comunidades pesqueiras artesanais, não funciona e/ou não está ao serviço dos pescadores.

O Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura é igualmente ineficiente, pois não há controlo efectivo das capturas e, ao mesmo tempo, persiste o problema gritante de saneamento básico ao longo de toda a cadeia de distribuição da pesca artesanal.

Nas demais instituições, o argumento da ausência de recursos técnicos, humanos e financeiros para uma melhor resposta aos desafios do sector da pesca é igualmente recorrente, o que denota, no geral, a existência de instituições com mandatos legítimos e importantes para o sector das pescas em Angola, mas com uma abrangência e acção significativamente restritiva face aos desafios do sector.

6.9. ASPECTOS SOCIOECONÓMICOS DA COMERCIALIZAÇÃO INFORMAL DO PESCADO

Para entendermos os principais aspectos socioeconómicos do sector da pesca artesanal, é fundamental percebermos de que forma se dá a pesca, o processamento e a comercialização. Dados do Anuário Estatístico das Pescas 2020 apontam para a existência na pesca artesanal de cerca de 47 mil trabalhadores, dos quais cerca de 30 mil são pescadores e quase 17 mil são mulheres processadoras de pescado (36% mulheres e 64% homens).

A pesca é essencialmente feita por homens que, via de regra, vivem exclusivamente desta actividade (no caso da pesca marinha). O processamento do pescado, nomeadamente, a transformação do pescado fresco em seco, é realizado essencialmente de modo informal e geralmente por mulheres, conforme os dados descritos anteriormente. Por fim, temos a comercialização do peixe, adquirido directamente aos pescadores por comerciantes, ambulantes ou não. Quando se observa a comercialização informal do peixe nos diferentes mercados e praças de Angola, rapidamente se constata uma forte presença das mulheres – principais comerciantes de pescado, quer nos mercados e praças, quer na venda ambulante (porta a porta).

Nos casos em que o consumidor final adquire o pescado nas praças e mercados, a limpeza do peixe, dependendo do local, é feita por homens ou mulheres. Por exemplo, no Mercado da Praia da Avó Mabunda, a actividade de limpeza do pescado é dominada por homens. Estes trabalhadores publicitam os seus serviços antes mesmo da compra do peixe pelos clientes, que interceptam a, pelo menos, 100 metros da entrada no mercado, para lhes carregar e limpar o peixe. Já no Mercado da Praia de Cacuo, os serviços de limpeza do pescado são realizados maioritariamente por mulheres.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA COMERCIALIZAÇÃO INFORMAL DO PEIXE

Um estudo feito pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais Aplicadas do ISPTEC (2023) revela que:

- Para boa parte dos mercados informais que comercializam peixe fresco nacional em Luanda, a sua origem são as praias da Avó Mabunda e de Cacuo. Ou seja, estas praias são os principais fornecedores dos mercados e praças informais que comercializam peixe. Em alguns casos, as peixeiras adquirem o peixe congelado comercializado por veículos refrigerados localizados nas principais praias de desembarque do mesmo.
- Como indicado anteriormente, o comércio informal do pescado nas praças e mercados é dominado por mulheres, cuja faixa etária dominante é entre os 37 e os 46 anos.
- As peixeiras trabalham, em média, cinco dias por semana na actividade de comercialização do pescado, e encontram-se a desenvolver a actividade de comércio informal há, pelo menos, cinco anos.
- A maioria das peixeiras sabe ler e escrever, e frequentou a escola até ao primeiro ciclo do Ensino Secundário.
- Os meios de transporte mais comuns para a transladação do pescado de um ponto para outro, no mercado informal, são os “roboteiros” e os “candongueiros”. Roboteiros são jovens que usam carros-de-mão feitos por carpinteiros locais e adaptados com rodas de carros para transportar os produtos. Já os candongueiros são indivíduos que realizam serviços de transporte colectivo de passageiros e cargas, e que geralmente operam na informalidade e em veículos sem as condições ou características necessárias para o transporte do pescado.
- Regra geral, após a realização da primeira venda, não existe uma unidade de medida concreta para a definição do preço do peixe no mercado informal para o consumidor final, pois ele é fixado em função do tamanho do peixe (não do seu peso) e/ou o número de peixes em cada monte.
- As vendas do pescado pelas peixeiras nos mercados e praças são sempre feitas a pronto. Para as peixeiras que realizam venda ambulante e/ou ao domicílio, em alguns casos muito específicos, há a possibilidade de venda a prazo. Isto ocorre porque a peixeira conhece a casa do cliente e estabelece-se uma relação de confiança.
- Entre os peixes comercializados nas praças e mercados informais, o mais procurado e vendido é o peixe carapau.
- O elemento mais significativo para a definição do preço do peixe nos mercados e praças informais é o custo de aquisição do pescado e, regra geral, o preço de venda é fixo. Entretanto, é igualmente comum ocorrerem variações no preço, sobretudo ao fim do dia, para despachar as últimas unidades de pescado, ou seja, o famoso “arreiou-arreiou”.

Na maior parte das praias de comercialização do peixe, os vendedores informais abandonam as bancadas, em que se observam melhores condições para o comércio, para vender o produto fora do mercado e/ou junto à praia (com forte carência de segurança alimentar e higiene).

Figura 20. Comércio informal do pescado pelas peixeiras e camiões refrigerados (Praia de Cacuaco, 18.03.2023)



Figura 21. Chatas e Catrongas



COOPERATIVAS DE PESCA ARTESANAL EM ANGOLA

7

O Governo de Angola definiu o sector das pescas como um dos prioritários para o combate à fome, redução da pobreza, diversificação da economia, e promoção do desenvolvimento social e económico do país, como descrito no PLANAPESCAS aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/2022, de 5 de Dezembro.

Para o cumprimento dos objectivos definidos no PLANAPESCAS, as Uniões, Associações e Cooperativas de Pescas têm um papel preponderante para impulsionar o fornecimento regular de pescado, garantir a segurança alimentar, aumentar a produção, assegurar a gestão sustentável dos recursos aquáticos e promover a responsabilidade social das actividades pesqueiras junto das comunidades piscatórias.

Dados do INAPEM indicam a existência de, pelo menos, 34 Cooperativas de Pesca Artesanal certificadas em Angola. Consideram-se como cooperativas certificadas aquelas que estão inscritas e classificadas pelo INAPEM como Micro, Pequenas e Médias Empresas. Entretanto, o número de cooperativas de pesca existentes é muito maior. Por exemplo, de acordo com os responsáveis da Associação de Pesca Artesanal e Semi-Industrial de Luanda (APASIL), a organização controla 165 Cooperativas de Pesca Artesanal.

A principal justificação para um número limitado de cooperativas certificadas pelo INAPEM é muitas terem interesse em obter a certificação apenas quando pretendem concorrer aos programas de financiamento e incentivos governamentais de apoio ao sector.

Um olhar sobre o número de cooperativas certificadas e o de cooperativas sob o controle da APASIL indica que o universo de pescadores e cooperativas não devidamente certificados e/ou organizados é grande. Adicionalmente, já mencionado, a pesca artesanal marinha conta hoje com cerca de 47 mil trabalhadores, sendo 30 mil pescadores e 16.900 mulheres processadoras de pescado, logo, a existência de apenas 34 cooperativas certificadas pelo INAPEM (ver Tabela seguinte) revela a necessidade de maiores esforços na organização dos pescadores.

Tabela 7. Cooperativas de Pesca Artesanal certificadas pelo INAPEM

	COOPERATIVAS DE PESCAS	PROVÍNCIA	MUNICÍPIO	FUNDAÇÃO	FACTURAÇÃO MENSAL
1	COOP. DE PESCADORES DO CABO DE S. BRÁS NOSSO SONHO, SCRL	Bengo	Dande	2003	N.d.
2	COOPERATIVA DE PESCA ARTESANAL NKANJA MPAKALA, RL	Bengo	Ambriz	2023	N.d.
3	COOP. DAS MULHERES UNIDAS DA FRONTEIRAS, KWATA KWATA, RL	Benguela	Benguela	2021	AKZ 900.000,00
4	COOP. DOS PESCADORES DA TENDA GRANDE "KABIGIL-BF"	Benguela	Baía Farta	2022	AKZ 900.000,00
5	COOPERATIVA DE APOIO À PESCA ARTESANAL NKUSSA, SCRL	Cabinda	Cabinda	2015	AKZ 6.000.000,00
6	COOPERATIVA DE PESCA KUTUALA - NZILA, RL	Cabinda	Cabinda	2021	AKZ 900.000,00
7	COOPERATIVA DE PESCA MFUMO MIKONGO, RL	Cabinda	Cabinda	2022	N.d.
8	COOPERATIVA DE PESCA EX-MILITARES "MÃOS A OBRA"	Cabinda	Cabinda	N.d.	N.d.
9	COOPERATIVA DE PESCA ARTESANAL MBANZA	Cabinda	Cabinda	N.d.	N.d.
10	COOPERATIVA DE PESCA PAULO ATRACA, RL	Cabinda	Cabinda	N.d.	N.d.
11	COOPERATIVA DE PESCAS E SERVIÇOS - MALUFU, RL	Cabinda	Cabinda	2018	AKZ 900.000,00
12	ASSOCIAÇÃO DA PESCA ARTESANAL	Cabinda	Cabinda	N.d.	N.d.
13	COOPERATIVA PITIS PESCA, RL	Cabinda	Cabinda	2020	AKZ 900.000,00
14	COOPERATIVA DE PESCADORES ARTESANAIS CAFANA DO SUMBE, RL	Cuanza Sul	Sumbe	2022	AKZ 265.555,55
15	COOPERATIVA DE PESCA ARTESANAL 4M ONOSY ONOMPHUNDA, RL	Cunene	Curoca	2022	AKZ 100.000,00
16	COOP. DE OPER. RESILIENTES DAS PESCAS EM ANGOLA - CORPA, RL	Luanda	Luanda	2022	AKZ 256.555,55
17	COOPERATIVA DE PESCA ARTESANAL BOM MAR, SCRL	Luanda	Luanda	2008	AKZ 900.000,00

	COOPERATIVAS DE PESCAS	PROVÍNCIA	MUNICÍPIO	FUNDAÇÃO	FACTURAÇÃO MENSAL
18	COOPERATIVA DE PESCADORES KILAMBA KIAXI	Luanda	Cacuaco	1978	AKZ 2.528.780,00
19	COOPERATIVA DE PESCAS E AGROPECUÁRIA D'NZAMBA, RL	Luanda	Luanda	2021	AKZ 90.000.000,00
20	FAMÍLIA CHIMINA - COOPERATIVA DE PESCA ARTESANAL, RL	Luanda	Luanda	2008	AKZ 900.000,00
21	COOPERATIVA DE PESCA KASSOPITA	Luanda	Kilamba Kiaxi	N.d.	N.d.
22	COOP. DE PESCA ARTESANAL, AGROPECUÁRIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA MUHATU WAMBOTE	Luanda	Ingombota	N.d.	N.d.
23	COOP. DE PESCA ARTESANAL, AGROPECUÁRIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA MAMÃ WEZA	Luanda	Ingombota	N.d.	N.d.
24	COOP. DE PESCA ARTESANAL, AGROP. COM. E IND. NGA-MAXANA, RL	Luanda	Ingombota	N.d.	N.d.
25	COOP. DE PESCA ARTESANAL, AGROPECUÁRIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LAGOA DO SANGANO	Luanda	Icolo e Bengo	N.d.	N.d.
26	COOPERATIVA RIO SECO	Luanda	Quissama	N.d.	N.d.
27	COOPERATIVA ESPERANÇA DO FUTURO	Luanda	Quissama	N.d.	N.d.
28	ASSOCIAÇÃO DOS AQUICULTORES DE ANGOLA	Luanda	Belas	N.d.	N.d.
29	COOPERATIVA MÃOS UNIDAS	Luanda	Cabo Ledo	N.d.	N.d.
30	COOPERATIVA LUSSATY CACHICANGO	Luanda	Cabo Ledo	N.d.	N.d.
31	COOPERATIVA FORÇA PARA FRENTE	Luanda	Quissama	N.d.	N.d.
32	COOPERATIVA RUMO AO FUTURO	Luanda	Quissama	N.d.	N.d.
33	COOPERATIVA DE PESCA ARTESANAL - OLONSI YETU, R.L	Namibe	Moçâmedes	2022	N.d.
34	COOPERATIVA AGROP. E PESCA ARTESANAL NGUIPAZINEL, RL	Zaire	Nzeto	2017	AKZ 1.000.000,00

Fonte: INAPEM, 2023

Em geral, segundo as informações recolhidas junto da APASIL e outras cooperativas, tanto as cooperativas certificadas como as não certificadas pelo INAPEM visam desenvolver serviços similares, mas não necessariamente especializados junto dos seus cooperantes, pois têm como fim último garantir uma actividade da pesca artesanal mais organizada.

Entre os serviços oferecidos pelas cooperativas destacam-se, nomeadamente:

- 1 Organização administrativa da actividade da pesca artesanal;
- 2 Recrutamento, selecção e enquadramento dos funcionários administrativos ao serviço da cooperativa;
- 3 Formação dos pescadores;
- 4 Serviços de recepção e vistoria da embarcação vinda do alto mar;
- 5 Conferência do pescado;
- 6 Venda do pescado;
- 7 Pagamento das despesas inerentes à actividade da pesca e;
- 8 Compra da logística necessária à actividade da pesca.

Quando olhamos para o território de Luanda, destacam-se as seguintes cooperativas: i) Cooperativa de Pescadores Kilamba Kiaxi, em Cacuaco, e a ii) Cooperativa de Pescadores Família Chimina, na Ilha de Luanda, cujo grau de organização e as actividades desenvolvidas têm tido um impacto significativo sobre os seus membros. Cada uma das cooperativas tem, em média, um orçamento anual de mais ou menos 12 milhões de Kwanzas. Adicionalmente, importa referir que estas cooperativas estão filiadas na APASIL.

Entretanto, não obstante a existência de um vasto número de Cooperativas de Pesca Artesanal, persistem problemas no âmbito da organização administrativa, ou seja, das finanças e gestão do negócio. Similarmente, há problemas a nível técnico, mais propriamente sobre a capacidade de formar e orientar os seus membros em áreas ligadas às artes de pesca, manutenção de motores e barcos, etc. Face aos desafios enfrentados pelas cooperativas, estas procuram estar organizadas em Uniões de Cooperativas e Associações para uma melhor resposta aos diversos desafios que enfrentam.

Importa referir que, não se conhece a existência de cooperativas dos demais profissionais que actuam no segmento da pesca artesanal. Vimos anteriormente que o processamento do pescado, na pesca artesanal é dominado por mulheres. Entretanto, tudo indica que esta parte importante da cadeia não está devidamente organizada e, conseqüentemente, não tem muito espaço para impor e/ou incentivar mudanças na actividade de processamento e no comércio informal do pescado. Certamente, trata-se de um aspecto a ser melhorado, pois é fundamental que, ao longo da cadeia de valor e de abastecimento da pesca artesanal, haja operadores devidamente organizados para que as melhorias no sector sejam abrangentes e sustentáveis.

ASSOCIAÇÃO DE PESCA ARTESANAL E SEMI-INDUSTRIAL DE LUANDA

Em Luanda, está em marcha a constituição de várias Uniões de Cooperativas. Por exemplo, há projectos muito avançados para a criação de Uniões de Cooperativas de Pesca Artesanal em Cacuaco, Ilha de Luanda, Samba e Cabo Ledo. Todas essas uniões visam o fortalecimento da actividade das cooperativas.

A iniciativa de criação de Uniões de Cooperativas é da APASIL, uma associação devidamente organizada (detém estatuto orgânico, formalmente estabelecida e reconhecida pelas autoridades, e com orçamento próprio) que, actualmente controla cerca de 2918 pescadores distribuídos em 165 Cooperativas de Pesca pelo país (média de mais ou menos 18 pescadores artesanais por cooperativa).

A APASIL tem um orçamento anual de cerca de 15 milhões de Kwanzas e tem desenvolvido as seguintes actividades de apoio ao sector:

- 1 Criação de Cooperativas de Pesca;
 - A Formação dos seus membros nos domínios da gestão do negócio, em colaboração com o INAPEM;
 - B Participação e representação das cooperativas em encontros bilaterais e multilaterais com instituições nacionais e internacionais;
 - C Incentivo à formalização dos pescadores, por meio do suporte ao licenciamento da actividade pesqueira;
 - D Fomento à actividade pesqueira.

Os beneficiários primários das actividades desenvolvidas pela APASIL são os pescadores membros de cada uma das cooperativas integrantes da Associação.

Entre todas as organizações do sector da pesca artesanal em Angola, os dados recolhidos junto dos demais interlocutores do sector indicam a APASIL como a mais organizada, com um projecto e estratégia de estruturação funcional do topo à base.

A APASIL tem conseguido, por mérito próprio e de parceiros como o INAPEM, incentivar o crescimento de Cooperativas de Pesca e ambiciona agora avançar para a criação de Uniões de Cooperativas junto dos principais pontos de actividade de pesca artesanal, buscando garantir a melhoria da organização e do serviço prestado às diversas cooperativas associadas.

As Figuras seguintes ilustram a orgânica de funcionamento actual da APASIL e no que ela pretende transformar-se, de modo a possibilitar um melhor funcionamento das actividades de suporte junto dos pescadores artesanais por meio da criação de Uniões de Cooperativas.

Considerando que a APASIL abrange cerca de 165 cooperativas filiadas, a criação de Uniões de Cooperativas permite a criação de órgãos de gestão mais representativos (constituídos pelos presidentes das ditas uniões) e funcionais.

A mudança de actuação da APASIL, para além do objectivo de melhorar os serviços prestados aos seus associados, visa igualmente descentralizar a gestão da Associação, possibilitando que o responsável por uma determinada União de Cooperativas (por definição, o presidente de uma cooperativa integrante da União de Cooperativas) possa mais rapidamente identificar os problemas específicos da comunidade pesqueira local e/ou regional e propor soluções locais com o suporte institucional ou não, da Associação.

Figura 22. Orgânica de funcionamento da APASIL actualmente

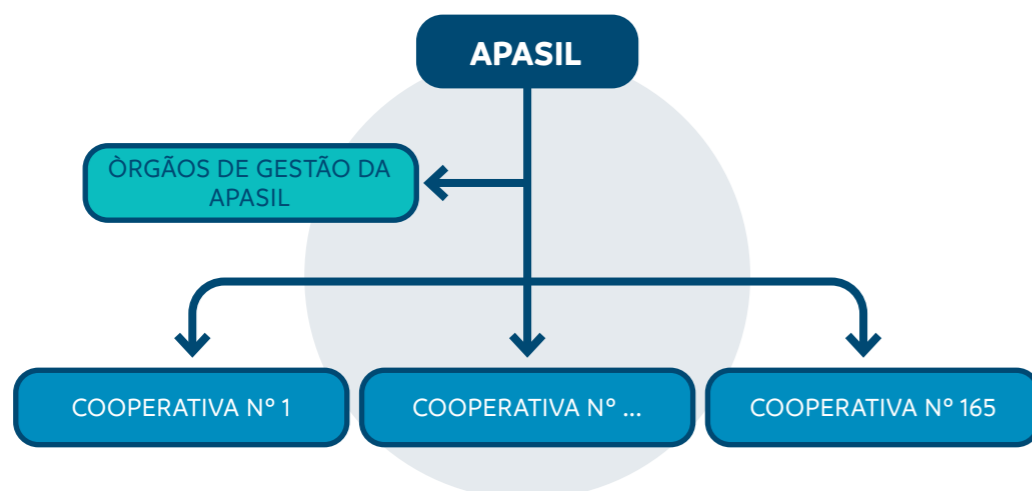
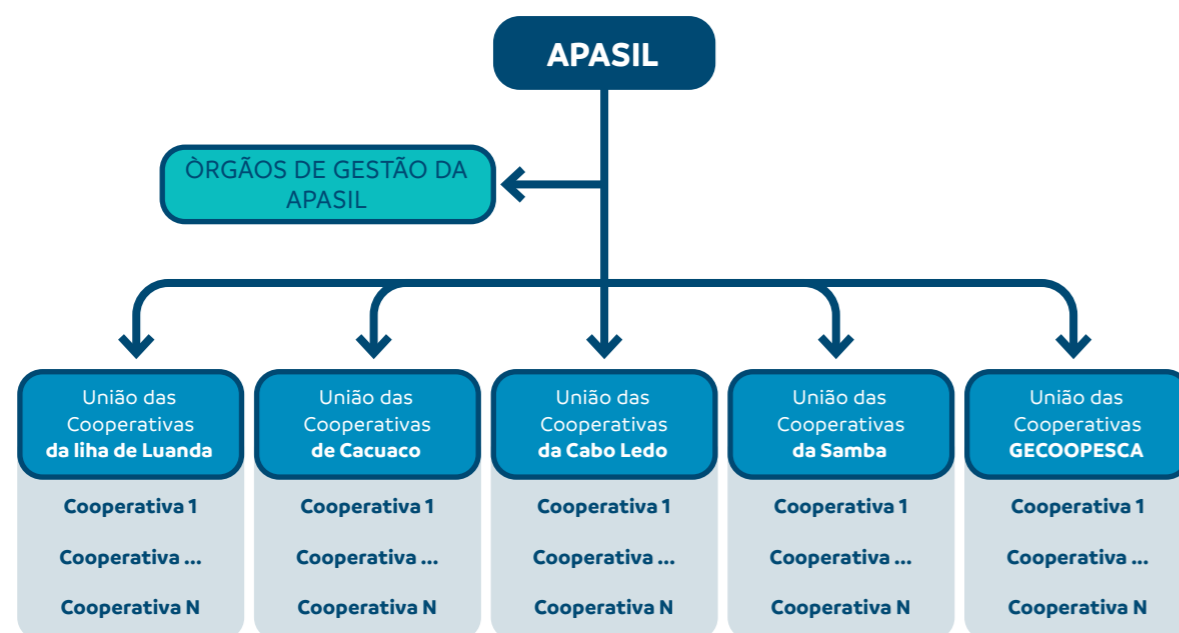


Figura 23. Orgânica de funcionamento da APASIL depois da criação das Uniões de Cooperativas



CADEIA DE VALOR E DE DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO

8

8.1 CADEIA DE VALOR DA PESCA ARTESANAL

A cadeia de valor da pesca artesanal apresentada no presente Diagnóstico é geral e transversal a todas as espécies de pescado. O objectivo é identificar as principais fragilidades de cada um dos segmentos da cadeia de valor da pesca artesanal e, sempre que possível, apresentar algum detalhe na caracterização das várias componentes da cadeia.

CADEIA DE VALOR DA PESCA ARTESANAL

A cadeia de valor da pesca artesanal apresenta essencialmente sete elementos. Primeiramente, temos a parte ligada aos **Insumos e Reparação Naval**, que abrange as actividades a montante da pesca artesanal, relacionadas com o acesso ao crédito e outros incentivos financeiros e operacionais (armadores, comerciantes, peixeiras e sector público), fornecimentos de materiais e equipamentos (material de pesca, sal/ gelo, combustíveis e embarcações) e serviços do sector público (transportes e manutenção).

Figura 24. Cadeia de valor da pesca artesanal



Na sequência, temos a **Pesca no Mar**, que se refere à captura do peixe pelas embarcações (Chatas e Catrongas). O **Desembarque/Primeira Venda** é a primeira venda do peixe a comerciantes grossistas, retalhistas e peixeiras.

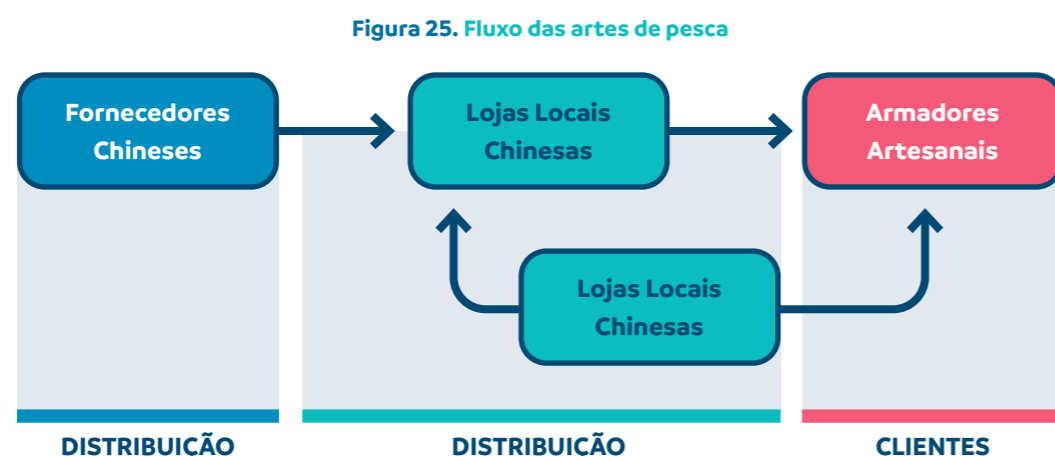
Posteriormente, na **Venda Grossista**, **Transformação** e **Venda Retalhista**, realizam-se várias actividades, como processamento da cadeia de frio (refrigeração e congelação), transporte especializado da cadeia de frio, processamento, salga e seca do peixe, e, por fim, a segunda venda.

A cadeia encerra com o **Consumo**, cujo público-alvo, ou seja, o consumidor final pode ser dividir-se entre consumidores de gama média (geralmente restaurantes locais e em regiões próximas) e de gama baixa.

CARACTERÍSTICAS DOS SEGMENTOS DA CADEIA DE VALOR DA PESCA ARTESANAL

Para melhor compreensão e caracterização da parte ligada aos Insumos e Reparação Naval na pesca artesanal, é necessário analisar os fluxos das artes de pesca, e de construção e reparação naval.

No que toca aos fluxos das artes de pesca, constatou-se que parte significativa dos produtos fornecidos aos armadores pelas lojas locais são de origem chinesa e europeia com diferentes circuitos de venda e diferentes tipos de qualidade. Uma parte muito insignificante das artes de pesca (embalagens) é produzida em Angola. A Figura seguinte ilustra os principais intervenientes na cadeia das artes de pesca.



Em relação à construção e reparação naval, as actividades de carpintaria e mecânica das embarcações de pesca artesanal são realizadas em Angola. Em alguns casos muito específicos, observam-se embarcações provenientes do exterior.

No segmento da Pesca no Mar, destaca-se a captura de peixes pelágicos pelas embarcações artesanais, principalmente a sardinha e o carapau. São os peixes mais procurados pelas populações, devido ao seu baixo custo por unidade de proteína.

Quanto ao Desembarque e Primeira Venda, a cadeia de valor da pesca artesanal começa na praia, com o desembarque, que ocorre informalmente e sem qualquer certificação sanitária do peixe, primeira nota ou factura comercial. Todas as actividades neste segmento são realizadas de modo informal. Estas vendas acontecem na praia, geralmente sem gelo, com pouca higiene e altas temperaturas que degradam rapidamente o produto.

A Praia de Cacuo é um exemplo do mau funcionamento da pesca artesanal. Não há higiene em absolutamente todo o sistema de extracção, venda e processamento do peixe, e o comércio é todo informal. Não existem contentores para o peixe, água potável ou outros serviços.

No segmento da Venda Grossista da cadeia de valor, não há inspecção e muitos grossistas actuam na informalidade. Muitos deles são proprietários de embarcações artesanais, e outros financiam a operação dos barcos artesanais e compram as capturas efectuadas a um preço pré-estabelecido.

Observa-se a Transformação do Pescado na pesca artesanal em condições de pouca higiene, e geralmente transportado em contentores não refrigerados. No processo de salga e seca, o peixe perde porções significativas do seu peso e, de acordo com estudos anteriores, a perda de peso superior a 60% (PRODESI, 2020)⁶⁸.

Figura 26. Processo de salga e secagem do peixe (Praia de Cacuo, 18.03.2023)



Por outro lado, no segmento da Venda Retalhista, as peixeiras representam a maior força no comércio do pescado da pesca artesanal. Geralmente, estão presentes nos locais de desembarque do peixe, noutros mercados informais e “zungando” pelas ruas em entregas ao domicílio. A actividade de comercialização das peixeiras, ocorre com condições de higiene bastante limitadas.

Por fim, no segmento do Consumo, tem-se que a pesca artesanal é o principal fornecedor das populações. Tradicionalmente, a grande maioria da população compra em mercados urbanos e nas praias de desembarque do peixe.

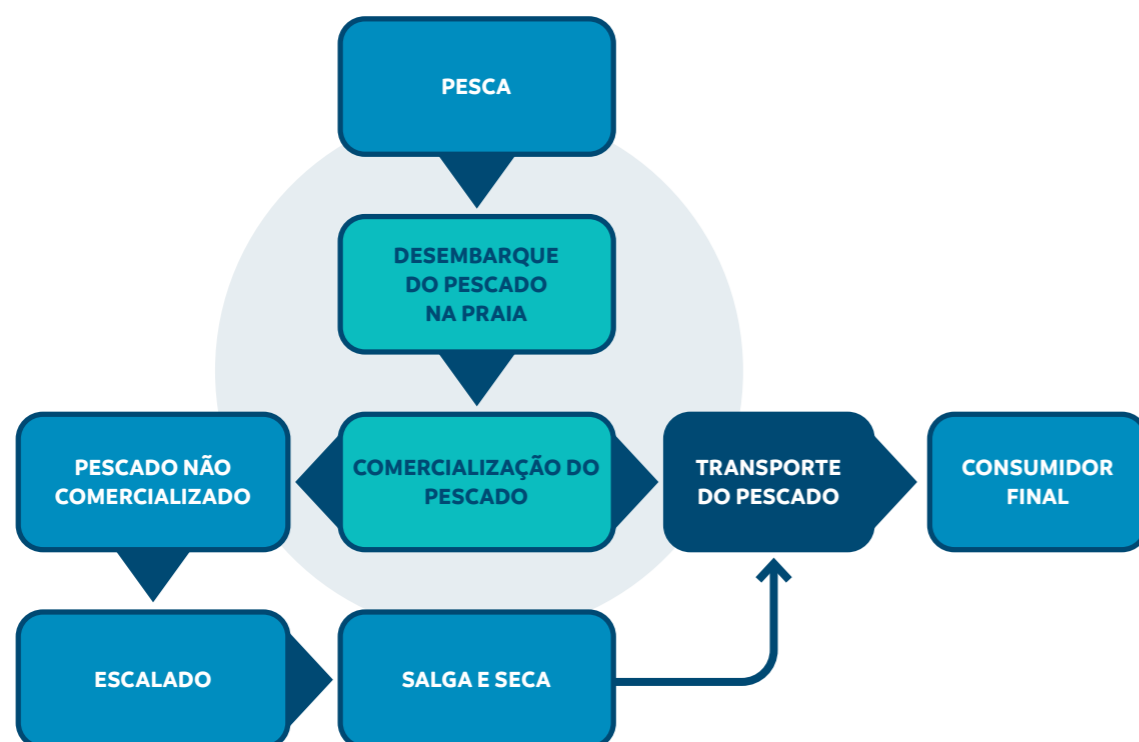
8.2. CADEIA DE DISTRIBUIÇÃO DA PESCA ARTESANAL

A análise dos principais mercados de peixe em Luanda (Praia da Mabunda, Cacuo e Ilha de Luanda), de associações e Cooperativas de Pesca Artesanal, e pesquisas junto dos principais mercados informais de bens alimentares (CICSA-ISPTec, 2023)⁶⁹ revelam que, a cadeia de distribuição dos produtos da pesca artesanal é dominada essencialmente por embarcações do tipo Chatas e Catrongas na exploração do pescado e no comércio por vendedores informais, maioritariamente mulheres quitadeiras. Dados de 2019/2020 do PLANAPESCAS indicam a existência de 6.086 chatas e 1.691 catrongas de pesca artesanal em Angola, o que perfaz um total de 7.926 embarcações. A Figura seguinte ilustra a cadeia de distribuição da pesca artesanal marinha.

⁶⁸ Governo de Angola (2020). Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

⁶⁹ INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE TECNOLOGIAS E CIÊNCIAS (2022). Dinâmica de funcionamento do mercado informal, com ênfase no abastecimento de bens alimentares nas praças e mercados

Figura 27. Cadeia de distribuição da pesca artesanal



A cadeia de distribuição da pesca artesanal enfrenta constrangimentos severos nos domínios da produção, logística de processamento, conservação e transporte, com consequências significativas na qualidade do produto e na segurança alimentar do consumidor. Há, igualmente, ao longo de toda a cadeia de distribuição, desperdícios em todas as etapas do processo de abastecimento que afectam o valor de mercado do pescado.

Como se observa da Figura acima, o pescado (fresco e/ou seco) oriundo da pesca artesanal segue várias etapas até chegar ao consumidor final.

PESCA

- A primeira actividade de destaque na cadeia de distribuição é a exploração pesqueira artesanal, normalmente feita por embarcações do tipo Chatas e Catrongas de até 6 metros, com ou sem motor.

DESEMBARQUE E COMERCIALIZAÇÃO

- Após a captura do pescado, as embarcações atracam nas praias, e é efectuado o desembarque do pescado pelos pescadores e outros trabalhadores;
- Na sequência, dá-se a comercialização ao grossista, ou directamente às peixeiras e outros revendedores informais locais, etc., para posterior venda a retalho;
- Nos casos em que o pescado capturado não é todo comercializado, por ter pouco valor comercial ou qualidade, é destinado à salga e secagem.

TRANSPORTE

- O transporte está bem organizado em todo o país para peixe fresco, congelado e seco, mas não há controle de qualidade. Uma parte do peixe seco oriundo da pesca artesanal é exportada de forma informal para países vizinhos;
- O transporte do pescado adquirido pelos grossistas, peixeiras, vendedores dos mercados informais e outros é transportado para outros pontos de venda por meio de roboteiros, kupapatas, candongueiros, veículos alugados (refrigerados e não refrigerados) e, em alguns casos muito específicos, as vendedoras deslocam-se a pé ("zungando" pelas ruas) para fazer chegar o produto ao consumidor final, ou seja, venda ao domicílio.

CONSUMO

- Por fim, dá-se a aquisição do pescado pelo consumidor final, que geralmente o adquire nos mercados informais e/ou por meio das peixeiras que realizam a venda ambulante e nas bancadas (definitivas ou improvisadas) que se encontram nas praias.

Figura 28. Desembarque e comercialização do peixe na Praia de Cacuaco (18.03.2023)



9 ANÁLISE SWOT DA PESCA ARTESANAL

Considerando todas as informações observadas anteriormente sobre as actividades da pesca artesanal em Angola, é-nos possível elencar um conjunto de informações úteis à construção da análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats – Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças) da pesca artesanal em Angola. Em primeiro lugar, iremos apresentar aqueles que consideramos ser os principais pontos fortes, e, de seguida, os principais pontos fracos, ameaças e oportunidades do sector.

PONTOS FORTES

- 1 Os pescadores estão engajados na criação de Cooperativas de Pesca e de Uniões de Cooperativas para melhor organização da actividade
- 2 Existem cooperativas devidamente organizadas e que já beneficiaram de financiamento bancário
- 3 Há um forte engajamento da APASIL e das cooperativas junto dos seus associados para que estes organizem as suas actividades e melhorem as práticas de gestão

PONTOS FRACOS

- 1 Escassez de produção nacional de artes de pesca e dependência excessiva da importação, incluindo de fornecimentos chineses de baixa qualidade
- 2 Falta de organização e higiene no sector da pesca artesanal
- 3 Ausência de serviços e técnicos especializados de reparação naval para assistir os armadores artesanais
- 4 A maioria dos pescadores não sabe usar sondas de identificação de peixes
- 5 O sector tem dificuldades de acesso ao crédito
- 6 Os pescadores e cooperativas têm muitas dificuldades na gestão empresarial dos negócios

- 7 Ausência de fiscalização efectiva para garantir o cumprimento dos regulamentos da pesca e o controle sobre os níveis de captura; as autoridades não estão devidamente organizadas para impor melhorias na comercialização grossista e ao retalho do pescado
- 8 Baixa capacidade técnica, e de recursos humanos e financeiros das instituições voltadas para a pesca
- 9 Falta de organização, comunicação e articulação entre as diferentes associações e cooperativas de pesca
- 10 Infra-estrutura de apoio à pesca artesanal deficitária, levando a situações de constrangimento no abastecimento de combustível às embarcações, ausência de condições fitossanitárias nas praias e mercados de peixe, etc.
- 11 Ausência de dados estatísticos fiáveis, e baixa capacidade de colecta e análise dos dados da pesca artesanal, tanto ao nível das instituições públicas como das cooperativas de pescadores
- 12 Existe uma grande informalidade no desembarque do pescado e na venda retalhista do peixe; não há um mercado oficial de primeira venda do pescado
- 13 Não se conhecem associações e cooperativas no segmento de venda retalhista da cadeia de valor da pesca artesanal e/ou têm uma actividade muito limitada

AMEAÇAS

- 1 A população angolana está habituada a comprar peixe nos mercados informais e a preços mais acessíveis
- 2 Os consumidores angolanos são pouco exigentes no que toca à qualidade dos produtos da pesca
- 3 Captura de operadores de pesca semi-industrial em zonas normalmente destinadas à pesca artesanal; falta controle na exploração de pesca semi-industrial e industrial
- 4 Ausência de formações específicas e objectivas para o sector cuja estrutura curricular possa ser concluída em tempo oportuno; a formação na CEFOPESCAS leva quatro anos e os pescadores não têm tempo nem disposição para ficar tão longo período sem rendimento
- 5 Não existem produtos financeiros para o segmento de venda retalhista da cadeia de valor da pesca artesanal
- 6 As mudanças climáticas e a pesca descontrolada representam igualmente um risco à actividade e sustentabilidade da pesca artesanal



OPORTUNIDADES

- 1 Há mercado para produção interna de cestas ou caixas para o transporte de peixe para a venda a retalho; as cestas/caixas produzidas em Angola, não são suficientes face à procura nacional
- 2 Há potencial para aumentar e melhorar as condições da oferta de pescado processado (peixe seco) em mercados regionais (República Democrática do Congo, Congo Brazzaville e Zâmbia), cuja procura por peixe seco proveniente de Angola é latente
- 3 A criação das Uniões de Cooperativas de Pesca pela APASIL é uma oportunidade para melhorar o funcionamento das cooperativas ao nível local, e gerir melhor os principais serviços comunitários ofertados, nomeadamente a formação técnica e financeira dos membros, o suporte à formalização e licenciamento da actividade pesqueira, e a conferência do pescado e comercialização do peixe
- 4 Está a ser efectuada a transferência do controle da pesca artesanal, por meio do seu licenciamento às Administrações Municipais, processo que poderá gerar maior proximidade, e facilidade dos operadores da pesca artesanal para o licenciamento da actividade
- 5 O lançamento de programas governamentais como o PLANAPESCAS constitui uma oportunidade significativa para criação de condições para a melhoria da actividade da pesca artesanal marinha. O PLANAPESCAS procura impulsionar o fornecimento regular de pescado à população, assegurar a segurança alimentar, promover a competitividade do sector, fomentar o aumento da produtividade pesqueira, a gestão sustentável dos recursos aquáticos, promover a responsabilidade social das empresas na protecção das comunidades piscatórias, e desenvolver a actividade piscatória de forma sustentável
- 6 Procura significativa de produtos da pesca artesanal por parte das populações

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 10

10.1. CONCLUSÕES

O sector das pescas em Angola deve ser dividido muito claramente entre as pescas industrial, semi-industrial e artesanal. Na primeira, não existem problemas de qualidade, uma vez que todos (ou quase) os intervenientes são armadores estrangeiros que formam *joint ventures* com empresários angolanos detentores de licença de pesca. Actualmente, não existem acordos de pesca específicos com Angola, o que significa que estes acordos são celebrados por cada um dos países da UE directamente com os armadores, e ii) outros armadores não comunitários presentes em Angola são chineses, namibianos, russos (possivelmente), etc.

A pesca realizada a nível industrial é maioritariamente exportada para países internacionais como a UE, China, África do Sul, etc., ou utilizada para processamento, geralmente enlatada em fábricas dedicadas, como as inauguradas há alguns anos com capital namibiano na província do Namibe (no Tomboa), ou as fábricas de capital chinês, por exemplo, a Guanda Fishing, na província de Benguela.

As condições sanitárias destas fábricas são controladas pela Autoridade Nacional de Inspecção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA). Existem doze fábricas autorizadas para exportação para a UE, sendo os controlos sanitários destas feitos por laboratório acreditado pela UE.

A pesca efectuada por embarcações semi-industriais é também mais controlada, uma vez que, na sua maioria, elas fornecem a matéria-prima a unidades de transformação ou de congelação localizadas em diferentes pontos de Angola, perto dos portos de desembarque. Estas fábricas, sempre sob o controlo da ANIESA, estão geralmente em HACCP e, portanto, não têm grandes problemas sanitários.

Também no que diz respeito ao controlo dos pesqueiros e das capturas, os sectores da pesca industrial e semi-industrial estão no geral bem organizados, uma vez que são largamente tributados. O controlo é efectuado, na medida em que os equipamentos o permitem, de forma informatizada através das Blue Boxes (sistemas de detecção e monitorização por satélite), devendo-se a sua eventual falta de eficácia a deficiências técnicas solucionáveis, como as linhas de ligação à Internet, e dificuldades de execução.

Em contrapartida, na sua grande maioria, a pesca artesanal em Angola encontra-se numa fase muito mais atrasada, o que cria dificuldades reais na sua gestão e nos programas de melhoramento. A primeira, e fundamental, dificuldade é a falta de estatísticas fiáveis sobre a PPE. Esta dificuldade decorre de vários factores: a extensão da costa angolana,



os numerosos pontos de desembarque (cerca de 150) impossíveis de controlar, as vendas feitas nas praias, e não em instalações controladas, a venda do pescado nas ruas e não em mercados taxados, para citar apenas alguns, e ainda a mistura pouco transparente de embarcações de pesca artesanal e de pesca comercial de subsistência, cuja fronteira é extremamente móvel e vaga. Há ainda que ter em conta que a pesca artesanal sempre foi um “emprego de recurso”; se os profissionais de outros sectores produtivos se encontram desempregados, a solução é pôr um barco no mar e pescar.

A falta de dados concretos torna extremamente difícil avaliar o que é necessário fazer e que caminhos seguir para a urgente modernização deste sector da pesca evitando-se o risco de colapso de todo o sistema.

De modo sintético, existem realidades diferentes no sector da Pesca de Pequena Escala (PPE). Existe uma diferença fundamental entre os pescadores que possuem uma chata e trabalham a bordo, e alguns proprietários que possuem várias unidades de pesca artesanal, mas não trabalham a bordo. Estes últimos podem ser considerados mais empresários semi-industriais que usam embarcações abertas próximas dos limites superiores de tamanho da categoria artesanal, diferindo do conceito tradicional de pesca artesanal, em que os proprietários normalmente estão directamente envolvidos nas operações de pesca e trabalham a bordo.

Tanto pela análise da literatura como das entrevistas realizadas, é evidente que o número de embarcações recenseadas com licença de pesca é muito inferior ao número de embarcações efectivamente presentes no território e a operar no mar. É igualmente claro que não há controlo no mar de embarcações de PPE (ao passo que é efectuado o controlo de embarcações do sector industrial e semi-industrial) e, por conseguinte, não é claro o número de infracções cometidas. As estatísticas sobre os desembarques também são bastante aleatórias, embora algumas medidas tenham sido tomadas nos últimos anos, sendo peculiar que no Recenseamento 2017 e no Anuário Estatístico das Pescas 2020 (de 2021) os números de barcos e operadores sejam praticamente idênticos.

Em suma, a análise dos dados revela que a PPE, no seu conjunto, se insere na categoria “Não declarada” da pesca INN, sendo esta o “buraco negro” de toda a África, e não só.

No que diz respeito à vertente sanitária, toda a cadeia de valor é deficiente, desde a falta de sistemas de conservação a bordo, mesmo que seja apenas gelo, até ao sistema de desembarque em ambientes geralmente sujos e sanitariamente inadequados, pela falta de equipamentos adequados para a limpeza do peixe, e de água potável nos mesmos. Alguns dos mercados inicialmente destinados à venda de peixe foram ocupados por empresas que vendem outros produtos alimentares e não alimentares, o que favorece a contaminação cruzada, o que é agravado pelo hábito estabelecido de comercializar nas ruas e não nos mercados designados.

É também de salientar que a parte não vendida, na qual se acumulam factores de deterioração como a histamina, é enviada para conservação por salga e seca, e é geradora de problemas de saúde nos consumidores, que geralmente fazem parte da população menos abastada. Não é por acaso que várias pessoas apresentam erupções cutâneas ou outros sintomas de intoxicação por histamina após o consumo destes produtos.

A cadeia de valor a montante também é deficiente, não existem estaleiros capazes de construir embarcações de modelos não tradicionais e com materiais compósitos, não existem fábricas de redes, os motores utilizados pela maior parte da PPE são motores fora de bordo, com um consumo elevado de combustível e uma fiabilidade que não se compara à de um motor interior. Os barcos não estão equipados para armazenar as capturas, mesmo que seja apenas em gelo. As fábricas de gelo estão nas mãos de privados, frequentemente chineses.

Tal qual, faltam cooperativas de serviços, embora exista uma importante peça legislativa que visa favorecer a incorporação das actividades pesqueiras informais na economia formal: a nova Lei das Cooperativas (Lei 23/15, de Agosto). No entanto, o que falta, ainda que esteja a crescer lentamente, é o chamado “capital social”, ou seja, a confiança entre os potenciais membros, fundamental para o crescimento do Movimento Cooperativo no sector (bem como do país).

O sector da PPE, mesmo quando unido em cooperativas, não tem acesso ao crédito, e este é outro dos problemas fundamentais do ramo, para o qual é muitas vezes impossível renovar equipamentos ou melhorar o sistema de pesca, conservação e venda.

Outro problema é a falta de capacidade para gerir um centro de pesca artesanal do tipo CAPA, para o qual são necessárias competências empresariais e de gestão, conhecimento das leis e regulamentos, mas também competências técnicas para manter o equipamento.

Por último, mas não menos importante, em muitos dos locais de desembarque da PPE não há logística para assegurar canais de venda rápidos, necessários para um produto altamente perecível como o peixe.

Os problemas ambientais podem resumir-se ao aquecimento global, à sobrepesca e à poluição da zona costeira. A poluição, particularmente prevalente na faixa até 4 milhas náuticas da costa, é composta, por ordem crescente de importância, mas variando de província para província, de vidro, resíduos orgânicos, plástico e redes. Este último

poluente é particularmente grave, pois as redes abandonadas continuam a “pescar”, e quem as lança no mar não se apercebe de que está a limitar ou a destruir a possibilidade de desenvolvimento futuro, mas também a própria sobrevivência deste sector da pesca.

Angola tem um mar com uma grande variedade de espécies, devido à influência contrastante da Corrente Fria de Benguela e da Corrente Quente de Angola. As alterações climáticas modificam o regime das correntes e, por conseguinte, a temperatura das águas que delas dependem. Consequentemente, as unidades populacionais de peixes variam em resposta a esta alteração do seu habitat, e as suas flutuações têm sido imprevisíveis nos últimos anos.

Aparentemente, há também uma sobrepesca do que era o principal recurso, o carapau (*Trachurus spp*), cujo stock baixou a ponto de ser superado pela sardinha (*Sardinella spp*), tanto em números de captura como em hábitos de consumo.

10.2. RECOMENDAÇÕES

PREMISSA NECESSÁRIA

Para podermos aplicar medidas corretivas, e desenvolver projectos substancialmente eficazes e eficientes, é essencial basearmo-nos em dados fiáveis e verificados. A falta de dados concretos torna a aplicação da ajuda, através de projectos, menos eficaz e, por vezes, mesmo ineficaz. Não é por acaso que nos projectos de pesca artesanal (PMS), ao longo dos anos, os objectivos são sempre os mesmos. A leitura de um projecto ou de um diagnóstico de há cinco ou dez anos revela as mesmas urgências de hoje, ainda que, em alguns casos, ligeiramente atenuadas.

Recomenda-se, portanto, a realização de um estudo aprofundado e plurianual (pelo menos, de três em três anos) sobre a situação da pesca artesanal em toda a costa angolana que estabeleça, com rigor: i) o número de embarcações, o seu tipo e motorização (bem como as artes utilizadas e os sistemas de conservação a bordo) e a identificação dos locais de captura (distância, profundidade, fundo do mar), ii) o nível efectivo das capturas e, especialmente, a sua composição, incluindo peso, comprimento e o tipo de arte de pesca utilizada, iii) o número de operadores, (os que exercem a PPE e os que exercem a pesca de subsistência), iv) a qualidade sanitária das capturas desembarcadas e das primeiras comercializadas, v) os proprietários efectivos dos navios (incluindo o número de navios detidos e o tipo de contracto com os operadores no mar), vi) a presença de outros sistemas de captura (como o Banda-Banda), e os níveis de captura e a determinação da composição das capturas (eventualmente com capturas experimentais), vii) o sistema de venda e transporte de produtos; viii) qualquer outra informação necessária para enquadrar o verdadeiro estado da arte da PPE, a fim de dispor de uma referência para desenvolver planos de gestão e desenvolvimento verdadeiramente sustentáveis e produtivos.-

A partir dos objectivos específicos e das respectivas prioridades, foram identificadas possíveis linhas de intervenção relacionadas com o objectivo geral, ou seja, a contribuição para a diversificação económica e das exportações para a promoção de uma Economia Azul estratégica e sustentável.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS E PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO

- 1 Reforço da capacidade nacional de gestão sustentável dos recursos naturais marinhos
 - Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional
 - Gestão integrada dos recursos marinhos e digitalização dos processos de gestão
 - Monitorização e fiscalização da actividade piscatória
- 2 Reforço da cadeia de valor da pesca sustentável, para garantir a sustentabilidade e o crescimento dos fornecedores e transformadores, melhorando a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades costeiras, promovendo empregos e valor agregado
 - Profissionalização dos intervenientes no sector
 - Integração e coordenação dos actores da cadeia de valor da pesca artesanal
 - Reorganização e melhoria das estruturas de desembarque e comercialização da pesca artesanal
- 3 Promover o cumprimento rigoroso das normas de qualidade e segurança, com certificação e rastreabilidade adequadas dos produtos de pesca nos mercados locais, regionais e internacionais, com o objectivo de não comprometer a segurança alimentar e nutricional nacional
 - Reforço das capacidades dos actores da cadeia de valor em matéria de boas práticas de higiene
 - Apoio a infra-estruturas de qualidade
 - Apoio à certificação dos produtos da pesca
 - Apoio à promoção da exportação dos produtos da pesca angolanos a nível intra-regional (África) e internacional (outros países)

OBJECTIVO ESPECÍFICO 1

Reforço da capacidade nacional de gestão sustentável dos recursos naturais marinhos

O objectivo de reforçar a capacidade nacional de gestão sustentável dos recursos naturais marinhos no sector da pesca envolve fortalecer as capacidades técnicas e institucionais, implementar medidas de ordenamento pesqueiro, monitorar e controlar as actividades de pesca, desenvolver políticas coerentes, e investir na formação e capacitação dos profissionais envolvidos. Essas acções visam promover a pesca sustentável, proteger os recursos pesqueiros, garantir o desenvolvimento socioeconómico das comunidades costeiras e contribuir para a conservação da biodiversidade marinha.

PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO

ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL

A Lei do Ordenamento Marítimo está em processo de revisão, refletindo necessidades compatíveis com as prioridades identificadas pela UE, pelo que é recomendado:

ACÇÃO I: Desenvolver um *site* dedicado aos planos de ordenamento marítimo, com geo-referenciamento e mapeamento informatizado acessível por diversos dispositivos electrónicos, em particular por telefones móveis.

ACÇÃO II: Criar um sistema de monitorização diferenciado para a pesca industrial, semi-industrial e artesanal, cada um com características específicas. Para a pesca industrial e semi-industrial, serão utilizados *software* e *hardware* adequados, enquanto para a pesca artesanal, será implementado um plano de monitorização em terra baseado em metodologias estatísticas consolidadas.

ACÇÃO III: Apoiar o desenvolvimento de um plano de gestão que inclua um mecanismo de coordenação. Implementar programas de capacitação e desenvolvimento diferenciados para os profissionais envolvidos (institucionais e não institucionais) e *stakeholders*, incluindo uma ampla campanha de informação para a população civil sobre as acções mencionadas anteriormente.

ACÇÃO IV: Colaborar num plano de identificação e georreferenciação de áreas de Importância Ecológica e Biológica (EBA), bem como de áreas de reprodução de espécies em declínio ou cujos *stocks* estejam a diminuir. O objectivo é estabelecer zonas diferenciadas de protecção, incluindo áreas de protecção total e áreas onde seja possível permitir a pesca controlada com artes seletivas, e um número estabelecido e limitado de pescadores, que também podem actuar como controladores da área protegida.

ACÇÃO V: Avaliar a possibilidade de incorporar artefactos de protecção passiva (barreiras artificiais) em áreas protegidas costeiras que auxiliem a reprodução de espécies em declínio.

ACÇÃO VI: Desenvolver um sistema de monitorização por satélite das áreas protegidas que permita detectar eventuais infracções, nomeadamente nas áreas mais afastadas da costa e, portanto, mais difíceis de controlar.

GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS MARINHOS E DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO

A gestão integrada dos recursos marinhos e a digitalização dos processos de gestão envolve a implementação de estratégias que permitam uma abordagem abrangente e coordenada na gestão dos recursos marinhos, visando a sustentabilidade e a conservação dos mesmos. Além disso, é importante procurar a digitalização dos processos de gestão, utilizando tecnologias modernas e sistemas informatizados para melhorar a eficiência, transparência e eficácia na administração dos recursos marinhos. É recomendado

ACÇÃO I: Recenseamento das bases de dados (tipo de dados e métodos de recolha). Recenseamento das plataformas informáticas do país e do seu grau de interconectividade.

ACÇÃO II: Construção de um sistema de interconexão entre as diferentes bases de dados, e definição de um protocolo normalizado de recolha de dados.

ACÇÃO III: Formação de técnicos a nível nacional e provincial para gerir a recolha de dados e o preenchimento dos terminais provinciais e nacionais.

MONITORIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PESQUEIRA

Uma das principais prioridades de intervenção em Angola é a monitorização e a fiscalização da actividade pesqueira, sobretudo para combater a Pesca Ilegal, Não declarada e Não regulamentada (INN). É essencial desenvolver e fortalecer o Sistema de Monitorização, Controle e Fiscalização (MCS), para garantir o cumprimento das regulamentações pesqueiras, proteger os recursos marinhos e promover a pesca sustentável. Essa monitorização abrangente e eficaz ajudará a identificar e deter práticas pesqueiras ilegais, garantindo a conservação dos recursos pesqueiros e a preservação dos ecossistemas marinhos. Recomenda-se o desenvolvimento de uma das seguintes acções, que podem ser alternativas ou sinérgicas.

ACÇÃO I: Desenvolver uma metodologia de controle de amostras suficientemente extensa para ser estatisticamente significativa. Esta metodologia, utilizada em muitos países (europeus e não europeus) com situações semelhantes à de Angola, como Itália e Grécia (grande frota artesanal e muitos pontos de desembarque), deve ser estendida a todas as províncias com a formação de detectores em número adequado.

ACÇÃO II: Utilização da *app* criada e testada pela FAO OPEN ARTFISH, para uso dos pescadores via telemóvel. Apoio à FAO na disseminação deste *software* e formação dos operadores.

ACÇÃO III: Monitorização por satélite (p. ex., via Google Earth) para contagem de embarcações nas praias angolanas, a ser cruzada com as verificações pontuais efectuadas no local.

ACÇÃO IV: Apoio ao projecto de monitorização através de CIP a inserir nas embarcações, já iniciado pelo Ministério das Pescas e IPA, e ao desenvolvimento do *software* de monitorização do IPA.

OBJECTIVO ESPECÍFICO 2

Reforçar a cadeia de valor da pesca sustentável para garantir a sustentabilidade e o crescimento dos fornecedores e transformadores, melhorando a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades costeiras, promovendo empregos e valor agregado

PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO**PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ACTORES DO SECTOR**

A profissionalização dos actores do sector pesqueiro em Angola é uma necessidade crucial. É fundamental investir em programas de capacitação e desenvolvimento de aptidões para pescadores, gestores, técnicos e demais profissionais envolvidos na pesca. Isso garantirá uma actuação mais qualificada e eficiente, promovendo boas práticas de pesca, gestão sustentável dos recursos marinhos, e melhoria das condições de trabalho e rendimento dos envolvidos no sector. A profissionalização também contribuirá para a implementação de políticas e regulamentações adequadas, impulsionando o crescimento e a competitividade do sector pesqueiro em Angola. Por esta razão, são recomendadas as seguintes acções, que podem ser isoladas ou sinérgicas:

ACÇÃO I: Apoio ao Movimento Cooperativo através de formação específica no sector, acompanhada de visitas orientadas de Associações Cooperativas Europeias a Angola, para um seminário de formação, e da visita dos principais actores do sector cooperativo angolano à Europa, para conhecerem *in loco* o terreno do Movimento Cooperativo e a sua organização.

ACÇÃO II: Apoio ao Movimento Cooperativo para a formação de Uniões de Cooperativas que possam ser prestadoras de serviços empresariais e fiscais, mas também de serviços técnicos, com a criação de cooperativas de investigação, e de compra de materiais e comércio, e, sobretudo, de um consórcio unitário de garantia de crédito que permita às cooperativas e, por sua vez, aos operadores de pesca aceder ao crédito.

ACÇÃO III: Apoio às cooperativas angolanas através de um sistema de *vouchers* (vales) e com o envolvimento do INAPEM, para atingir um maior/suficiente grau de empreendedorismo e capacidade de gestão das cooperativas singulares ou Uniões de Cooperativas que possam funcionar como prestadoras de serviços.

O sistema de *vouchers* para pagamento de serviços é uma prática comum, sendo os *vouchers*-fornecidos como forma específica de pagamento de determinados serviços. Este tipo de sistema é utilizado, neste caso, no sector da formação e para actividades de orientação por um perito em administração.

A utilização de vales não só garante o pagamento dos serviços prestados, como assegura que os beneficiários os utilizam para o fim a que se destinam, sem necessidade de manusear dinheiro.

INTEGRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS ACTORES DA CADEIA DE VALOR DA PESCA ARTESANAL

A integração e coordenação dos actores da cadeia de valor da pesca artesanal em Angola, incluindo produtores de equipamentos e mulheres vendedoras, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento sustentável do sector. É essencial promover parcerias e sinergias entre os diferentes actores, dos pescadores aos fabricantes de equipamentos e às vendedoras. Isso envolve o estabelecimento de canais de comunicação eficientes, a partilha de conhecimentos e melhores práticas, além do fortalecimento das capacidades técnicas e empresariais de todos os envolvidos. Ao integrar e coordenar esses actores, é possível melhorar a eficiência da produção, garantir a qualidade dos produtos, aumentar o acesso aos mercados e promover uma distribuição mais equitativa dos benefícios gerados pela pesca artesanal. Além disso, valoriza-se a participação activa das mulheres, reconhecendo a sua contribuição significativa para o sector e promovendo a igualdade de género nas actividades pesqueiras. Por esta razão, é recomendada a seguinte acção:

ACÇÃO I: Apoio a um sistema de formação de cooperativas de serviços que possam actuar como elo entre as Cooperativas de Pesca e os produtores dos materiais necessários tanto para a pesca propriamente dita como para a conservação óptima da pesca, e à formação cooperativa para as mulheres que processam e comercializam o peixe, incluindo-as no próprio Movimento Cooperativo, através da formação de organismos de segundo nível, ou seja, Uniões de Cooperativas.

REORGANIZAÇÃO/MELHORAMENTO DAS ESTRUTURAS DE DESEMBARQUE E DE COMERCIALIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL-

A reorganização e o melhoramento das estruturas de desembarque e comercialização da pesca artesanal em Angola tem de envolver a modernização das infra-estruturas de desembarque e processamento, e o fortalecimento das capacidades de armazenamento, embalagem e distribuição dos produtos pesqueiros. Além disso, é importante promover a adopção de boas práticas de higiene e segurança alimentar, garantindo a qualidade dos produtos, e facilitando o acesso aos mercados, tanto local como internacionalmente. Essas melhorias contribuirão para aumentar a eficiência da cadeia de valor da pesca artesanal, beneficiando pescadores, comerciantes e consumidores. Recomenda-se:

ACÇÃO I: Apoiar e colaborar na reestruturação dos CAPAS existentes, criando um modelo de gestão que possa ser assumido pelas Cooperativas de Pesca Artesanal ou, pelo menos, pelo Movimento Cooperativo (Uniões de Cooperativas), de forma directa e sustentável do ponto de vista gerencial e económico.

OBJECTIVO ESPECÍFICO 3

Os produtos da pesca cumprem as normas de qualidade e segurança, com certificação e rastreabilidade adequadas, e são promovidos nos mercados locais, regionais e internacionais. As normas de segurança dos produtos da pesca são rigorosamente aplicadas, com o objectivo de não comprometer a segurança alimentar e nutricional nacionais.

PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO

CAPACITAÇÃO DOS ACTORES DA CADEIA DE VALOR EM BOAS PRÁTICAS DE HIGIENE

Promover formações e orientações sobre higiene alimentar e segurança sanitária garantirá a produção de alimentos pesqueiros de qualidade, reduzindo os riscos para a saúde dos consumidores. Essa capacitação contribuirá para a melhoria dos padrões de higiene em todas as etapas da cadeia, desde a pesca até ao processamento, armazenamento e comercialização dos produtos pesqueiros. Ao adoptar essas boas práticas, os actores da cadeia de valor da pesca estarão a promover a segurança alimentar e a fortalecer a reputação dos produtos pesqueiros de Angola no mercado. Recomenda-se:

ACÇÃO I: Apoiar a formação levada a cabo pelo INAIP e pelo IPA com formadores externos que possam formar formadores em todas as províncias, em particular sobre o APPCC e sobre os requisitos higiénico-sanitários dos produtos da pesca.

APOIO A INFRA-ESTRUTURAS DE QUALIDADE

Investimentos em melhorias nas instalações portuárias, equipamentos de desembarque, áreas de processamento, armazenamento e comercialização. Ao fornecer infra-estruturas adequadas, é possível garantir as condições sanitárias apropriadas, o armazenamento correcto dos produtos pesqueiros e facilitar o acesso aos mercados. Essas melhorias contribuem para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal, promovendo a qualidade dos produtos, a segurança alimentar e o crescimento económico das comunidades costeiras em Angola. Recomenda-se:

ACÇÃO I: Apoio e colaboração com a CNUCED (UNCTAD) com vista a definir orientações para uma acção adequada à concepção e implementação de um plano de melhoria das infra-estruturas no sector das pescas angolano.

APOIO À CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA-

Através desse apoio, é possível garantir a conformidade dos produtos pesqueiros com padrões de qualidade e segurança, tanto a nível nacional como internacional. A certificação é uma ferramenta importante para agregar valor aos produtos da pesca, promover a confiança dos consumidores e facilitar o acesso a mercados exigentes. Ao incentivar e apoiar a certificação dos produtos da pesca, Angola fortalece a sua posição como fornecedor confiável de produtos pesqueiros sustentáveis e de qualidade, impulsionando o desenvolvimento económico do sector pesqueiro e beneficiando as comunidades costeiras. Recomenda-se:

ACÇÃO I: Apoiar a intervenção de uma organização internacional, como o Marine Stewardship Council, para avaliar e formular uma via para o sector das pescas, no sentido da certificação dos produtos.

APOIO À PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DOS PRODUTOS DA PESCA DE ANGOLA A NÍVEL INTRA-REGIONAL (ÁFRICA) E INTERNACIONAL-

O apoio à promoção das exportações dos produtos da pesca de Angola a nível intra-regional (África) e internacional inclui acções como o desenvolvimento de estratégias de *marketing*, participação em feiras e eventos comerciais, fortalecimento das capacidades logísticas e de transporte, e cumprimento dos requisitos sanitários e fitossanitários dos mercados de destino. Superar essas dificuldades é fundamental para aproveitar as oportunidades de comércio e expandir os mercados para os produtos da pesca de Angola, promovendo o desenvolvimento económico e o reconhecimento dos produtos pesqueiros do país a nível regional e internacional. Recomenda-se:

ACÇÃO I: Realizar com consultores externos a avaliação do nível de maturidade do sector das pescas, particularmente do sector artesanal, na comercialização e possível exportação de produtos da pesca, incluindo o nível mínimo de qualidade para poder exportar intra-regional e internacionalmente, com identificação de obstáculos e recomendações. Elaboração de um plano de desenvolvimento no domínio do comércio e comercialização e na possibilidade "real" da proposta de uma marca "peixe de Angola".

CONCLUSÃO

Ainda que não se pretenda a formulação de projetos no âmbito deste Diagnóstico, as recomendações apresentadas surgem como uma premissa necessária para a aplicação de medidas correctivas e para o desenvolvimento de medidas substancialmente eficazes e eficientes. A falta de dados concretos tem sido um desafio recorrente em medidas de fortalecimento da pesca artesanal ao longo dos anos, e isso tem comprometido a sua eficácia. Portanto, recomenda-se a realização de um estudo aprofundado e plurianual sobre a situação da pesca artesanal em toda a costa angolana, para obtenção de dados precisos sobre o número de embarcações, artes de pesca utilizadas, capturas, operadores, qualidade sanitária das capturas e outras informações relevantes. Esse parâmetro de referência será crucial para desenvolver planos de gestão e desenvolvimento verdadeiramente sustentáveis e produtivos.

Com base nos objetivos específicos identificados, foram estabelecidas recomendações de ações e prioridades que têm o potencial de fortalecer a capacidade nacional de gestão sustentável dos recursos marinhos, reforçar a cadeia de valor da pesca sustentável e promover a conformidade dos produtos pesqueiros com as normas de qualidade e segurança. Essas ações incluem a profissionalização dos intervenientes do setor, a integração e coordenação dos atores da cadeia de valor, a reorganização das estruturas de desembarque e comercialização, o reforço das capacidades em boas práticas de higiene, o apoio às infra-estruturas de qualidade e a promoção da exportação dos produtos da pesca angolanos em mercados regionais e internacionais.

Ao seguir essas recomendações e implementar as ações propostas, espera-se contribuir para a diversificação económica e para a promoção de uma Economia Azul estratégica e sustentável em Angola. O desenvolvimento do setor pesqueiro de forma sustentável irá impulsionar a segurança alimentar, criar empregos dignos e de valor agregado, bem como promover o crescimento económico, beneficiando as comunidades costeiras e a nação como um todo. A parceria entre a União Europeia e Angola desempenhará um papel fundamental para alcançar esses objetivos e promover um futuro próspero e sustentável para o país.

BIBLIOGRAFIA

- 1 Atura, A. (n.d.). *ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA* Preço deste número: 640,00Kz www.impresanacional.gov.
- 2 *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DAS PESCAS 2020* (2021)
- 3 Ferreira, V. & Códia, N. (2018), *Master Thesis in International Fisheries Management (30 ECTS)*
- 4 Agostinho, D. (n.d.). *OVERVIEW AND ANALYSIS OF SOCIO-ECONOMIC AND FISHERIES INFORMATION TO PROMOTE THE MANAGEMENT OF ARTISANAL FISHERIES IN THE BCLME REGION-ANGOLA - FINAL REPORT & RECOMMENDATIONS (ANGOLA) OCTOBER 2005*
- 5 [] PLURÁLIA, *A Pesca Artesanal Municípios de Benguela (sede) e Baía Farta* (n.d.)
- 6 *Lei_das_Associações* (n.d.)
- 7 *RECENSEAMENTO DA PESCA ARTESANAL MARINHA DE ANGOLA*. (n.d.)
- 8 *A Facilitator Guide to Train Field Trainers X Angola: Study on the migration from the informal economy for formal economy* (2021) www.ilo.org/publns
- 9 Cohen, P. J., Allison, E. H., Andrew, N. L., Cinner, J., Evans, L. S., Fabinyi, M., Garces, L. R., Hall, S. J., Hicks, C. C., Hughes, T. P., Jentoft, S., Mills, D. J., Masu, R., Mbaru, E. K. & Ratner, B. D. (2019) Securing a just space for small-scale fisheries in the blue economy, *Frontiers in Marine Science*, 6 (MAR). <https://doi.org/10.3389/fmars.2019.00171>
- 10 *Gov_AngolaDecreto Presidencial411312221236561670931416* (n.d.)
- 11 *Lei 23/15 (31 de Agosto), Lei da Cooperação – Publicada no DR* (n.d.)
- 12 *Angola's final sprint to universal salt iodization, IDD NEWSLETTER FEBRUARY 2022 ANGOLA* (n.d.)
- 13 *REPÚBLICA DE ANGOLA PESCAS DE ANGOLA | 2016* (n.d.)
- 14 Geneva. (2022) *Harnessing fishery resources for socioeconomic development: Lessons for Angola and Haiti*
- 15 Júnior, H. & Gonçalves, B. (n.d.) *UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE, Pesca artesanal em Angola: a luta pela sobrevivência, ARARAQUARA/SP 2018*
- 16 *Draft INICIATIVA ECONOMIA AZUL ANGOLA 160223* (n.d.)
- 17 *DP276-22 PLANAPESCAS* (n.d.)
- 18 Department, O. (2013) *AFRICAN DEVELOPMENT FUND PROJECT: FISHERIES SECTOR SUPPORT PROJECT COUNTRY: ANGOLA APPRAISAL REPORT*
- 19 *ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025) [JANEIRO 2007] VERSÃO INTEGRAL* (n.d.)

- 20 Legal report on the ecosystem approach to fisheries in Angola (2022), in *Legal report on the ecosystem approach to fisheries in Angola*, FAO <https://doi.org/10.4060/cc2010en>
- 21 FAO (n.d.) *Relatório jurídico sobre a abordagem ecossistémica às pescas em Angola*
- 22 Albrigtsen, I. (2007) *Review of the Norwegian assistance to the fishery sector in Angola*, Norad
- 23 Yusufali, R. & Matlhafuna, T. (n.d.) *The Micronutrient Initiative-Solutions for hidden hunger Universal Salt Iodisation in Africa* www.micronutrient.org
- 24 *Unlocking the potential of fish and seafood export from Angola* (2023)
- 25 AN OVERVIEW OF THE SOCIO-ECONOMICS OF SOME KEY MARITIME INDUSTRIES IN THE BENGUELA CURRENT REGION, Chris Tapscott, A Report Prepared on Behalf of the Benguela Current Large Marine Ecosystem Project, 1.0 Background, 2.0 Objectives of the Study, 3.0 Terms of Reference, 4.0 Methodology, 5.0 The Social Economy of the Benguela Current Region-An Overview, 6.0 Angola, 6.1 Demography and Settlement Patterns, 6.2 Social (1999)
- 26 *Aproveitamento dos recursos haliêuticos para o desenvolvimento socioeconómico: Lições de Angola e do Haiti* (n.d.)
- 27 *EU import conditions for seafood and other fishery products* (n.d.) https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/area/geo_en
- 28 Bastos, C. & Waco-Kungo (n.d.) *Farinha e óleo de peixe em força nas exportações*
- 29 3. FISHERIES COUNTRY PROFILE, 3.1 ANGOLA *Angola at a Glance* (n.d.)
- 30 *Draft proposal for training with the objective to establish an efficient National Quality Infrastructure (NQI) for the fisheries sector in Angola, with replication models adapted to other agri-products* (n.d.)
- 31 *Africa's Blue Economy: A policy handbook* (n.d.)
- 32 INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE TECNOLOGIAS E CIÊNCIAS (2022) *Dinâmica de funcionamento do mercado informal, com ênfase para o abastecimento de bens alimentares nas praças e mercados*
- 33 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA COMUNAL (2017) *Recenseamento da Pesca Artesanal Marinha de Angola*
- 34 PRODESI (2020) *Estudo da cadeia de valor do sector das pescas em Angola, 1ª Edição*
- 35 Governo de Angola (2020) *Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações*

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Diagnóstico Sectorial Sobre a Pesca em Angola
Enfoque na Pesca Artesanal e de Pequena Escala

FINANCIADO POR

União Europeia, Projecto Assistência Técnica à
Implementação da Facilidade de Diálogo UE-Angola

IMPLEMENTADO POR



DATA DE EDIÇÃO

Setembro 2023

EDIÇÃO GRÁFICA

Juan Burgos

© União Europeia, 2024

O conteúdo e as opiniões expressas nesta publicação são da inteira responsabilidade dos seus autores e não podem, em caso algum, ser tomados como expressão das posições do Governo da República de Angola e da União Europeia.

DIAGNÓSTICO SECTORIAL
SOBRE A PESCA
EM ANGOLA

ENFOQUE NA PESCA ARTESANAL
E DE PEQUENA ESCALA

